



UNICEPLAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC
Curso de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso

Um Lugar para Ir:
Centro de Acolhimento e Inserção Social para a Comunidade
LGBTQIAPN+

Brasília-DF
2024

MARIA EDUARDA CÂNDIDO BANDEIRA

Um Lugar para Ir:
Centro de Acolhimento e Inserção Social para a Comunidade
LGBTQIAPN+

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador(a): Prof(a). Dra. Franciney Carreiro de França

Brasília -DF
2024

MARIA EDUARDA CÂNDIDO BANDEIRA

Um Lugar para Ir:
Centro de Acolhimento e Inserção Social para a Comunidade
LGBTQIAPN+

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Brasília-DF, 25 de Novembro de 2024.

Banca Examinadora

Prof. Nome completo
Orientador

Prof. Nome completo
Examinador

Prof. Nome Completo
Examinador

Um Lugar para Ir: **Centro de Acolhimento e Inserção Social para a Comunidade** **LGBTQIAPN+**

Maria Eduarda Cândido Bandeira
Franciney Carreiro de França

Resumo:

O artigo discute a vulnerabilidade social da comunidade LGBTQIAPN+, começando com a evolução do conceito e sua aplicação a esse grupo. No Brasil, essa vulnerabilidade é intensificada pelas diversas formas de discriminação, afetando o acesso a direitos e serviços essenciais. O combate à discriminação é analisado através de políticas públicas já existentes, que, apesar de avançarem em alguns aspectos, ainda carecem de direcionamento específico e são insuficientes. A ausência de espaços públicos voltados para a comunidade é outro ponto abordado, assim como a carência de centros de acolhimento e apoio no Brasil. O caso de Brasília é destacado, onde há poucas casas voltadas à inclusão social da população LGBTQIAPN+. O artigo sugere que a arquitetura, quando integrada com políticas de apoio, pode ser uma solução potencial para esses desafios, ao criar ambientes seguros e inclusivos.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+, vulnerabilidade social, discriminação, políticas públicas, inclusão social, espaços públicos, centros de acolhimento, arquitetura inclusiva.

Abstract:

The article discusses the social vulnerability of the LGBTQIAPN+ community, beginning with the evolution of the concept and its application to this group. In Brazil, this vulnerability is heightened by various forms of discrimination, affecting access to essential rights and services. The fight against discrimination is analyzed through existing public policies, which, despite advancing in some aspects, still lack specific focus and are insufficient. The absence of public spaces aimed at the community is another issue addressed, as well as the shortage of support and shelter centers in Brazil. The case of Brasília is highlighted, where there are few centers focused on the social inclusion of the LGBTQIAPN+ population. The article suggests that architecture, when integrated with support policies, can be a potential solution to these challenges by creating safe and inclusive environments.

Keywords: LGBTQIAPN+, social vulnerability, discrimination, public policies, inclusion.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 Vulnerabilidade Social: Conceito e a Situação no Brasil.....	5
2.1 Evolução do conceito.....	6
2.2 Vulnerabilidade social no Brasil.....	7
2.3 Vulnerabilidade social da comunidade LGBTQIAPN+.....	8
3 COMBATE A DISCRIMINAÇÃO.....	18
3.1 Políticas Públicas.....	18
3.2 Espaço Públicos.....	21
4 Centro de Acolhimento e Apoio LGBTQIAPN+.....	26
4.2 Como o Brasil lida com isso?.....	27
4.3 Como Brasília lida com isso?.....	29
5 ESTUDO DE CASOS.....	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS (EM ANDAMENTO).....	41
REFERÊNCIAS.....	43
Agradecimentos.....	45

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo surge da necessidade de uma análise sobre espaços de acolhimento e apoio à comunidade LGBTQIAPN+, trazendo questionamentos, problemas e possíveis soluções para a vulnerabilidade dessas pessoas.

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal, 3,8% da população com 18 anos ou mais no Distrito Federal se identifica como LGBTQIAPN+, totalizando 87.920 moradores. A falta de estruturas de acolhimento e apoio para pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ afeta tanto aqueles que precisam de um local para recorrer em caso de situação de rua ou ambiente hostil quanto pessoas que buscam um local seguro para confidenciar suas vivências. Além disso, afeta familiares e a comunidade em geral. A ausência de acesso a um local seguro e de qualidade resulta na busca por soluções temporárias que podem ser prejudiciais e complicar ainda mais uma situação delicada. O acesso à informação, ao apoio e ao cuidado, quando apresentados como solução, pode fazer uma diferença significativa no futuro dessas pessoas.

Segundo o Fundo Brasil (2024), LGBTfobia é um termo utilizado para se referir à violência e hostilidade contra pessoas LGBTQIAPN+, uma questão frequentemente relatada na sociedade, manifestando-se de muitas formas, desde assédio moral até homicídios. A soma de múltiplos atos de violência, junto com a falta de legislação pró-LGBTQIAPN+, contribui para o afastamento social desses indivíduos, gerando impactos físicos e psicológicos, especialmente entre os mais jovens. Além disso, há uma significativa lacuna de conhecimento sobre essa questão, o que amplifica os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+. Diante deste cenário, surge o seguinte problema de pesquisa: de que forma a arquitetura pode contribuir para a inserção social da comunidade LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social no Distrito Federal?

Este trabalho propõe explorar a questão da falta de estrutura de acolhimento, reinserção social e apoio para pessoas LGBTQIAPN+ em Brasília. Por meio de uma análise histórica, o objetivo da pesquisa é identificar as maiores dificuldades enfrentadas por pessoas LGBTQIAPN+, bem como explorar e analisar soluções arquitetônicas que influenciam o bem-estar das pessoas, considerando suas diversidades e identidades. Além disso, o estudo busca apontar a indústria criativa como um meio de inserção social, ajudando a melhorar a qualidade de vida de pessoas em necessidade da comunidade no Distrito Federal.

Para fundamentar esta discussão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, na qual foram selecionadas fontes acadêmicas e científicas, como artigos, teses e experiências práticas de autores reconhecidos, para analisar a vulnerabilidade social da comunidade no Brasil. Além disso, foi utilizada uma pesquisa documental para apresentar dados sobre discriminação, pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua e casas de acolhimento e inserção social no Brasil. Serão analisados estudos de caso, como o LGBT Center de Los Angeles, o The Bridge Center e a casa de acolhimento infantil no Senegal, a fim de identificar as melhores práticas e princípios de design que promovem o processo de acolhimento e inserção social.

Para abordar todos esses temas, este artigo está estruturado em cinco partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira parte será uma análise sobre a evolução do conceito de vulnerabilidade social no Brasil, abordando a vulnerabilidade social de pessoas LGBTQIAPN+, suas representações, a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero e um levantamento histórico sobre a comunidade LGBTQIAPN+. A segunda parte examina como o Brasil atua atualmente no combate à discriminação de pessoas LGBTQIAPN+, apresentando políticas públicas, espaços destinados e construídos para a comunidade. A terceira parte discute o papel da arquitetura nesse contexto, apresentando o histórico de centros de acolhimento LGBTQIAPN+ e mostrando as diferenças entre o Brasil e Brasília nesse cenário. A quarta parte apresenta estudos de caso que evidenciam a arquitetura para espaços comunitários e ilustram a questão. A quinta parte apresenta o que este estudo refletiu para ser criado um projeto de um centro de acolhimento e inserção social focado em conforto, segurança e inclusão.

2 Vulnerabilidade Social: Conceito e a Situação no Brasil

Este tópico abordará um panorama histórico entre a vulnerabilidade social e a vulnerabilidade social LGBTQIAPN+. Inicialmente, será apresentada uma definição do conceito, e a sua evolução no contexto brasileiro, a partir da abolição formal da escravidão, em 1888. Em seguida, será apresentada a relação entre o crime de racismo e o de homofobia, e como essas condições podem afetar a comunidade. Posteriormente, aborda-se um panorama de orientações sexuais, identidade de gênero e suas definições, abordando suas necessidades, onde se iniciam e as diferenças entre ser, ou seja, nascer de um jeito sem a opção de escolha e escolher ser, ou seja, mudar algo ou alguma característica por opção ou vontade. Em seguida, será investigada a realidade enfrentada por essa comunidade, apontando desafios diários, como em casa, no trabalho e os possíveis riscos nas ruas. Com isso, será discutido as consequências psicológicas dessa vulnerabilidade, a forma em que é recorrido em caso de ambientes hostis, seus apoios, sua forma de denúncia em caso de necessidade com o objetivo de compreender como atender às necessidades específicas dessa comunidade.

2.1 Evolução do conceito

O termo exclusão social foi usado inicialmente na França, no século XX, para descrever problemas sociais além do mercado de trabalho e a exclusão é uma quebra no sentimento de pertencimento e nos vínculos sociais (Leal, 2011). A análise dos conceitos de exclusão e vulnerabilidade social varia, com diferentes interpretações sobre suas causas. Alguns teóricos atribuem essas condições à negligência dos direitos sociais, enquanto outros as vinculam à perda de laços sociais (DIEESE, 2007).

A primeira perspectiva tem raízes na tradição europeia, fundamentada nos pensamentos de Rousseau e Durkheim, enquanto a segunda se relaciona aos princípios de cidadania e democracia europeia em termos políticos. Em contrapartida, a visão liberal americana entende a exclusão como o resultado da formação voluntária de grupos sociais, onde a restrição à circulação entre esses grupos leva ao isolamento, muitas vezes percebido como uma experiência individual, e não coletiva (Kowarick, 2003).

A visão social norte americana e europeia, de acordo com Kowarick (2003) se antecede a década de 90 e está presente até os dias de hoje, onde, relaciona a vulnerabilidade social à análise do papel desempenhado pelas políticas sociais no capitalismo, ou seja, a vulnerabilidade

social é uma consequência da falta de políticas direcionadas aos menos favorecidos.

Para Castel (1997), a vulnerabilidade social é uma zona intermediária e instável, caracterizada pela precariedade do trabalho e pela fragilidade das redes de apoio. Em situações como de crises econômicas, aumento do desemprego ou generalização do subemprego, essa zona de vulnerabilidade se expande, invadindo a área de integração social e suprimindo a desfiliação. Nos países menos desenvolvidos, a vulnerabilidade social é particularmente associada ao risco de desemprego, precariedade laboral, pobreza e falta de proteção social.

Embora o conceito de vulnerabilidade social seja amplamente debatido, um ponto em comum entre diferentes abordagens é que ele é eficaz para identificar situações intermediárias de risco, que estão entre a inclusão total e a exclusão completa. O conceito permite analisar as desigualdades de forma dinâmica, destacando áreas de vulnerabilidade que vão desde grupos que buscam melhorar sua posição social até a classe média, que luta para manter seu bem-estar em um mercado de trabalho cada vez mais precário. Esse entendimento é moldado pela estrutura de oportunidades disponível em cada país, em um momento histórico específico (DIEESE, 2007).

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e estudo Socioeconômicos (DIEESE), a vulnerabilidade social vem da exclusão social, onde, inicialmente, era a definição de pessoas em situação de pobreza, marginalização e exclusão social extrema, também era o termo utilizado para a necessidade de políticas públicas direcionadas (DIEESE, 2007).

Enquanto a exclusão social focava em uma ruptura dos vínculos sociais, a vulnerabilidade social é vista como uma condição dinâmica que captura a fragilidade desses vínculos antes de sua ruptura. A relação entre vulnerabilidade e a posse de ativos, como recursos físicos, humanos e sociais, e como esses elementos, combinados com a estrutura de oportunidades, influenciam a capacidade de indivíduos e grupos de enfrentarem situações de risco social. Em países menos desenvolvidos, a vulnerabilidade social é considerada um conceito mais apropriado para descrever a realidade complexa e dinâmica das desigualdades sociais.

2.2 Vulnerabilidade social no Brasil

A vulnerabilidade social no Brasil, de acordo com Mota (2019) tem suas raízes históricas profundamente ligadas à colonização, escravidão e às desigualdades estruturais que surgiram nesse período. A partir da abolição formal em 1888, o país enfrentou desafios significativos na integração dos ex-escravos à sociedade. Sem políticas públicas adequadas para garantir moradia, emprego e condições dignas de vida, muitos ex-escravos e seus descendentes continuaram em situações de extrema pobreza e exclusão social, oferecendo sua força de trabalho em condições precárias em troca de abrigo e alimento (Maricato, 1997).

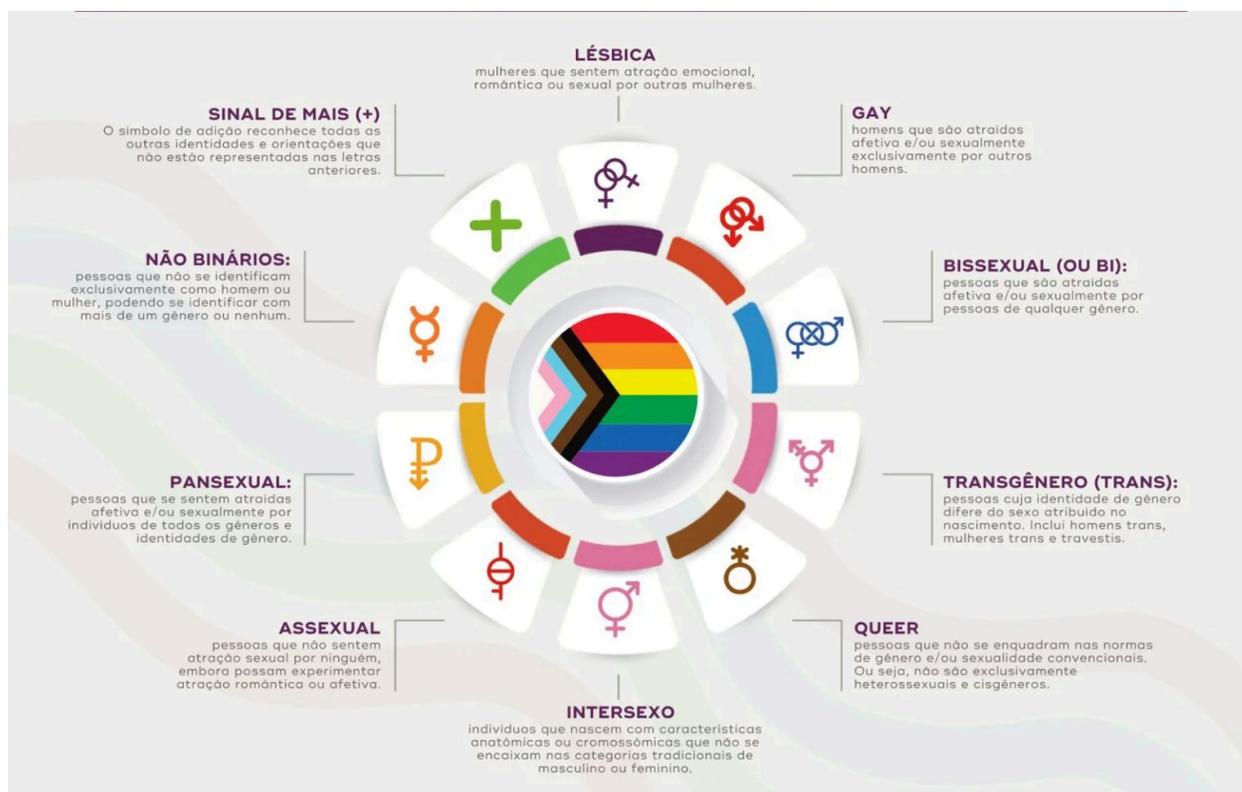
No século XX, a urbanização acelerada e a migração rural para os grandes centros urbanos aumentaram ainda mais as disparidades sociais. A ausência de uma rede de proteção social eficaz deixou uma grande parcela da população vulnerável a problemas como desemprego, falta de acesso à educação, saúde, e habitação adequada. Durante a ditadura militar (1964-1985), as políticas públicas não priorizaram a redução das desigualdades, o que aprofundou as condições de vulnerabilidade para muitos brasileiros (Di Sarno, 2004).

A partir dos anos 1990, de acordo com Simone Rocha (2011), o conceito de vulnerabilidade social começou a ser amplamente utilizado como ferramenta para o desenvolvimento de políticas sociais, especialmente durante a epidemia de AIDS. Inicialmente promovido por organismos internacionais como uma alternativa ao conceito de exclusão social, o termo se popularizou nas políticas públicas, principalmente nos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil. Ele passou a ser usado para identificar e abordar as situações de risco social, econômico e urbano que limitam a capacidade dos indivíduos e grupos de viverem com dignidade e exercerem plenamente seus direitos. Atualmente, a vulnerabilidade social no Brasil continua sendo um problema complexo e variado, influenciado por uma série de fatores estruturais, como a distribuição desigual de renda, disparidades regionais, discriminação racial e de gênero, e a precariedade no mercado de trabalho.

2.3 Vulnerabilidade social da comunidade LGBTQIAPN+

A sigla LGBT se tornou oficial em 08 de junho de 2008 na conferência nacional GLBT. Se refere às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (ABGLT, 2010). Atualmente, a sigla evoluiu para que toda a diversidade pudesse ser incluída, formalizando (Figura 1):

Figura 1 – Significado de cada letra da sigla LGBTQIAPN+



Fonte: Possibilidades para a Vida, Infográfico de informações sobre o significado de cada letra da sigla LGBTQIAPN+, 2024.

De acordo com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexos (ABGLT, 2010), existem algumas variações de gênero, e por isso, a sigla LGBTQIAPN+, onde procura abranger todas essas variações e dentre elas: a) Cisgênero: quando a identidade e expressão de gênero estão alinhadas com o gênero atribuído ao nascimento; b) Transgênero: pessoas cuja identidade ou expressão de gênero difere do gênero associado ao seu sexo biológico. Um exemplo seria uma pessoa nascida biologicamente fêmea, mas que se identifica e se expressa de acordo com o gênero masculino; c) Orientação sexual: refere-se ao tipo de pessoa por quem alguém sente atração afetiva ou sexual, independentemente do gênero; d) Homossexual: pessoa que sente atração por outras do mesmo sexo ou gênero; e) Heterossexual: pessoa que sente atração por pessoas do sexo ou gênero oposto; f) Bissexual: pessoa que sente atração por ambos os sexos ou gêneros. O termo Homofobia refere-se à aversão à homossexualidade, enquanto LGBTQIfobia abrange a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia. Heterossexualidade compulsória é a imposição social de que a heterossexualidade seja a norma.

Para Miriam Grossi (1998), o conceito de gênero pode ser entendido como uma construção social que categoriza indivíduos em feminino e masculino, com base em normas arbitrárias associadas a características como órgãos genitais, vestimentas, ocupações e valores. Estas normas são projetadas sobre o indivíduo desde o nascimento, determinando expectativas e deveres com base no sexo atribuído, e estruturam as relações sociais entre homens e mulheres de forma historicamente condicionada. Assim, o gênero é socialmente construído, e não meramente uma consequência biológica, permitindo a possibilidade de reconfigurações das representações de masculino e feminino ao longo do tempo.

Pelo exposto, é possível definir que gênero não se limita ao sexo biológico, mas é uma categoria dinâmica e em constante evolução. Por exemplo, pessoas homossexuais, travestis e transexuais desafiam as categorias tradicionais de gênero, demonstrando que a construção social do gênero vai além da simples correspondência ao sexo biológico. Grossi (1998) argumenta que essas construções sociais criam uma complexidade que exige novas formas de compreensão e categorização das identidades de gênero.

De acordo com Berenice Bento (2012), a identidade de gênero e a orientação sexual são conceitos distintos e não necessariamente correlacionados. Por exemplo, uma pessoa transexual não precisa se identificar como heterossexual, bissexual ou homossexual apenas por se sentir desconfortável com o sexo biológico que lhe foi atribuído. A identidade de gênero e a orientação sexual podem, assim, manifestar-se de diversas maneiras, desafiando as categorias tradicionais e exigindo uma compreensão mais inclusiva dessas diferenças para garantir suporte adequado e promover igualdade.

Gênero e orientação sexual podem ser categorizados de diferentes maneiras, incorporando uma variedade de formas em que a pessoa se sente confortável em se assumir ou se reconhecer como. Por isso, é importante compreender todas essas diferenças para fornecer o suporte adequado e promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos.

A vulnerabilidade da comunidade LGBTQIAPN+ não necessariamente se inicia na social, mas sim, na vulnerabilidade moral que é um conceito ético ainda muito recente no

Brasil, mas se refere à exclusão e discriminação de um grupo baseadas em valores morais. A exclusão social e a discriminação de pessoas LGBTQIAPN+ de acordo com Morais & Monteiro (2007) é uma forma de vulnerabilidade específica, onde, não é motivada por motivos sociais ou econômicos, mas por não se alinharem com o ethos heteronormativo dominante, ou seja,

[...] essas pessoas ou grupos sociais, moralmente fragilizados, são colocados nesta condição a partir de argumentos claros, teóricos e elaborados a partir de determinada tradição cultural, não raramente com ampla fundamentação filosófica, teológica e científica (Sanches; Mannes; Cunha, 2018, p.42).

Conforme Sanches, Mannes e Cunha (2018), essa vulnerabilidade moral é produzida por uma visão de mundo que categoriza pessoas como superiores ou inferiores com base em tradições culturais, filosóficas, teológicas e científicas, perpetuando a exclusão de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, negros, estrangeiros e LGBTQIAPN+.

Dessa maneira, é possível compreender o panorama envolvendo pessoas LGBTQIAPN+ é ampliada quando analisamos os conflitos gerados pela reprodução de valores morais, muitas vezes sustentados por teorias de diversas áreas que tentam negar ou marginalizar a diversidade sexual e de gênero. Essas teorias frequentemente classificam essa diversidade como inferior e estigmatizante. Portanto, é necessário uma maior atenção a esses mecanismos teóricos, pois eles têm historicamente marcado e continuam a marcar grupos moralmente vulneráveis como alvos de discriminação e exclusão.

Além disso, a história brasileira revela como ideologias racistas e eugenistas que é a ideia de melhoria da raça humana, posicionando indivíduos como superiores e limitando a de inferiores, A prática foi desacreditada por associações com violações éticas e abusos de direitos humanos (Hillesheim, 2018). Estas ideologias do início do século XX contribuíram para a vulnerabilidade de grupos como a população negra, que foi sujeita a teorias de branqueamento apoiadas pela saúde pública na época. Esses processos de exclusão e a internalização de valores de superioridade continuam a impactar negativamente a comunidade LGBTQIAPN+, dificultando seu acesso a direitos e perpetuando sua marginalização (Carneiro, 1994).

Para Pinheiro Lima (2016), a vulnerabilidade moral da comunidade LGBTQIAPN+ se manifesta como uma tentativa de negar a diversidade e impor uma visão de mundo cisheteronormativa, que marginaliza e inferioriza identidades que não se alinham com esse padrão. A perpetuação dessa visão contribui para a exclusão social e para o aprofundamento da vulnerabilidade dessas pessoas, tornando difícil para elas exercerem sua cidadania plena em um ambiente social que frequentemente as discrimina e violenta.

Em síntese, a vulnerabilidade social e moral da comunidade LGBTQIAPN+ é um reflexo de processos históricos e culturais de exclusão e discriminação que continuam a ser reproduzidos na sociedade brasileira atual. A superação dessas vulnerabilidades requer não apenas políticas inclusivas, mas também uma mudança nos valores sociais que sustentam a cisheteronormatividade e marginalizam a diversidade.

A LGBTfobia está ligada à vulnerabilidade social da comunidade LGBTQIAPN+, pois a discriminação e o preconceito resultam em exclusão social, dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, educação e serviços de saúde, além de uma maior exposição à violência. A

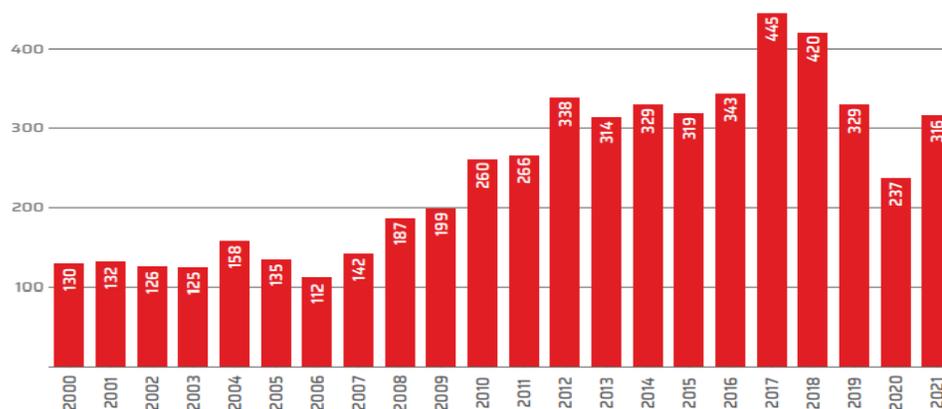
LGBTfobia apesar de ser um termo relativamente recente, e, por isso, os estudos que apresentam esse termo são poucos, mas os que abordam esse tipo de ódio, são aqueles em que falam sobre a homofobia em que evidenciam a homossexualidade masculina (Guedes, 2020)

LGBTfobia é de acordo com Butler o termo que descreve atitudes, comportamentos e práticas de discriminação, rejeição ou aversão direcionadas a pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e outros grupos de diversidade de gênero e sexualidade). Ela pode ocorrer em diferentes esferas da sociedade, como na vida pessoal, profissional, escolar, nos serviços de saúde e até nas políticas públicas. Esse fenômeno está ligado a preconceitos enraizados em normas sociais, culturais e religiosas, que consideram certas expressões de gênero e sexualidade fora do padrão heteronormativo como erradas ou inferiores (Butler, 2008).

Um dos aspectos mais complexos da LGBTfobia é a sua ligação com preconceitos estruturais, como machismo, sexismo e conservadorismo social, que reforçam a ideia de que apenas uma forma de viver a sexualidade e o gênero é correta (Lemos, 2017). Por conta disso, para Louro, a LGBTfobia pode ser perpetuada em vários níveis, desde comportamentos individuais até práticas sistêmicas em instituições como escolas, empresas e governos. Ou seja, o preconceito contra a comunidade, neste ponto, se dá através da descontinuidade, a quebra do padrão de identidade esperado e a infringência às normas que a sociedade impõe.

Esse afastamento causado pela LGBTfobia amplifica as desigualdades econômicas e sociais, tornando a comunidade mais suscetível à pobreza, à falta de moradia e à precariedade das condições de vida. A LGBTfobia, portanto, não apenas reforça, mas também agrava a vulnerabilidade social dessa população, perpetuando um ciclo de exclusão, marginalização e violência. (Figura 1)

Gráfico 1 – Número de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil entre 2000 a 2021



Fonte: Acontece LGBTQIAPN+, Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQIAP+ no Brasil, 2021.

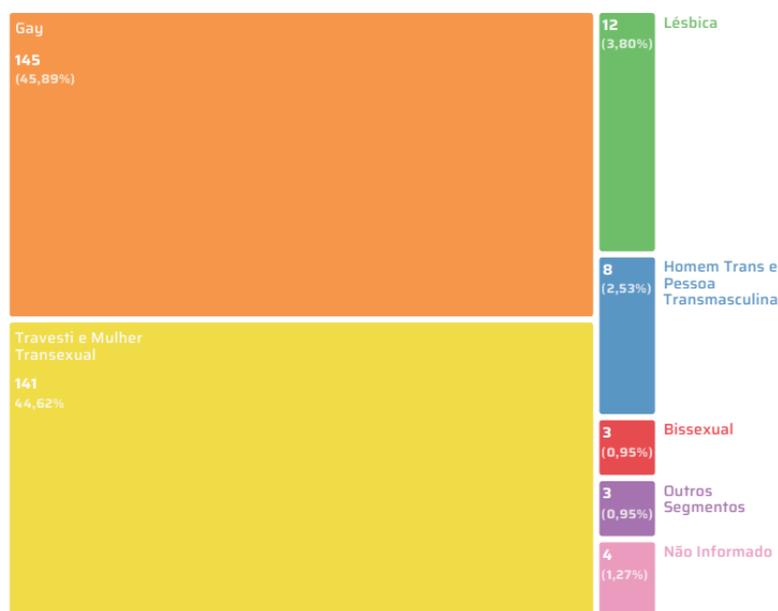
O gráfico apresentado mostra a evolução no número de mortes violentas contra pessoas

LGBTQIAPN+ de 2000 a 2021. Ao longo dos anos, observa-se uma tendência de crescimento, especialmente a partir de 2010, quando o número de mortes começa a se aproximar ou ultrapassar 200 casos anuais, chegando ao seu pico em 2017 com 445 mortes. Depois desse pico, há uma leve redução, mas o número de mortes permanece elevado, variando entre 237 e 343 nos anos subsequentes.

Com relação a LGBTfobia se reflete no aumento desses números, deixam claro que, à medida que discursos de ódio e comportamentos discriminatórios se mantêm ou aumentam, a violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ também cresce. O período de crescimento mais acentuado pode estar relacionado ao aumento da visibilidade LGBTQIAPN+ na sociedade, o que pode gerar mais reações de intolerância. Mesmo com variações ao longo dos anos, o gráfico indica que a LGBTfobia permanece um fator determinante para a violência, demandando medidas de proteção, políticas públicas e conscientização.

De acordo com o Dossiê de Mortes Violentas de pessoas LGBTI+ (2021) a maior parte das violências são direcionadas a homens gays 45,89% e a travestis e mulheres trans, com 44,62%, mas também foi registrados mortes violentas contra lésbicas, bissexuais, homens trans ou trans masculinos e pessoas com outra identidade ou orientação sexual. (Figura 2)

GRÁFICO 2 – Número de mortes violentas de LGBTI+ por segmento, 2021



Fonte: Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, 2021

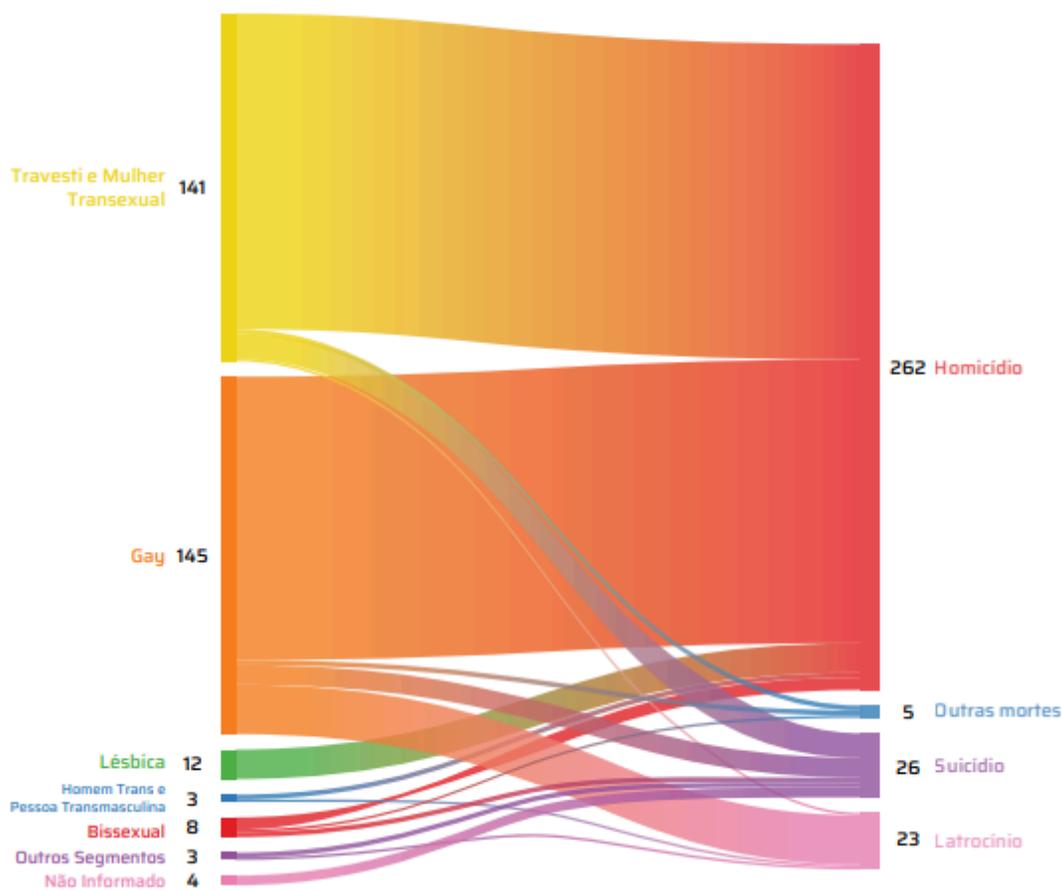
O gráfico apresenta a distribuição de mortes violentas entre diferentes grupos da população LGBTQIAPN+. A maior parte das vítimas é composta por homens gays e travestis ou mulheres transexuais. Outros grupos como lésbicas, homens trans e pessoas transmasculinas,

bissexuais, e outros segmentos, além de casos não informados, apresentam uma proporção menor.

A visualização destaca a prevalência de vítimas entre gays, travestis e mulheres transexuais, seguidos por outros grupos da comunidade. Este mapa mostra as diferenças na frequência de mortes entre diferentes identidades de gênero e orientações sexuais, sugerindo uma concentração de violência em determinados segmentos da população LGBTQIAPN+.

A violência direcionada a pessoas da comunidade varia de agressões verbais e físicas, serviços ou mão de obra sendo negados, tentativa de homicídio, que variam de ambientes entre local público, doméstico, trabalho e etc. Mas ainda, a maior parte da violência direcionada a comunidade foi por morte causada por terceiros, sendo homicídio ou latrocínio, porém, houve um grande aumento nos casos de suicídio o que evidencia um sofrimento profundo causado pela LGBTfobia, impactando a saúde mental dessas pessoas. A tipificação das mortes e as vítimas podem ser analisadas de maneira em que mulheres trans e travestis sofrem a maioria dos homicídios, homens gays por latrocínio, mulheres lésbicas, homens trans, pessoas transmasculinas, morreram também, principalmente, por homicídio. Os casos de suicídio também foram, majoritariamente causados por mulheres trans, travestis e homens gays (Dossiê Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil, 2021).

Gráfico 3 – Tipificação de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil



Fonte: Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, 2021.

A violência física e psicológica contra a população LGBTI+ no Brasil afeta indivíduos de todas as raças/etnias, classes sociais, profissões e idades, embora de formas variadas e, em alguns casos, de maneira desigual. De acordo com o Dossiê (2021), Dos 316 casos registrados, a raça/etnia de 240 vítimas, que correspondem a 75,95% do total. O gráfico apresentado ilustra a relação entre a identidade de gênero e a orientação sexual de vítimas LGBTQIAPN+ e as causas de suas mortes, como homicídio, suicídio, latrocínio e outras mortes. A maioria das mortes corresponde a homicídios, com grande concentração de vítimas identificadas como travestis, mulheres transexuais e homens gays. Um número menor de vítimas corresponde a lésbicas, homens trans e pessoas transmasculinas, bissexuais e outros segmentos. O gráfico também exibe outras causas de morte, como suicídios, latrocínios e mortes não especificadas.

É possível observar a predominância de homicídios, seguidos por suicídios e latrocínios, com uma diversidade de vítimas que se enquadram nas diferentes identidades de gênero e orientações sexuais. O fluxo de linhas que conecta essas identidades às causas de morte evidencia a complexidade da violência direcionada a essa população, destacando as diversas formas de agressão que impactam cada grupo de maneira distinta.

A discriminação a pessoas LGBTQIAPN+ não se limita apenas a locais públicos ou de desconhecidos, essa discriminação se inicia, em alguns casos, em suas próprias residências.

Schulman (2010) destaca que a homofobia é frequentemente aprendida dentro da própria família, onde pessoas homossexuais são punidas em diferentes graus. Embora atualmente haja uma tendência maior à "tolerância" por parte das famílias, isso não significa uma aceitação completa, e o impacto desse preconceito em casa está ligado às redes de apoio externas, que podem tornar a situação mais suportável. Santos et al. (2007) afirmam que a homofobia familiar amplifica os danos causados pelo preconceito fora de casa, tornando a família um foco importante para políticas públicas de proteção aos direitos da comunidade. Uma das manifestações mais comuns de homofobia familiar é a exclusão social, que pode levar à expulsão de casa, resultando, em alguns casos, na vida nas ruas. Segundo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (2022) 5,5% da população em situação de rua no Distrito Federal faz parte da comunidade LGBTQIAPN+.

Pelo exposto, a homofobia vivenciada no ambiente familiar muitas vezes serve como uma amostra das dificuldades que pessoas LGBT enfrentam fora de casa, especialmente no ambiente de trabalho. Essa rejeição doméstica não apenas afeta o bem-estar emocional, mas também pode enfraquecer a autoconfiança e a capacidade de lidar com a discriminação em contextos profissionais.

O direito ao trabalho é fundamental para a comunidade, garantindo um ambiente inclusivo onde todos possam expressar-se livremente e desenvolver seu potencial sem sofrer discriminação ou violência (Brasília, 2015). No entanto, como destaca Carrieri et al. (2013), muitos trabalhadores LGBT ainda enfrentam barreiras como a recusa de contratação, demissão e prejuízos profissionais devido à sua orientação sexual, refletindo um preconceito enraizado entre empregadores. A situação é ainda mais difícil para travestis e transexuais, que enfrentam maiores desafios na busca por emprego formal devido à discriminação e à evasão escolar (Dinis, 2011), além de estarem mais vulneráveis a agressões graves (Bicalho, 2008).

Portanto, é possível notar que a existência de pessoas LGBTQIAPN+ é historicamente ligada ao preconceito e a discriminação, porém, é possível perceber como a vulnerabilidade é causada para além da social, mas pela moral e a aversão ao diferente e diverso. A vulnerabilidade social das pessoas da comunidade é uma realidade que expõe essa comunidade a riscos significativos de discriminação, violência e exclusão. Essa condição é perpetuada por estruturas sociais e culturais que reforçam estigmas e desigualdades, limitando o acesso a direitos básicos e oportunidades. Portanto, é importante que políticas públicas inclusivas e ações afirmativas sejam fortalecidas para garantir proteção, reconhecimento e igualdade de condições, promovendo uma sociedade mais justa e acolhedora para todas as pessoas, sem levar em conta orientação sexual ou identidade de gênero.

Desse modo, é necessário compreender a derivação e os processos históricos por trás do conceito de vulnerabilidade social, a fim de combater essa problemática e suas vertentes, de maneira que a questão deixe de ser um empecilho nas mais diferentes comunidades da população brasileira. Isso só pode ser concretizado a partir da compreensão da pluralidade da sociedade brasileira, que está em constante evolução, além do entendimento de que cada grupo sofre de maneira particular com a vulnerabilidade social e que cada uma dessas maneiras necessitam de uma resolução adequada.

3 COMBATE A DISCRIMINAÇÃO

Este tópico abordará o combate à discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, com ênfase em políticas públicas, espaços públicos e espaços construídos. Serão exploradas as estratégias e iniciativas que têm sido implementadas atualmente para promover a inclusão e combater a discriminação, analisando como essas políticas impactam a vida cotidiana das pessoas da comunidade e o papel dos espaços públicos e construídos na promoção de ambientes seguros e acolhedores. A discussão também abordará os desafios ainda enfrentados e as possibilidades de progresso na criação de uma sociedade mais justa e equitativa.

3.1 Políticas Públicas

A comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta as consequências da desinformação em torno de suas identidades e orientações sexuais. Michel Foucault (1999) argumenta que a relação entre o discurso de poder e a sexualidade é predominantemente negativa, caracterizada por rejeição e exclusão. Segundo ele, a norma social impõe um mundo binário, estruturado em torno dos sexos masculino e feminino e dos relacionamentos heterossexuais, marginalizando qualquer manifestação que fuja a essa norma, rotulando-a como anormal e tabu. Esse tabu é reforçado por limites impostos pelo Estado, que restringe a abertura e a sinceridade do discurso público, perpetuando a marginalização do diverso e do desconhecido. O poder estatal é, assim, utilizado como instrumento para disseminar conhecimento de maneira seletiva, mantendo o status quo heteronormativo.

No Brasil, a atuação do Estado em políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTQIAPN+ é relativamente recente e ainda enfrenta desafios estruturais, onde grupos dominantes restringem a comunicação entre as políticas públicas e a esfera social. O primeiro registro significativo de políticas públicas direcionadas à comunidade ocorreu em 2004, através de iniciativas como o *Programa Brasil sem Homofobia* e o *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT*. Mello e Avelar (2012) destacam que a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em 2008, marcou um passo importante na luta pelos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil.

De acordo com o plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT de 2009, a I Conferência Nacional LGBT, realizada sob o tema *Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais*, teve como objetivo propor diretrizes para a implementação de políticas públicas e para o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos. Um dos principais resultados esperados foi o "Plano Nacional LGBT", destinado a combater a homofobia e a garantir direitos às pessoas discriminadas por sua orientação sexual ou identidade de gênero. No entanto, esse plano não foi amplamente divulgado ou formalizado pelo governo, ao contrário do "Brasil Sem Homofobia", o que comprometeu sua efetividade. Apesar dessas dificuldades, como observado por Cleyton Feitosa Pereira (2016), o debate sobre os direitos LGBTQIAPN+ ganhou destaque na agenda política nacional nas primeiras décadas do século XXI.

No decorrer dos anos, o debate se tornou mais proeminente e relevante na agenda política nacional de acordo com a tabela a seguir:

Quadro 01 – Políticas Públicas Direcionadas à comunidade LGBTQIAPN+

Ação	Natureza da Ação	Ano
Criação do Programa Nacional de Aids no Ministério da Saúde	Embora não seja uma política exclusiva para LGBT e nem vislumbre a garantia transversal da cidadania LGBT, o Programa se configurou como estratégico parceiro do Movimento LGBT no Estado, ainda mais numa época de pouco diálogo entre as duas instâncias. Essa estrutura tem por objetivo diminuir a transmissão de HIV e Doenças Sexualmente Transmissíveis e melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com essas doenças. Apoiou o Movimento LGBT financiando projetos, eventos e paradas do orgulho a partir do início da década de 90.	1988
Programa Nacional de Direitos Humanos I	Breve menção dos homossexuais como detentores de direitos humanos.	1996
Criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos	Tendo sido criada na estrutura do Ministério da Justiça, foi fortalecida em 1999 passando a ser chamada de Secretaria de Estado de Direitos Humanos e o titular da época conquistou status de Ministro. No Governo Lula, em 2003, se torna Secretaria Especial de Direitos Humanos com mais recursos e estrutura. É a partir desse período que a agenda LGBT começa a ser gestada na política de direitos humanos.	1997
Programa Brasil Sem Homofobia	Gestado no período Lula, fruto da parceria entre o Governo Federal e lideranças LGBT. Prevê um conjunto de ações que visam combater a homofobia.	2004
I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT à época)	Convocada por Decreto Presidencial, representou um marco na elaboração e construção de políticas públicas em conjunto com a população LGBT fortalecendo a participação social dessa população. É a partir deste evento que a sigla GLBT passa a ser LGBT, conferindo maior visibilidade à pauta do posicionamento lésbico	2008
Disque 100 – Direitos Humanos	O Disque 100 funciona como um canal de denúncia em que segmentos vulneráveis vítimas de violência podem denunciar através de ligação telefônica. Em fevereiro de 2011, passa a atender a população LGBT.	2011
III Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	resultou a assinatura de Decreto Nacional que reconhece e utiliza o nome social de pessoas trans e travestis no âmbito federal, publicado pela presidenta Dilma Rousseff, em meio ao seu processo de impeachment (2016). O tema deste terceiro processo conferencial foi “Por um Brasil que Criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”.	2016

Fonte: Trajetória das ações estatais voltadas para a população LGBT em âmbito federal (PEREIRA, C. F. 2016). Adaptação da Autora (2024).

As políticas públicas, muitas vezes, não alcançam a eficácia necessária para reduzir a violência e a discriminação contra a população LGBTQIAPN+. A ausência de um marco legal que regulamente a punição de atos discriminatórios agrava essa situação. Embora tenham havido tentativas de incorporar as demandas dos movimentos sociais LGBTQIAPN+ na agenda política, principalmente por governos de esquerda, essas iniciativas falharam em concretizar

mudanças significativas. Além disso, a influência de grupos religiosos conservadores e a persistência de um sistema estatal patriarcal e heteronormativo continuam a representar grandes desafios.

3.2 Espaço Públicos

Os espaços públicos, ainda que pretensamente acessíveis de modo igualitário, apresentam variações significativas nas possibilidades de uso e ocupação, dependendo dos grupos que os frequentam. Delgado (2006) diz que esses espaços são intrinsecamente políticos, moldados por influências e ideologias que determinam quem pode usufruir plenamente deles.

A cidade pode ser julgada e entendida apenas em relação àquilo que eu, você, nós e (para que não nos esqueçamos) ‘eles’ desejamos. Se a cidade não se encontra alinhada a esses direitos, então ela precisa ser mudada. [...] A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações. [...] A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar (Harvey, 2013, p. 1)

O acesso aos espaços públicos, embora aparentemente universal, é mediada por fatores sociais, culturais e políticos que podem restringir o acesso a determinados grupos. A população LGBTQIAPN+ frequentemente encontra barreiras em ambientes que, embora públicos, são permeados por normas heteronormativas e cisnormativas. Esses espaços, muitas vezes, são hostis ou inadequados para a expressão livre de identidades e orientações que divergem da norma estabelecida.

Assim, estes ambientes, ainda que públicos, se enquadram no local de negação do direito à cidade. A imposição dessa moralidade dominante nos espaços públicos, que são concebidos como lugares de respeito e conformidade, reforça a exclusão daqueles que não se enquadram nos padrões tradicionais.

O direito à cidade, conforme definido por Henri Lefebvre (2011), envolve o direito a uma vida urbana transformada, que se caracteriza pela plena fruição dos espaços, pela promoção de encontros e trocas, e pela apropriação dos ambientes urbanos. Esse conceito enfatiza a importância de ritmos de vida que permitam o uso integral do tempo e do espaço, proporcionando uma vivência urbana mais completa e satisfatória.

Ao pensar em cidade, deve-se considerar a quem ela é pensada e como estão sendo consideradas pessoas que nela vivem, direito à cidade de acordo com Joice Berth (2023) é lar com segurança, com limpeza, saúde, ter acesso a infraestrutura urbana com uma alta qualidade e o direito de ir e vir com facilidade, ter acesso a saneamento básico, oportunidades de trabalho e ao lazer.

A criação de espaços urbanos voltados especificamente para a população LGBTQIAPN+ emerge como uma resposta às necessidades de inclusão e segurança. Estes espaços, que podem incluir bares, clubes, praças e até bairros inteiros, servem não apenas como refúgios de aceitação, mas também como locais de resistência e afirmação identitária. Eles desempenham um papel importante na construção de uma comunidade coesa e na promoção da visibilidade das identidades LGBTQIAPN+.

A presença de espaços LGBTQIAPN+ em ambientes urbanos reflete uma reivindicação pelo direito à cidade. As paradas do orgulho LGBTQIAPN+, por exemplo, que ocupam ruas e avenidas centrais, são eventos simbólicos que transformam temporariamente o espaço público em um local de celebração e resistência.

A Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ é um evento anual que tem como principal

objetivo reivindicar os direitos e a igualdade da comunidade LGBTQIAPN+, além de promover a visibilidade e o respeito por suas diversas identidades de gênero e orientações sexuais. O movimento teve origem no contexto das revoltas de Stonewall, ocorridas em 1969 em Nova York, quando pessoas LGBTQIAPN+ resistiram a uma série de batidas policiais violentas em bares frequentados por essa população. Esses eventos são considerados o marco inicial da luta organizada pelos direitos civis da comunidade LGBTQIAPN+ no mundo (Francchini e Simões,2009).

O dia 28 de junho de 1969 ficou conhecido no mundo todo como o Dia do Orgulho Gay. Peret (2010) aponta que:

na madrugada de 28 de junho de 1969, o que teria sido mais uma batida policial de rotina, no bar Stonewall Inn, no bairro Greenwich Village, em Nova Iorque, tornou-se um espaço de conflito aberto e mostrou claramente a situação insustentável que a população LGBT enfrentava nos EUA, forçada a se manter escondida das vistas do público, com medo da prisão, dos espancamentos e demais abusos da autoridade policial, sem a possibilidade de defesa de quaisquer direitos civis. A partir dali, uma parte dessa população se organizou em grupos de militância, estabeleceu metas pela visibilidade pública e conscientização e participou de movimentos de emancipação, ao lado de feministas, antirracistas e pacifistas contrários às intervenções norte-americanas em outros países. Logo surgiram jornais especializados na questão dos direitos civis negados à população LGBT e, no primeiro aniversário dos confrontos de Stonewall, Nova Iorque e Los Angeles tiveram as primeiras Paradas do Orgulho. (PERET, 2010, p. 64).

Figura 2 – Primeira Parada do Orgulho em Nova York



Fonte: Fred W. McDarrah/Getty Images (2020)

No Brasil, a Parada do Orgulho se consolidou como um dos maiores eventos de mobilização social do país. Durante a parada, participantes ocupam as ruas de grandes cidades para manifestar apoio às pautas da comunidade, exigir o fim da discriminação e a garantia de direitos como casamento civil igualitário, adoção, acesso à saúde e segurança, entre outros. Ao longo dos anos, além de seu caráter de manifestação política, a Parada do Orgulho também se tornou um espaço de celebração da diversidade e de afirmação das identidades LGBTQIAPN+, atraindo milhares de pessoas, tanto da comunidade quanto apoiadores (Vieira, 2021)

Figura 3 – Primeira Parada do Orgulho em São Paulo



Fonte - Agência Aids (2023)

Esse crescimento e visibilidade da Parada do orgulho LGBTQIAPN+, embora positivos em termos de mobilização, também trazem à tona debates sobre o impacto da comercialização desses espaços. A existência de espaços dedicados à comunidade LGBTQIAPN+ também levanta questões sobre segregação. Em alguns casos, esses espaços, inicialmente seguros e inclusivos, podem ser apropriados por interesses comerciais ou turísticos, o que muitas vezes resulta em processos de gentrificação que excluem os membros mais vulneráveis da comunidade. Carvalho e Rodrigues (2016) defendem que essa segregação socioespacial entre privilegiados e os desfavorecidos na estrutura urbana é justificada por motivos estéticos e econômicos, uma vez que *o sistema precisa que eles [marginalizados] continuem na cidade*. Ou seja, aqueles indivíduos devem viver à margem da cidade e só voltar o interesse em caso de necessidade daquele espaço por procura imobiliária e/ou passar a admirar aquelas redondezas (Carvalho, 2016). A mercantilização da cultura LGBTQIAPN+ pode diluir o caráter de resistência que esses espaços inicialmente possuíam, transformando-os em produtos de consumo para públicos externos.

Há a necessidade de que esses espaços não sejam isolados e fechados como um 'gueto' ou seja, os espaços podem gerar a noção de ocupação e pertencimento, mas também devem reproduzir a ideia que não só em ambientes destinados a comunidade deve acontecer trocas respeitadas para/com as pessoas LGBTQIAPN+.

Então, espaços que possuem a comunidade como marco, não podem e não precisam ser isolados para haver segurança, pois a definição de lugar alternativo reforça que não são limitados para pessoas LGBTQIAPN+. Júlio Simões e Isadora França (2005) apontaram que a "concepção de "gueto" enfatiza mais sua dimensão política e cultural, de espaço público, do que propriamente um território delimitado por uma forma específica de ocupação e utilização" (Simões; França, 2005, p. 2).

Por fim, é essencial reconhecer que a população LGBTQIAPN+ não é homogênea, e os

espaços que a atendem devem refletir essa diversidade interna. As interseccionalidades de gênero, raça, classe e outras identidades precisam ser consideradas na criação e gestão de espaços públicos inclusivos. O desafio está em criar ambientes que sejam verdadeiramente acolhedores e representativos de toda a comunidade LGBTQIAPN+, ao mesmo tempo em que se resistem às pressões da normatização e da exclusão.

Portanto, os espaços públicos e urbanos destinados à população LGBTQIAPN+ são fundamentais na luta por igualdade e inclusão, mas precisam ser constantemente repensados e adaptados para garantir que continuem servindo aos interesses de todos os seus membros, mantendo seu caráter inclusivo e resistente frente às dinâmicas de poder existentes. Nesse sentido, a concepção e manutenção desses espaços podem ser realizadas por políticas públicas efetivas, como uma maneira de afirmação concreta do Estado de que essa população está incluída na agenda política, além de simbolizar uma possível superação de uma sociedade conservadora e religiosa presente no país e no sistema político há séculos.

4 Centro de Acolhimento e Apoio LGBTQIAPN+

Esse tópico concentra a análise de como o Brasil e especificamente Brasília abordam a questão da marginalização de pessoas LGBTQIAPN+, com ênfase na eficácia e disponibilidade dos programas sociais destinados a esse grupo. A investigação abordará aspectos como localização, acesso e a qualidade dos serviços prestados. O objetivo é compreender como a infraestrutura existente atende a essas necessidades e avaliar se os recursos disponíveis são adequados e eficientes.

4.1 Origem

Historicamente, a criação de espaços específicos para a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil pode ser vista como uma resposta às contínuas exclusões e à violência estrutural sofrida por esses grupos em espaços públicos convencionais. Um dos primeiros exemplos de espaço destinado à comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil são os bares e clubes que emergiram em cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, a partir da década de 1960. A partir desse período, o Brasil entra em uma função marcada por ONGs que, entre 1992 e 2005 se tornam marcos da comunidade por sua organização em variados formatos e grupos.

Durante a década de 1990, os projetos em vigor promoveram a organização do Movimento LGBTQIAPN+ na forma de ONGs e a competição pela implementação de iniciativas estatais, especialmente aquelas voltadas para a prevenção do HIV/AIDS (Facchini; França, 2009). Nesse contexto, a saúde emergiu como a principal pauta de políticas públicas no Estado, com ênfase no combate ao HIV/AIDS, que no Governo Lula foi transformada em políticas de direitos humanos e cidadania, incluindo a implantação de políticas afirmativas e participativas. Foi nesse período que se constituíram grandes redes nacionais, reunindo dezenas de organizações locais e de base, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Rede Afro LGBT, entre outras. Além disso, houve um aumento da visibilidade na sociedade e na mídia por meio das Paradas do Orgulho LGBT, outra característica marcante desse período (Pereira, 2016).

O Brasil foi o primeiro país a realizar uma atividade desse tipo, ocorrida no ano que marcou os 30 anos do movimento LGBT no país, formalizando o compromisso do Estado brasileiro com os direitos da população LGBT, um marco histórico na luta pela Cidadania e

pelos Direitos Humanos da população (Brasil, 2008)

Apresentado a necessidade de políticas públicas e como isso impacta a vida da comunidade, nasce a necessidade de casas de inserção social, apoio e acolhimento para aqueles que sofrem essa discriminação e se encontram em situação de pouca ou nenhuma emancipação financeira ou autonomia em geral o que os colocam em uma situação de vulnerabilidade.

Os impactos desses espaços não refletem apenas para pessoas pertencentes a comunidade, mas também ao entorno. Mariana Vick (2023) diz que a passagem por casas de acolhimento pode trazer um tipo de apoio para a pessoa descobrir ou compreender a sexualidade, acessar equipamentos públicos, concluir estudos e buscar empregos, possibilitando, futuramente, a reaproximação da família. Algumas dessas pessoas, não conhecem a dignidade de espaços próprios como seus quartos ou sua própria cama até que encontram locais de apoio, trazendo também uma nova visão de vida e futuro (Bestetti, 2014).

Para o entorno, Duarte (2023) diz que casas de acolhimento tornam a presença da comunidade no que se pode colocar, “normalizada” nos bairros onde são colocadas pois aumentam a convivência harmônica entre esses grupos diferente, aumentam também a necessidade desses locais bem localizados, mostrando a noção de pertencimento mesmo que fugindo dos padrões antes estabelecidos. Espaços que promovem cursos e eventos desempenham um papel significativo na comunidade local ao oferecer atividades que beneficiam tanto os moradores quanto os visitantes. Esses espaços não apenas ampliam as oportunidades de participação social para indivíduos fora da vizinhança, mas também transmitem uma mensagem positiva sobre a população LGBTQIAPN+, contribuindo para a construção de uma imagem mais inclusiva e acolhedora dessa comunidade.

4.2 Como o Brasil lida com isso?

O Brasil ainda caminha para políticas públicas a pessoas LGBTQIAPN+, e possui alguns programas sociais com o objetivo de diminuir a violência e discriminação ainda muito presente no dia dia da comunidade, de acordo com a Secretaria de Comunicação Social de 2024, mais de R\$ 8,5 milhões será investido em programas de proteção e garantia de direito de pessoas LGBTQIAPN+ e, de acordo com o Goveno Federal:

"É a apresentação de um conjunto de políticas públicas voltadas para cidadãos e cidadãos brasileiros, que comumente são abandonados e esquecidos pela sociedade e pelo Estado brasileiros", afirmou o ministro ao pontuar o trabalho do Governo Federal na promoção da dignidade a todas as pessoas. (Silvio Almeida, 2024))

Alguns desses locais em que será direcionado esses investimentos de acordo com a Secretaria de Comunicação de 2024:

A casa Acolher – é um programa nacional de fortalecimento das casas de acolhimento LGBTQIAPN+ que possui como objetivo acolher pessoas em situação de rua ou recém-abandonadas pela família oferecendo apoio psicológico e possibilitando diminuir os riscos de discriminação e perigos em que a rua pode propor. A casa é localizada a 2013 km do centro de Brasília.

A casa Empodera+ - é um projeto de trabalho digno com o objetivo de gerar renda e trabalhos para pessoas LGBTQIAPN+, oferecendo preparação para o mercado de trabalho,

reinserção social em caso de perda de emprego e um giro de economia gerado por pessoas incluídas na comunidade. Esse programa, que ainda é muito recente, atende nos estados do Pará, Maranhão, Espírito Santo, Ceará e Rio Grande do Sul. O programa envolve apoio a pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social oferecendo bolsa para preparação e inserção no mercado de trabalho (Secretaria de Comunicação, 2024). O programa ainda não atende o Distrito Federal.

Casa Aurora – O primeiro centro de acolhimento exclusivo de pessoas LGBTQIAPN+ de Salvador - BA, tem como objetivo o acolhimento de jovens entre 18 a 29 anos em situação de vulnerabilidade, oferecendo além do acolhimento, mas também alimentação, produtos de higiene, serviços jurídicos, projetos socioeducativos e atendimento psicológico gratuito. O serviço que oferecem depende de doações e financiamento coletivo.

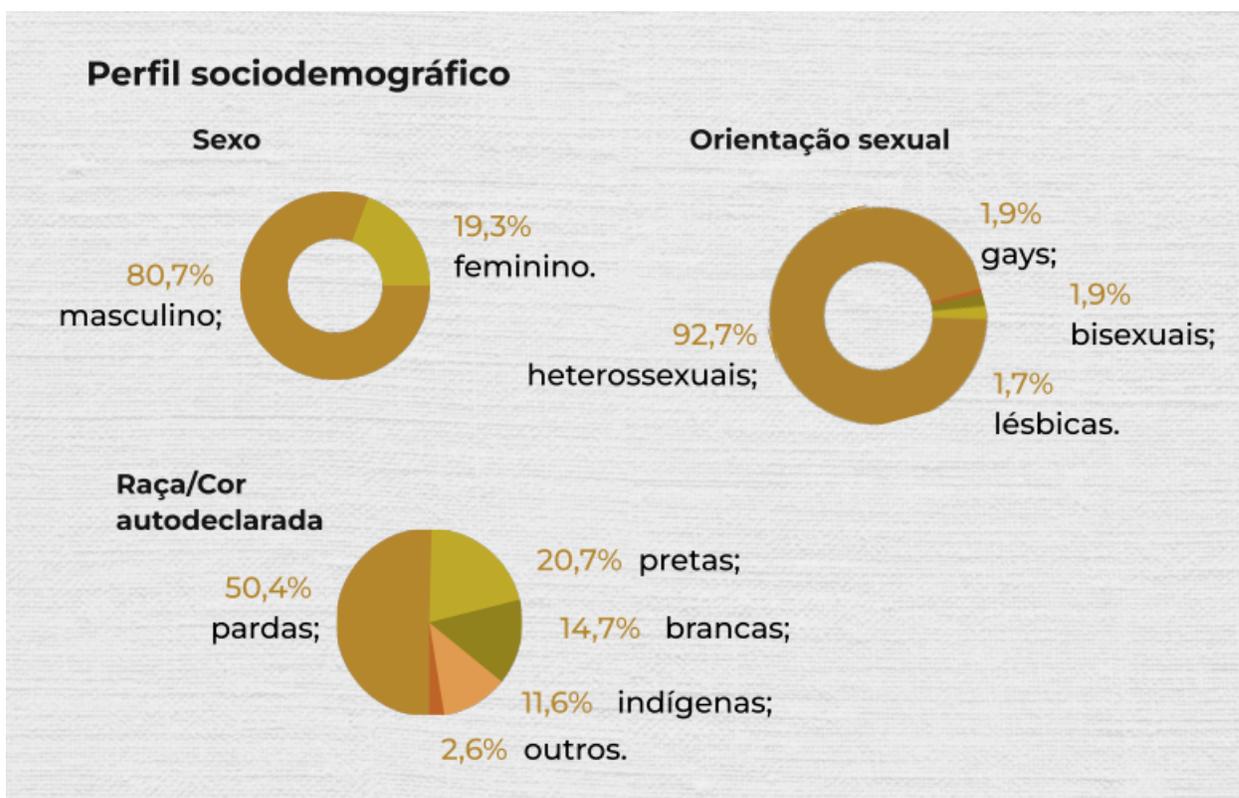
Instituto Transviver - O Instituto Transviver é um centro de cultura, educação, esportes e acolhimento para LGBTQIAPN+, mas com um olhar especial para as pessoas trans. Criado em 2018 pelos ativistas Regina Guimarães e Juan Guiã, o projeto luta hoje pela reforma de sua sede. Após a conclusão das obras, a casa será o primeiro espaço de acolhimento de pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social de Pernambuco, com dormitórios, cozinha e área de convivência completas. A manutenção também é feita por meio de financiamento coletivo e doações.

Ao observar as iniciativas voltadas para a população LGBTQIAPN+ no Brasil, é possível perceber que, embora existam políticas públicas e programas sociais, a proteção e a promoção de direitos ainda enfrentam desafios significativos. O investimento em programas como a Casa Acolher, Casa Empodera+, Casa Aurora e Instituto Transviver demonstra um esforço em acolher, capacitar e proteger indivíduos LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade. No entanto, a dependência de financiamento coletivo e doações em alguns desses projetos pode demonstrar a necessidade de um apoio institucional maior e mais consistente. Portanto, é essencial que essas políticas e programas continuem a se expandir e consolidar para garantir a dignidade e os direitos da comunidade, assegurando que essa parcela da sociedade não seja ainda mais negligenciada.

4.3 Como Brasília lida com isso?

No Distrito Federal, de acordo com o Codeplan (Companhia de Planejamento do Distrito Federal) 2022 foi localizado 2.938 pessoas em situação de rua, desta população total, 5,5% não se consideram heterossexuais e a localidade dessas pessoas era, de maioria, no Plano Piloto, e nas regiões administrativas São Sebastião, Ceilândia, Taguatinga, Guará, Planaltina, Gama e Arniqueira e etc. Trazendo a necessidade de um local mais centralizado para o possível acesso de todos que o necessitam. (Figura 3)

Gráfico 4 – Perfil sociodemográfico no Distrito Federal



Fonte: Campanha de Planejamento do Distrito Federal (2022)

A cidade de Brasília, sendo a capital do Brasil, ocupa uma posição central em termos de visibilidade e representatividade política e social. No entanto, no que se refere ao apoio e acolhimento à população LGBTQIAPN+, observa-se uma carência significativa de espaços dedicados a essa finalidade. Atualmente, Brasília conta com a Casa Rosa, que funciona como um local de acolhimento para essa população, oferecendo suporte a pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, mesmo que, de acordo com a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação de Getúlio Vargas, o DF é a unidade federativa com maior taxa de denúncia contra crimes de LGBTfobia do país.

A Casa Rosa LGBT – É um espaço dedicado às pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ que propõe assistência social, acolhimento, educação sexual, assistência jurídica, distribuição de cestas básicas, qualificação profissional e apoio psicológico para jovens e adolescentes. A casa depende de doações da sociedade civil e algumas parcerias de apoiadores. A residência fica

localizada em Sobradinho – DF, cerca de 30km do centro de Brasília e possui, ainda, uma estrutura pequena em comparação a quantidade de pessoas que a necessitam, afirma o diretor da casa Marcos Tavares.

Figura 4 – Diretor da casa Rosa Marco Tavares



Além da Casa Rosa, a cidade possui uma pensão que serve como ponto de passagem rápida para membros da comunidade LGBTQIAPN+. Este espaço, embora ofereça um serviço temporário, não supre a demanda por abrigos e centros de apoio de estadia prolongada que possam atender às necessidades mais complexas e variadas dessa população. A república é vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) e gerida pelo Ipês. A república possui como objetivo apenas moradia, ou seja, toda a parte de apoio, ensino e alimentação não é oferecida de forma gratuita ou livre, necessitando que seja buscada em outro lugar. (Milena Castro, 2021). A escassez de locais destinados ao acolhimento LGBTQIAPN+ em Brasília reflete uma lacuna significativa na infraestrutura social da cidade.

Dada a importância de Brasília como capital federal e sede de importantes órgãos governamentais, a falta de investimentos em políticas públicas que promovam o estabelecimento de mais locais de acolhimento e apoio LGBTQIAPN+ levanta questões sobre o compromisso do Estado em garantir os direitos dessa população. A existência de apenas dois espaços formais direcionados a comunidade destaca a necessidade de um esforço maior por parte das autoridades e da sociedade civil para a criação e manutenção de novos centros de

apoio, que possam proporcionar segurança, dignidade e inclusão a todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Portanto, é evidente a importância dos centros de acolhimento para a população LGBTQIAPN+, tendo em vista que esses locais permitem às pessoas entrarem em contato- a maioria pela primeira vez- com uma relação de dignidade social, apoio e harmonia. Apesar disso, são necessárias medidas para preservar esses locais e, acima disso, aumentar o número dessas instituições pelo país, visando combater o sucateamento e a escassez delas. Por fim, espera-se superar o cenário em que a capital do país possui somente dois espaços para as ações de acolhimento e apoio.

5 ESTUDO DE CASOS

Os estudos de caso trazidos incluem o LGBT Center de Los Angeles, projetado pelo escritório Killerfer Flammang Architects, Leong Leong, a Escola para garotas projetada por Diana Kellogg. Esses projetos demonstram a importância de uma arquitetura pensada nas necessidades específicas dos usuários deste local para aprendizado até um local onde possa ser recorrido em caso de necessidade social, de segurança, ou hospedagem, contribuindo assim para a criação de espaços que promovem o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. Será realizada uma investigação sobre o impacto do design ambiental no bem-estar físico, emocional e cognitivo dos usuários, com o objetivo de promover a inclusão e a inserção. Além disso, será analisada a aplicação de conceitos de arquitetura para equipamentos comunitários, considerando as necessidades específicas de saúde e cuidados dos usuários.

5.1 Los Angeles LGBT Center

O centro LGBT em Los Angeles é um centro comunitário que oferece apoio e acolhimento temporário e moradia com o valor mais acessível àqueles que o necessitam, o espaço foi projetado para abrigar até 100 leitos de jovens e 99 para idosos, oferece também serviços sociais e comunitários, promovendo a reintegração social dessas pessoas.

O conceito do edifício é ser integrado para promover maior relação entre as pessoas que nele vivem, é acessível aos pedestres e possui facilidade de acesso entre um bloco e outro, possui uma grande influência solar e espaços abertos, promovendo biofilia, as portas e janelas foram projetadas para que deslizam para cozinha e a área ao ar livre, promovendo a integração entre o exterior e o interior. Na entrada do centro do campus há uma fachada de vidro que incorpora uma parede que retrata a história da comunidade LGBT (Pintos, Paula 2019).

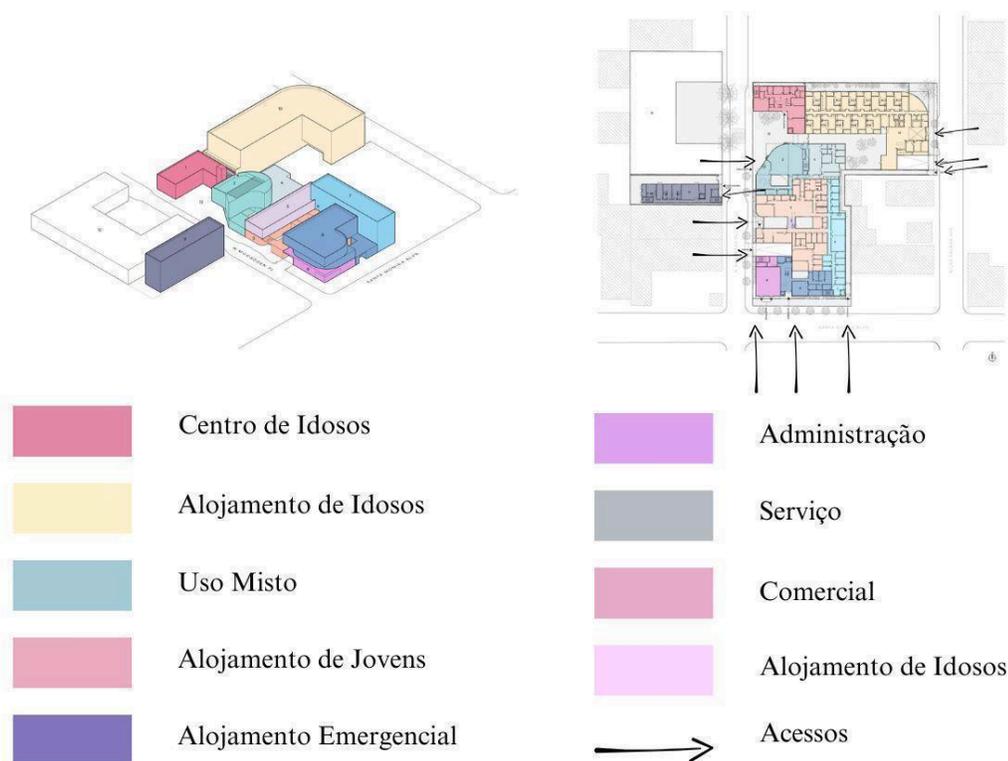
O Centro, atualmente, é o maior centro LGBT sem fins lucrativos existente.

Figura 5 e 6 – Fachada Principal Edifício Los Angeles LGBT Center



Fonte: ArchDaily (2019)

Figura 7 e 8 – Planta Baixa e Setorização Esquemática:



Fonte: ArchDaily (2019). Adaptação da autora (2024).

Arquiteto: Leong Leong e Killefer Flamman Architects

Ano: 2019

Área: 185560 pés²

Local: Los Angeles, Estados Unidos.

5.2 The Bridge Homeless Assistance Center

The Bridge é um centro de assistência a pessoas em situação de rua. O projeto deste edifício ganhou um prêmio de “best Architectural Entry”, que é uma premiação renomada para projetos voltados a pessoas desabrigadas que buscam a forma mais inovadora para que pessoas em necessidade lidem com a falta de moradia.

O espaço é dividido por cinco prédios que são separados por serviços específicos como o de serviço, apoio a saúde, higiene, refeitório, auxílio médico, setor jurídico e aconselhamento, área de lavanderia, biblioteca, espaço infantil, área de treinamento, área de animais, dormitório, dormitórios ao ar livre e etc. O partido do edifício é a centralidade, então todos os edifícios

possuem acesso até a praça central onde se encontra o refeitório que é partilhado com todos os seus usuários. Seus principais materiais usados são o vidro, o concreto e o tijolo.

Figura 9 e 10 – Pátio Central e Fachada Principal: The Bridge Homeless Assistance Center



Fonte: Archdaily (2010)

Arquitetos: Overland Partners

Ano: 2008

Área: 75000m²

Local: Dallas, Estados Unidos.

Figura 11 – Planta de Implantação: The Bridge Homeless Assistance Center



- | | |
|--------------------------|----------------------|
| 1- Serviços | 5 - Pátio Principal |
| 2 - Pátio dos Residentes | 6 - Jardim Principal |
| 3 - Recepção | 7 - Refeiório |
| 4 - Acesso Principal | 8 - Estacionamento |

Fonte: Archdaily (2010). Adaptação da autora (2024)

Figura 12 – Planta do Têrreo: The Bridge Homeless Assistance Center



- | | | | |
|--|-----------------------------|---|----------------------------|
|  | 1- Treinamento |  | 5 - Dormitório ao ar Livre |
|  | 2 - Atendimento Psicológico |  | 6 - Vestiários |
|  | 3 - Recepção |  | 7 - Refeição |
|  | 4 - Estoque de Doações |  | 8 - Aitório |

Fonte: Archdaily (2010). Adaptação da autora (2024)

Figura 13 – Planta de Primeiro Andar: The Bridge Homeless Assistance Center



- 1- Dormitórios e Home Office
- 2 - Serviços

Fonte: Archdaily (2010). Adaptação da autora (2024)

Figura 14 – Planta de Segundo Andar: The Bridge Homeless Assistance Center



- 1 - Dormitório Feminino
- 2 - Administração
- 3 - Dormitório PNE
- 4 - Dormitório Masculino

Fonte: Archdaily (2010). Adaptação da autora (2024)

Arquitetos: Overland Partners

Ano: 2008

Área: 75000m²

Local: Dallas, Estados Unidos.

5.3 Casa de Acolhimento infantil no Senegal

De acordo com Kaira Loro, os arquitetos ao projetarem essa casa querem transparecer a beleza da África em junção à natureza. A intenção do projeto é mostrar para as crianças como é possível residir em um local calmo, saudável, e que mostre a pureza infantil. A casa contém aberturas para controle de temperatura, levando em consideração a área que chega a temperatura extrema, na centralidade da casa o conceito de água traz uma fonte a céu aberto que funciona através da captura da água da chuva.

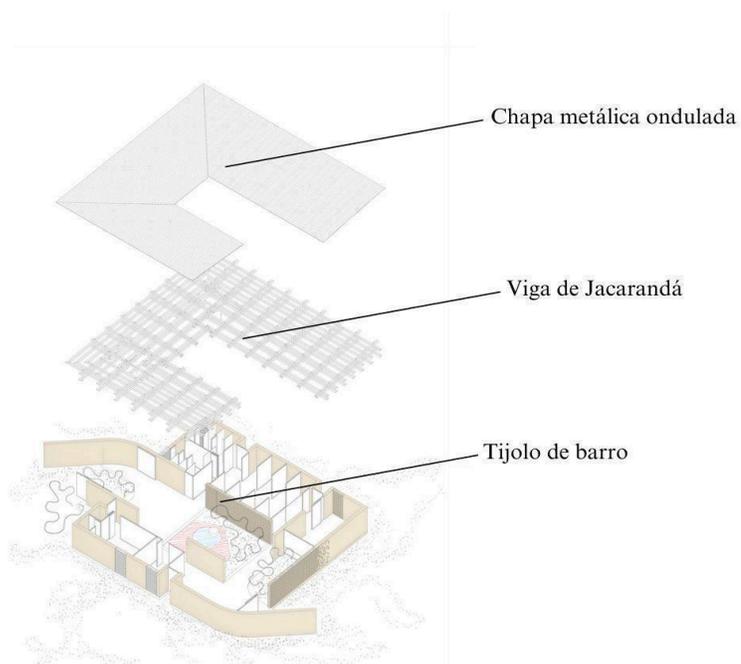
Figura 15 e 16 – Fachada Principal e Interior: Casa de Acolhimento Infantil



Fonte: Archdaily (2022)

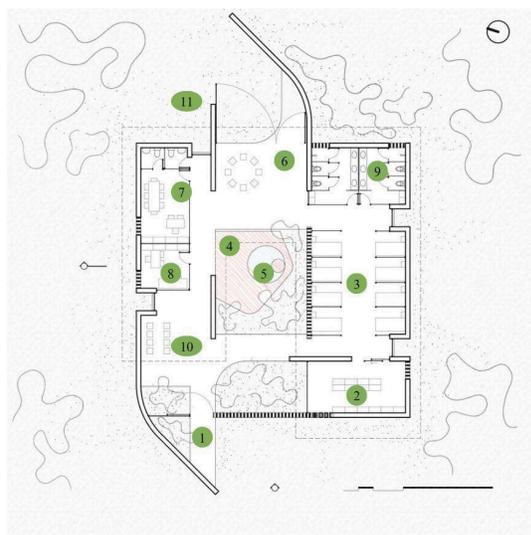


Figura 17 – Estrutura



Fonte: Kaira Looor (2022). Adaptação da autora (2024).

Figura 18 – Planta baixa e Estrutura



- | | | |
|-------------------|---------------------------|-------------|
| 1 - Entrada | 6 - Recreação | 11 - Jardim |
| 2 - Armários | 7 - Administração | |
| 3 - Dormitórios | 8 - Clínica | |
| 4 - Pátio | 9 - Vestiários e Banheiro | |
| 5 - Fonte de Água | 10 - Hall | |

Fonte: Kaira Looor (2022). Adaptação da autora (2024).

Arquitetos: Mario Rubem Costa, Rafal Lamay Silva Santos

Ano: 2022

Local: Senegal, África.

Os estudos de caso apresentam dois centros de acolhimento, um direcionado a comunidade LGBTQIAPN+ e um não, e uma casa de acolhimento infantil destinadas a crianças em necessidade e/ou vulnerabilidade, levando em consideração que o centro Um Lugar para ir pretende também oferecer apoio e acolhimento, os estudos servem como base para um fluxograma funcional, uma materialidade que proponha conforto e um programa de necessidades e diretrizes que tornam o edifício um local seguro e bem planejado e além disso, cada projeto possui características únicas, aborda desafios específicos, seja na arquitetura inclusiva, como o Los Angeles LGBT Center, na centralidade ou materialidade como o The Bridge Homeless Center, na funcionalidade na sustentabilidade ou na interação social como a Casa de Acolhimento Infantil no Senegal. Esses exemplos demonstram a importância de um planejamento cuidadoso, atencioso e empático, focado na qualidade de vida dos usuários e na inclusão social e comunitária. Através desses exemplos, evidencia-se como a arquitetura unida ao apoio e acolhimento pode ser um refúgio para pessoas em necessidade.

6 O PROJETO

Diante do exposto, este tópico aborda o projeto arquitetônico que surgiu a partir do problema da falta de casas de acolhimento e apoio destinados à comunidade LGBTQIAPN+, enfatizando a necessidade de um local seguro, onde as pessoas possam recorrer e se sentir à vontade para serem elas mesmas. A partir disso surge as seguintes diretrizes para um Centro de Acolhimento e Inserção social a comunidade LGBTQIAPN+: i) **Privacidade:** Salas de apoio e consultórios com divisórias e isolamento acústico para garantir privacidade; ii) **Espaços Comunitários:** Incluir áreas de convivência e interação social para promover a construção de comunidade; iii) **Espaços Multifuncionais:** Projetar espaços que possam ser adaptados para diferentes atividades e grupos de apoio; iv) **Representatividade:** Incorporar elementos de design que reflitam a diversidade e cultura LGBTQIAPN+, como murais ou obras de arte criadas por artistas da comunidade; v) **Espaços de Expressão:** Criar áreas onde os visitantes possam expressar sua identidade e criatividade; vi) **Sustentabilidade:** Adotar práticas de design sustentável para minimizar o impacto ambiental; vii) **Hospedagem:** Garantir espaços confortáveis com privacidade, dignidade para moradias breves e a longo prazo.

6.1 O Local

Para a escolha do local de intervenção, foram levados em consideração algumas necessidades para cumprir o que o centro precisaria para se tornar a sua melhor versão que seria um lugar com fácil acesso para que qualquer pessoa pudesse chegar sem dificuldade, local arborizado e com espaços verdes para a garantia de maior conforto e um lugar que fosse permitido o uso residencial temporário mas também que pudesse acontecer atividades acadêmicas, vendas e de convívio. Assim, surge um lote localizado na quadra 606 no Setor de Grandes Áreas Norte onde possui grande fluxo de ônibus, ciclovias, acesso para carros e

pedestres sem maior dificuldade, além de ser localizado entre duas grandes vias a L2 e a L3 Norte e possuir 19.899m².

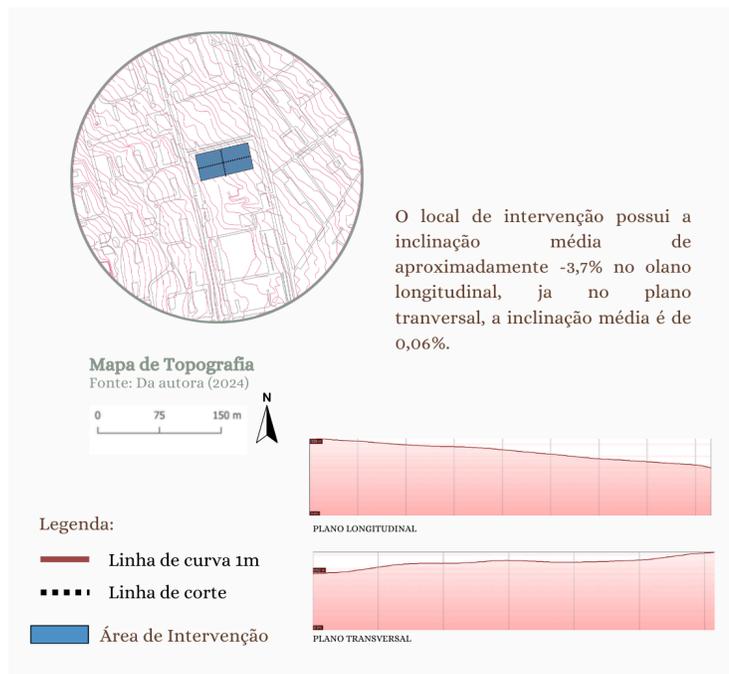
Figura 19 – Mapas de Localização do Lote



Fonte: Autora (2024).

O local de intervenção oferece algumas condições que se tornaram fundamentais para que o projeto fosse contemplado, como topografia, bioclimatismo e vegetação.

Figura 20 – Mapas de Topografia



Fonte: Autora (2024).

Figura 21 – Mapas de Bioclimatismo



Fonte: Autora (2024).

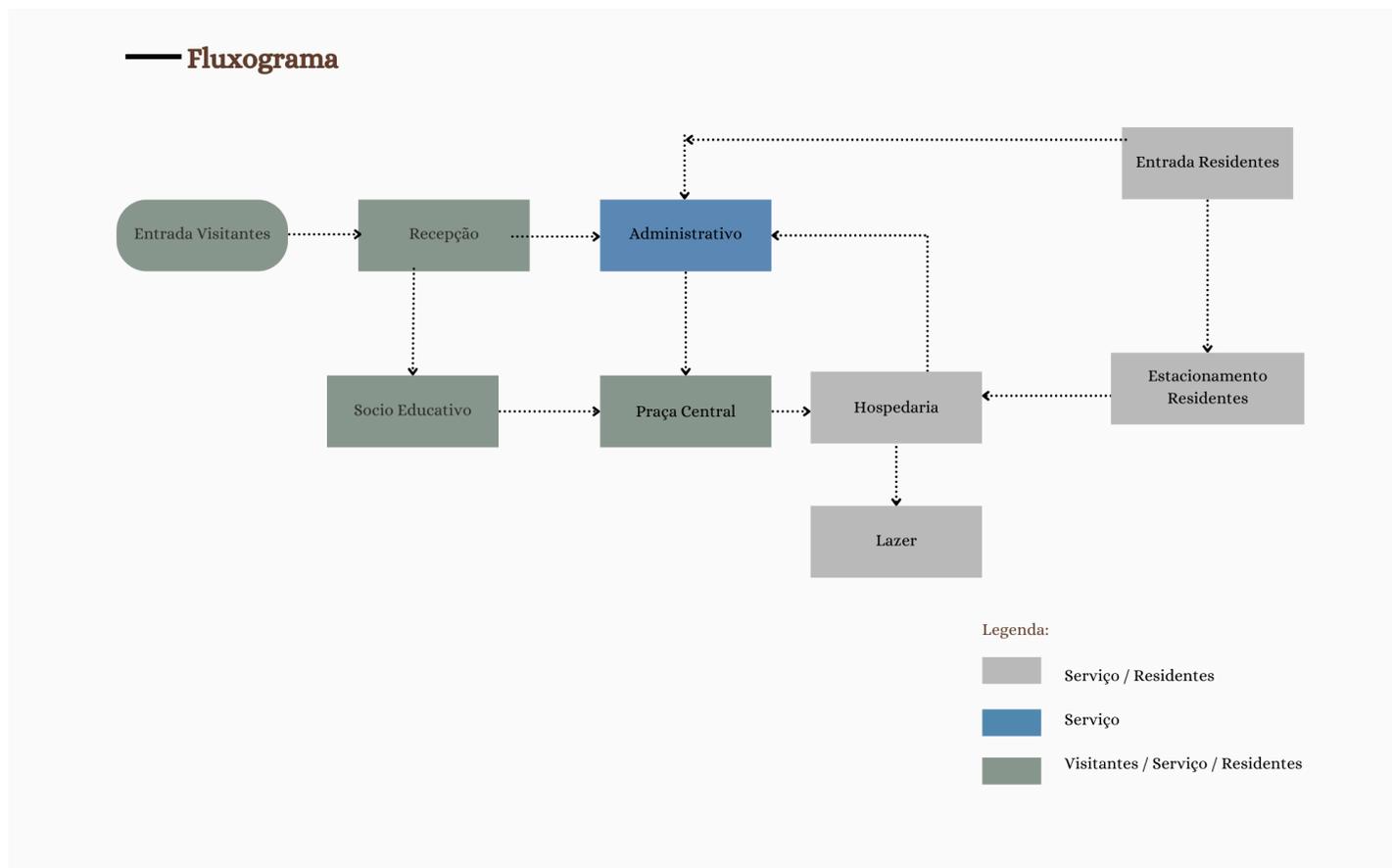
Figura 22 – Mapas de Vegetação



Fonte: Autora (2024).

Para que o projeto seja realizado, surge um programa de necessidades com 1485m² de área construída, com cinco edifícios sendo eles: recepção onde será a porta de entrada do centro para além de recepcionar possíveis moradores e visitantes, será um edifício destinado a exposição de artes, lojas e cafeteria; administrativo onde toda forma teórica funcionará o centro com sala técnica, diretoria e administrativo em geral; socioeducativo onde todo curso de preparação, artes, atendimento médico e psicológico acontecerá e, por último, hospedagem onde será localizado toda moradia temporária.

Figura 23– Fluxograma



Fonte: Autora (2024).

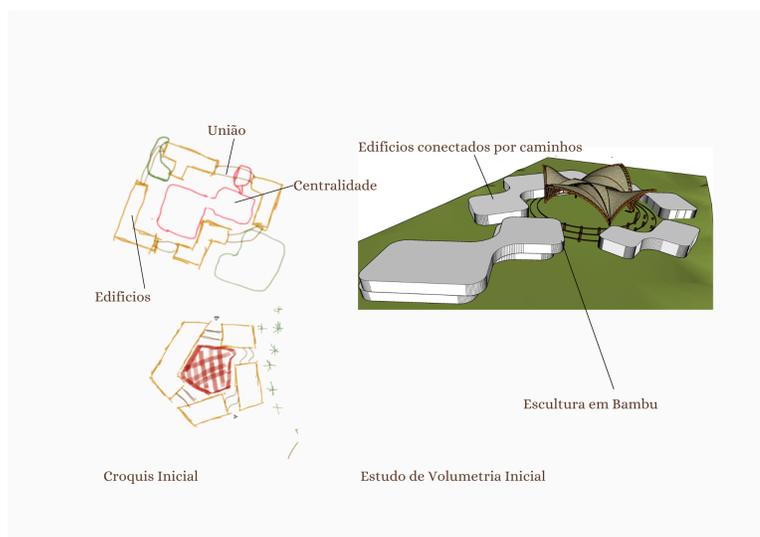
6.2 Conceito X Partido

A partir dos estudos, foi possível idealizar um Centro de apoio e Acolhimento que trabalhasse em respostas aos problemas de inserção social com base na vivência de pessoas da comunidade, onde sua edificação se baseia em: **Resistência**. Diante do conceito em resistência, surge a matéria **Bambu** que é um material de extrema resistência, porém, flexível, leve e aberto a inúmeras possibilidades construtivas.

O partido além do conceito e materialidade, são as mãos dadas da comunidade com o lema "ninguém solta a mão de ninguém" como guia de tudo o que faz. Esse lema vai muito além de palavras: ele representa um compromisso real com a coletividade, a solidariedade e a resistência frente às dificuldades.

Figura 24– Partido

Fonte: Adaptação Autora (2024).

Figura 25– Processo de Projeto

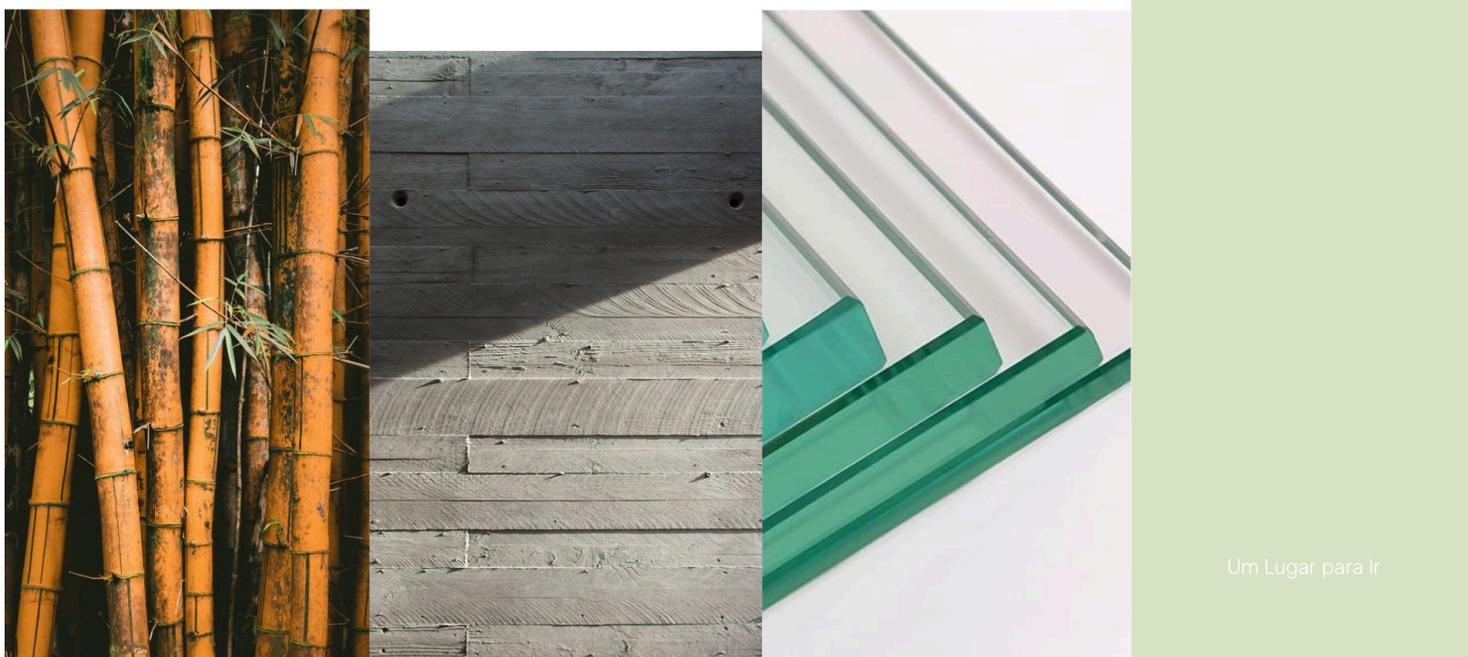
Fonte: Adaptação Autora (2024).

6.3 Um Lugar para Ir

O centro de acolhimento e inserção social para a comunidade LGBTQIAPN+ - Um Lugar para Ir é formado por cinco edifícios interligados por caminhos, além de área de lazer e espaços verdes para maior convívio social. O edifício procura, através da história e vivências atuais transmitir o que a comunidade é de fato além de violência e discriminação por quem é, procura através da arquitetura demonstrar sua fluidez, suas curvas, sua particularidade de forma conjunta, assim, além de sua forma orgânica de escultura central em bambu, sua forma em edifícios curvos demonstrando como a comunidade não é rígida. Por isso, a materialidade do centro foi baseada em concreto para as curvas e para trazer maior brasilidade e o bambu guadua que é uma espécie com maior facilidade de encontro no Brasil.

Figura 26– Materialidade

MATERIALIDADE



Fonte: Adaptação Autora (2024).

Assim, surge a implantação e o projeto como um todo.

Figura 27– Planta de Implantação



Fonte: Adaptação Autora (2024).

Planta de Implantação

Escala: 1/200

As Elevações demonstram um pouco da materialidade e como o edifício se comporta implantado no lote escolhido, como aproveita bem a topografia e a escolha de fachadas específicas para cada uma que possui ou não maior influência solar, um aproveitamento da vista, do espaço e das áreas destinadas.

Figura 28 e 29– Elevações



Fonte: Adaptação Autora (2024).

Fachada Lateral Esquerda

Escala: 1/200



Fonte: Adaptação Autora (2024).

Fachada Lateral Direita

Assim, conclui-se que o projeto busca estabelecer uma relação harmoniosa com o entorno urbano, utilizando elementos que promovem inclusão. A configuração dos espaços reflete a proposta de criar um ambiente funcional e acolhedor, que atende às demandas da comunidade LGBTQIAPN+ e contribui para sua inserção social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões realizadas ao longo do artigo abordaram, de forma integrada, as questões de vulnerabilidade social enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ no contexto brasileiro, com destaque para os desafios específicos vivenciados em Brasília-DF. A pesquisa ofereceu uma análise histórica e conceitual que relaciona exclusão social, discriminação moral e os impactos desses fatores na vivência dessa população. As políticas públicas existentes foram avaliadas quanto à sua eficácia, apontando lacunas no enfrentamento da discriminação e na promoção de direitos.

Além disso, foi destacada a importância dos espaços públicos e de acolhimento, tanto na garantia de um ambiente seguro quanto na criação de oportunidades para a reintegração social. Por meio dos estudos de caso apresentados, observou-se como soluções arquitetônicas podem ser ferramentas eficazes para a inclusão, proporcionando espaços que promovem dignidade, segurança e bem-estar.

O artigo reforçou a relevância de centros de acolhimento como parte de uma estratégia mais ampla de inclusão social. Foram apontadas diretrizes para o desenvolvimento do projeto que busca atender às necessidades específicas da população LGBTQIAPN+, considerando questões como acessibilidade, privacidade, segurança, representatividade e sustentabilidade.

Assim, conclui-se que a integração entre políticas públicas inclusivas e um planejamento arquitetônico consciente é fundamental para aliviar as vulnerabilidades enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+, promovendo uma sociedade mais justa e acolhedora.

Com isso, o projeto do centro de acolhimento e inserção social é feito através das necessidades de vivência da comunidade, a falta de um local de apoio em Brasília projeto foi desenhado para incluir áreas de convivência, espaços para atividades socioeducativas, dormitórios temporários e serviços de apoio psicológico e jurídico. Tudo isso com uma abordagem que valoriza a sustentabilidade e a representatividade, utilizando materiais como bambu e concreto para simbolizar a força e a flexibilidade dessa população.

Mais do que um local funcional, o projeto se propõe a ser um marco, um espaço que inspire e mostre como a arquitetura e as políticas públicas podem caminhar juntas para transformar realidades e enfrentar desigualdades. Ele busca a possibilidade de um futuro mais justo, onde todas as pessoas, independente de sua identidade ou orientação, tenham um lugar de pertencimento e dignidade.

REFERÊNCIAS

- ABGLT; ANTRA; ACONTECE. *Dossiê de mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil 2021*. [S.l.]: *Acontece*, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.
- ALBUQUERQUE, Erika Japiannu. *Vivência e resistência de jovens negras no contexto universitário: análise da Universidade de Brasília*. 2022. *Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia)* – Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/33423/1/2022_ErikaJapiannuAlbuquerque_tcc.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.
- BENTO, Berenice. *O que é transexualidade?*. [S.l.]: [s.n.], 2008. Disponível em: <https://democraciadireitoegenero.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/07/bento-berenice-o-que-e3a9-transexualidade2008.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.
- BERTH, Joyce. *Direito á cidade é de quem?* Disponível em: <https://habitability.com.br/direito-a-cidade/>. Acesso em: 23 set. 2024.
- BRASIL. *Ministério da Justiça. Portaria MJ 1189/2018*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/classificacao-1/legislacao/arquivos-diversos/PortariaMJ11892018.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.
- BRASIL. *Ministério do Trabalho e Emprego. Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social*. Brasília: MTE; DIEESE, 2007.
- BRASIL. *PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS*. 2008. Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. Direitos Humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de GLBT. Brasília: SEDH-Presidência da República.
- BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CASTEL, Robert. *A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à "desfiliação"*. Cadernos CRH, n. 26 e 27, p. 19-40, 1997.
- CODEPLAN. *Perfil da População de Rua no DF*. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/SE_perfil-da-Populacao-em-Situacao-de-Rua-no-Distrito-Federal.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.
- DI SARNO, Daniela Campos Libório. *Elementos de Direito Urbanístico*. 1. ed., Barueri - São Paulo: Editora Manole Ltda, 2004.
- FACCHINI, Regina. *Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro*. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, 2009.

FOUCAULT, M. *Da amizade como modo de vida. De l'amitié comme mode de vie*. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Gai Pied, [S.l.], n. 25, p. 38-39, abr. 1981. Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/amitie.html>. Acesso em: 22 set. 2024.

FRANÇA, Isadora Lins; *SIMÕES, Júlio. 2005. "Do Gueto ao mercado"*. In: GREEN, J.; TRINDADE, R. (orgs.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora da UNESP.

GROSSI, Miriam Pillar. *Relações de gênero e práticas culturais: uma análise das mudanças no papel das mulheres na sociedade brasileira contemporânea*. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/grossimiriam.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

GUEDES, D. *LGBTFOBIA: Análise Sociojurídica do Fenômeno social e das Propostas de Criminalização*. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23232>. Acesso em: 23 set. 2024.

HARVEY, David. *A liberdade da cidade*. Disponível em: <https://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/A-LIBERDADE-DA-CIDADE-David-Harvey.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

IPEDF. *Identidade de Gênero e orientação sexual no Distrito Federal: Um Olhar Inclusivo*. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/Relatorio-Identidade-de-Genero-e-Orientacao-Sexual-no-Distrito-Federal-um-olhar-inclusivo.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

KOWARICK, L. *Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, p. 61-86, 2003.

LEAL, *Giuliana Franco. Exclusão Social e Ruptura dos Laços Sociais*. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/187612/Exclus%C3%A3o%20social%20e%20ruptura%20dos%20la%C3%A7os%20sociais.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 set. 2024.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Disponível em: https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

LEMOS, Diego José Souza. *Contando as mortes da violência trans-homofóbica: uma pesquisa sociojurídica dos processos criminais na cidade do Recife e uma análise criminológico-queer da violência letal*. Dissertação (Mestrado em Direito) CCJ. Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Pernambuco. – Recife, 2017.

LOSCHI, Ronan. *Um centro de acolhimento e inserção social para pessoas LGBTQIA+*. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/maria/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Downloads/ronanloschi,+154>

-UM+CENTRO+DE+ACOLHIMENTO+E+INSER%3%87%C3%83O+SOCIAL+PARA+PE SSOAS+LGBTQIA....pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997. Acesso em: 23 set. 2024.

OLIVEIRA, Ronan Loschi de. *Políticas públicas no Brasil: uma análise crítica [recurso eletrônico]*. 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20739/1/Pol%C3%ADticasP%C3%ABlicasBrasil%20\(1\).pdf](https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20739/1/Pol%C3%ADticasP%C3%ABlicasBrasil%20(1).pdf). Acesso em: 23 set. 2024.

PERET, L. E. N. (2010). *Pegação, Cidadania e Violência: as Territorialidades do Imaginário da População LGBT do Rio de Janeiro*. Revista Contemporânea. UERJ. Ed. 14, Vol. 8, Nº 1. Disponível em: . Acesso em 23 set. 2024.

ROCHA, Simone Rocha da Rocha Pires Monteiro. *O marco Conceitual da Vulnerabilidade Social*. Disponível em: file:///C:/Users/maria/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Downloads/695-Texto%20do%20artigo-2583-1-10-20121210%20(1).pdf.

SANCHES, M. A.; MANNES, M.; CUNHA, T. R. da. *Vulnerabilidade moral: leitura das exclusões no contexto da bioética*. Revista Bioética, Brasília, DF, v. 26, n. 1, p. 39-46, jan./abr. 2018. Disponível em: . Acesso em

VIEIRA, Thalita de Moraes. **Trabalho de Conclusão de Curso – Thalita de Moraes Vieira. 2021.** 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/14495/Trabalho%20de%20Conclusa%CC%83o%20de%20Curso%20-%20Thalita%20de%20Moraes%20Vieira%20\(1\)%20\(1\).pdf?sequenc e=1](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/14495/Trabalho%20de%20Conclusa%CC%83o%20de%20Curso%20-%20Thalita%20de%20Moraes%20Vieira%20(1)%20(1).pdf?sequenc e=1). Acesso em: 01 out. 2024.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus Orixás que me guiaram e me deram forças até aqui.

Ao meu pai, Antônio Bandeira da Silva e minha mãe Ronilde de Fátima Cândido que me inspiraram, me ensinaram a não desistir e possibilitaram minha graduação.

A minha família que me sempre me inspira a ser melhor

A minha namorada Nithielle Lanay da Cunha figueiredo que com palavras como “vambora” e “acredito em você” me motivou sem nem perceber

Aos meus orientadores Iuri Cesario Araújo e Franciney Carreiro de França que sem eles este projeto não existiria, que fizeram mais que orientação, me deram aulas dias após dias e

me apoiaram em todas as versões que este centro poderia ser e se tornou, agradeço também a paciência.

E, principalmente, a minha irmã Júlia Sara Cândido Bandeira que foi a primeira pessoa a me falar que estava mais do que bem eu ser quem eu sou, cresceu comigo como mulher preta e lésbica, me deu força durante meus 25 anos de vida, mas, além de tudo isso, me inspirou com o nome “um lugar para ir” pois era o que ela era. Foi meu primeiro lugar e segue até o fim da minha vida sendo ele. Que de onde ela esteja, esteja me guiando.

Com muito amor, a todos e todas, obrigada.

Um Lugar para ir

Centro de Acolhimento e Inserção Social para a Comunidade LGBTQIAPN+

Centro de Acolhimento e Inserção Social para a comunidade LGBTQIAPN+ - Um Lugar para Ir

Maria Eduarda Cândido Bandeira - 0014298



**Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – UNICEPLAC Curso de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso**

**Um Lugar para Ir: Centro de Acolhimento e Inserção Social para a Comunidade
LGBTQIAPN+**

**Brasília
2024**

MARIA EDUARDA CÂNDIDO BANDEIRA

**Um Lugar para Ir: Centro de Acolhimento e Inserção Social
para a Comunidade LGBTQIAPN+**

Caderno de projeto apresentado como
requisito para conclusão do curso de
Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pelo
Centro Universitário do Planalto Central
Apparecido dos Santos - Uniceplac.

Orientador(a): Prof(a). Dra. Franciney C. de França

**Brasília
2024**

MARIA EDUARDA CÂNDIDO BANDEIRA

**Um Lugar para Ir: Centro de Acolhimento e Inserção Social
para a Comunidade LGBTQIAPN+**

**Caderno de projeto apresentado como
requisito para conclusão do curso de
Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo
pelo Centro Universitário do Planalto Central
Apparecido dos Santos – Uniceplac.**

Orientador(a): Prof(a). Dra. Franciney C. de
França

Brasília-DF, 25 de Novembro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof(a). Dra. Franciney C. de França
Orientador

Prof. Iuri Cesário Araújo
Examinador

SUMÁRIO:

SUMÁRIO.....	5
MEMORIAL JSUTIFICATIVO.....	6
REFERENCIAL TEÓRICO	8
ESTUDOS DE CASO.....	9
DIAGNÓSTICO DO LOTE	12
DIRETRIZES.....	20
PROGRAMA DE NECESSIDADES	21
FLUXOGRAMA.....	22
CONCEITO	23
PARTIDO	24
PLANTA DE SITUAÇÃO	26
IMPLANTAÇÃO.....	27
SETORIZAÇÃO	28
PERSPECTIVAS.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32

— Introdução

Memorial Justificativo

O Centro de Acolhimento e Inserção Social Um Lugar para Ir é um projeto arquitetônico que busca criar um espaço dedicado a oferecer suporte e oportunidades de integração para pessoas LGBTQIAPN+. A proposta abrange o acolhimento em um ambiente seguro, a promoção de atividades de lazer e cultura, além de programas voltados à inserção social e econômica dos usuários. O centro se compromete com a sustentabilidade, tanto em suas práticas operacionais quanto na formação de consciência ambiental entre os participantes. Dessa forma, o projeto busca contribuir para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida para pessoas que buscam apoio e/ou visitantes.

Este trabalho de final de curso propõe um projeto de um centro de acolhimento para a região central de Brasília, localizada na Asa Norte, no Distrito Federal.

De acordo com o Fundo Brasil (2024), a LGBTfobia é um termo usado para se referir a violência e hostilidade contra pessoas LGBTQIAPN, e que aborda uma questão que é frequentemente relatada na sociedade, revelando através de muitas formas, desde assédio moral até a morte. A soma de múltiplos atos de violência, juntamente com a falta de legislação pró-LGBTQIAPN+, contribui para um afastamento social desses indivíduos, resultando em impactos tanto físicos quanto psicológicos, especialmente entre os mais jovens. Além disso, persiste uma significativa lacuna de conhecimento sobre essa questão, o que amplifica os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+.

— Introdução

Objetivo Geral:

O objetivo deste trabalho é explorar a questão da falta de estrutura de acolhimento, reinserção social e apoio para pessoas LGBTQIAPN+ em Brasília e como a arquitetura aliada ao apoio pode ser um instrumento a favor da diversidade.

Objetivos Específicos:

- Por meio de uma análise histórica, o objetivo da pesquisa é analisar as maiores dificuldades e vulnerabilidade de pessoas LGBTQIAPN+ e suas maiores necessidades.
- explorar e analisar qual o histórico e como as políticas públicas direcionadas a pessoas em vulnerabilidade atualmente funcionam, apontando, também, qual a função dessas políticas ao combate a discriminação.
- Apontar como o Brasil e Brasília lidam com a questão de locais para acolhimento, mostrando a quantidade de casas ou centros de apoio próximos de Brasília e qual a necessidade de aumentar a quantidade dessas casas e centros.
- Apresentar estudos de caso que demonstre o objetivo do centro um lugar para ir.

— Referencial Teórico

TEMA:

Centro de Acolhimento e Inserção Social para a comunidade LGBTQIAPN+

Para que um espaço promova acolhimento, apoio e inserção social, é necessário que haja um parâmetro entre cidade, história, necessidades e compreensão, por isso, deve ser pensado para uso de todos, seja quem necessita de um espaço para uma temporada, seja para uma pessoa que busca aprender, ou pessoas apenas visitando e buscando convívios sociais. Diante disso, surge a seguinte questão: De que forma a arquitetura pode contribuir na inserção social da comunidade LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social no Distrito Federal?

POBLEMÁTICA:

A cidade de Brasília, sendo a capital do Brasil, ocupa uma posição central em termos de visibilidade e representatividade política e social. No entanto, no que se refere ao apoio e acolhimento à população LGBTQIAPN+, observa-se uma carência significativa de espaços dedicados a essa finalidade.

Estudos de Caso

Los Angeles LGBT Center

O centro LGBT em Los Angeles é um espaço comunitário que oferece acolhimento temporário e moradia a preços acessíveis para quem precisa. Com capacidade para 100 leitos destinados a jovens e 99 para idosos, o local também disponibiliza serviços sociais e comunitários, buscando apoiar a reintegração social de seus usuários. É atualmente o maior centro LGBT sem fins lucrativos. O conceito do edifício prevê integração entre os espaços, conectados por uma praça central. Essa área comum promove interação social e maior contato com a natureza, incorporando elementos de biofilia em seu projeto.

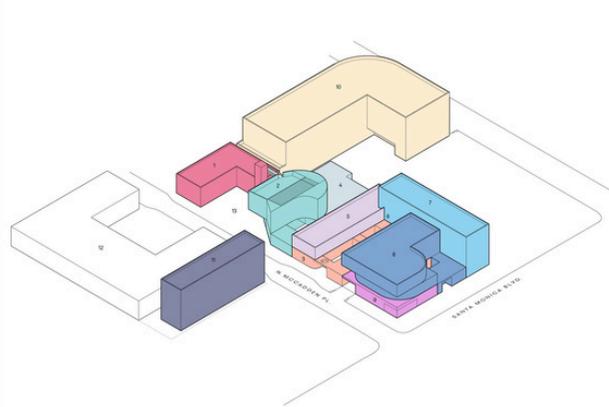
Localização	Los Angeles, Estados Unidos
Ano de Construção	2019
Área de Edificação	185560 pés ²
Equipe Técnica	Leong Leong e Killefer Flamman Architects



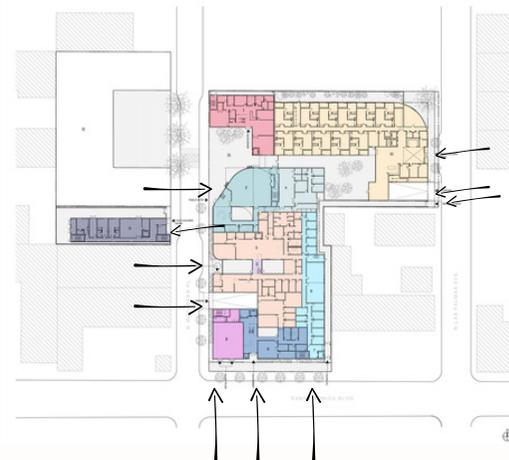
Fonte: LalgCenter (2019)



Fonte: ArchDaily (2019)



ArchDaily (2019). Adaptação da autora (2024).



ArchDaily (2019). Adaptação da autora (2024).

Legendas

	Centro de Idosos		Administração
	Alojamento de Idosos		Serviço
	Uso Misto		Comercial
	Alojamento de Jovens		Alojamento de Idosos
	Alojamento Emergencial		Acessos

Estudos de Caso

The Bridge Homeless Assistance Center

O The Bridge Homeless Assistance Center foi criado em Dallas, Texas, para atender pessoas em situação de rua. Aberto em 2008, o centro surgiu para responder à demanda por serviços destinados a essa população. Resultado de uma parceria entre governo local e organizações civis, oferece suporte para necessidades básicas e transição para maior estabilidade. Entre os serviços estão alimentação, abrigo temporário, acesso a higiene, armazenamento de pertences, atendimento médico e psicológico, assistência para documentos, busca por emprego, áreas de descanso e apoio jurídico.

Localização	Dallas, Estados Unidos.
Ano de Construção	2008
Área de Edificação	75000 m ²
Equipe Técnica	Overland Partners



Fonte: ArchDaily (2010)



Fonte: ArchDaily (2010)



ArchDaily (2010). Adaptação da autora (2024).



ArchDaily (2010). Adaptação da autora (2024).

Legendas

- 1- Serviços
- 2- Pátio dos Residentes
- 3- Recepção
- 4- Acesso Principal
- 5 - Pátio Principal
- 6 - Jardim Principal
- 7 - Refeitiório
- 8 - Estacionamento

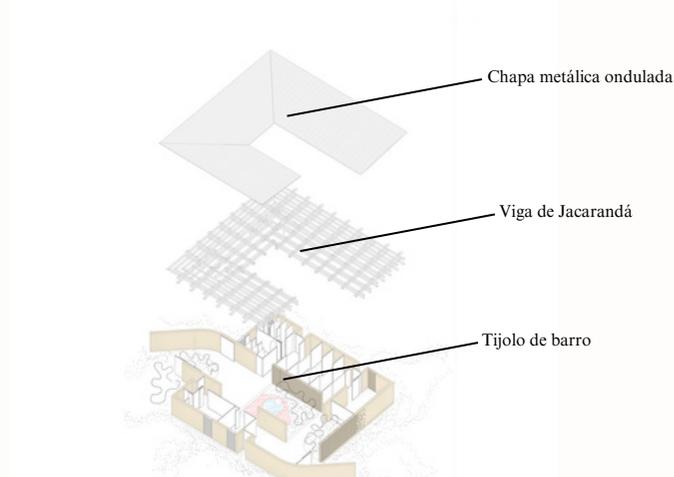
- 1- Treinamento
- 2- Atendimento Psicológico
- 3 - Recepção
- 4 - Estoque de Doações
- 5 - Dormitório ao ar Livre
- 6 - Vestiários
- 7 - Refeitiório
- 8 - Aitório

— Estudos de Caso

Casa de Acolhimento infantil no Senegal

A Casa de Acolhimento Infantil no Senegal foi criada para atender crianças em situação de vulnerabilidade, incluindo abandono, pobreza ou exploração. O projeto surgiu para suprir a falta de espaços que garantam proteção e suporte a menores em risco, em um contexto com acesso limitado a serviços de assistência. O espaço oferece alimentação, abrigo e cuidados de saúde, além de promover educação, com suporte escolar e atividades recreativas. O atendimento psicológico também é realizado para apoiar o desenvolvimento das crianças de forma mais ampla.

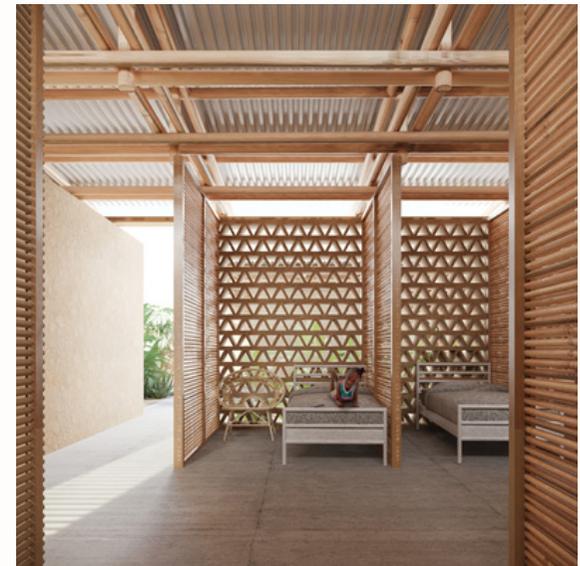
Localização	Senegal, África
Ano de Construção	2022
Área de Edificação	75000 m ²
Equipe Técnica	Mario Rubem Costa



Fonte: ArchDaily (2022). Adaptação Autora (2024)



Fonte: ArchDaily (2022)



Fonte: ArchDaily (2022)

— Diagnóstico do Lote

Para a escolha do terreno, foram analisados fatores fundamentais para a qualidade da implantação do centro como a ausência de casas de acolhimento no centro de Brasília, um local próximo de serios esseciais como fácil acesso a transporte público, um lugar segur, próximo de áreas comerciais, insitucionais, hospitais, além de um lugar que propõe serviços como saneamento básico de qualidade e arborização.

Assim, foi escolhido um lote que possui 19.899m², é localizado na Asa Norte de Brasília, em uma localização privilegiada considerada nobre do Distrito Federal e com o principal fator de ser em um local onde o acesso de pessoas de Brasília e entorno chegam com facilidade. A Asa Norte foi uma das regiões planejadas em conjunto a consrução de Basília, com o objetivo de ser um espaço destinado a funcionarios públicos migrados de outros estados, sua primeira quadra a ser inaugurada foi a 312, em 1996, o local é também conhecido por ser cercado de atividades como parques, comércio, escolas, universidades e pricipalmente do centro de Brasília, além de conhecia por ser uma cidade-parque por ser rodeada e valorizar áreas verder e arborizadas.



Mapa Macro



Mapa Meso



Mapa Micro

— Diagnóstico do Lote



O local é cercado por vias arterial e local, essa tipologia possui um fluxo mais baixo durante o dia, com vias de até 60km.

Mapa de Hierarquia Viária

Fonte: Da autora (2024)

0 75 150 m



Legenda:

- Local
- Arterial
- Delimitação das vias
- Área de Intervenção



Nas vias mais próximas da área de intervenção, possui um percurso de transporte público e diário, possui também três pontos de ônibus em um raio de até 300m, o que é considerado uma distância excelente, já para o acesso a pedestres, o espaço conta com poucas calçadas ao redor e ciclovias com encerramentos repentinos e sem continuidade.

Mapa de Mobilidade

Fonte: Da autora (2024)

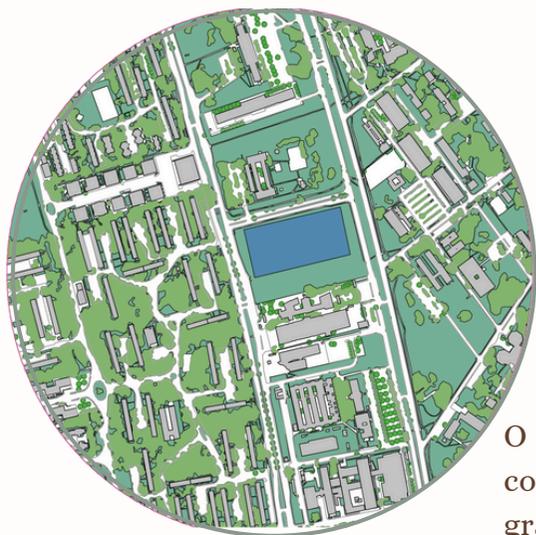
0 75 150 m



Legenda:

- Ponto de ônibus
- Ciclovias
- Percurso de ônibus
- Delimitação das vias
- Área de Intervenção

Diagnóstico do Lote



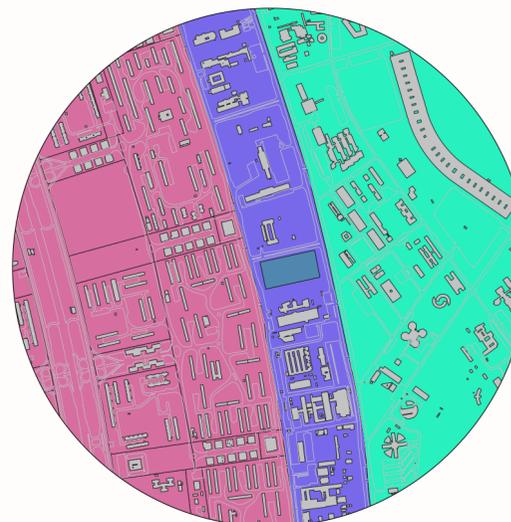
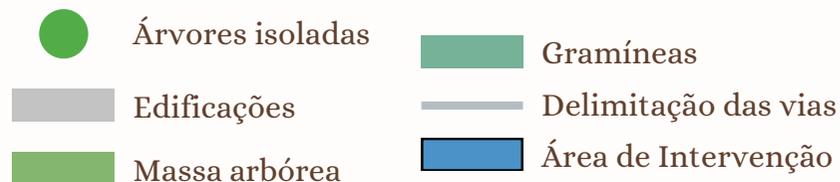
O local de intervenção possui uma grande cobertura vegetal, contando com gramínias, árvores isoladas, e jardins espalhados, tornando um local ideal para o uso da biofilia, o conforto térmico, uma área automaticamente menos quente e mais úmida, o que é um privilégio por considerar estar localizada no centro do cerrado.

Mapa de cobertura Vegetal

Fonte: Da autora (2024)



Legenda:



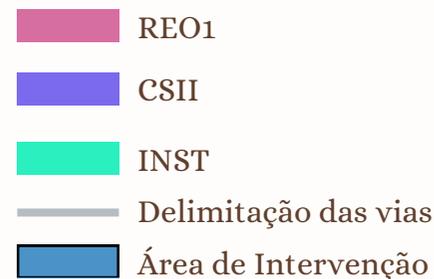
Por ser um local localizado no centro de Brasília, o lote se encontra em um espaço tombado como patrimônio e, onde possui tipologias de uso por área, e está localizado em ma área residencial e mista e uma área tombada institucional, a área em que o local de intervenção se encontra é uma área de uso misto mas com uso de moradia apenas temporária.

Mapa de Uso e Ocupação do Solo

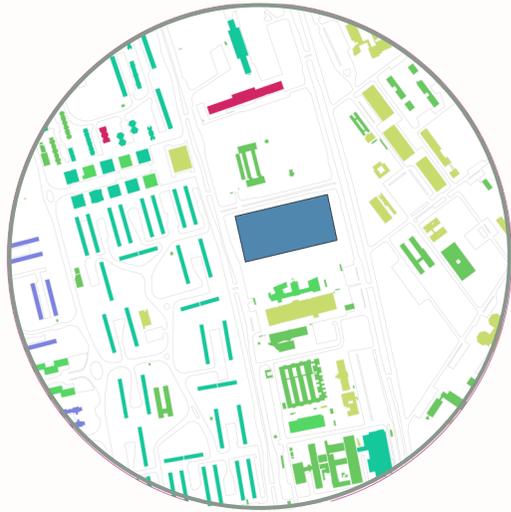
Fonte: Da autora (2024)



Legenda:

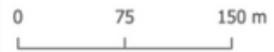


— Diagnóstico do Lote



Mapa de Gabaritos existentes

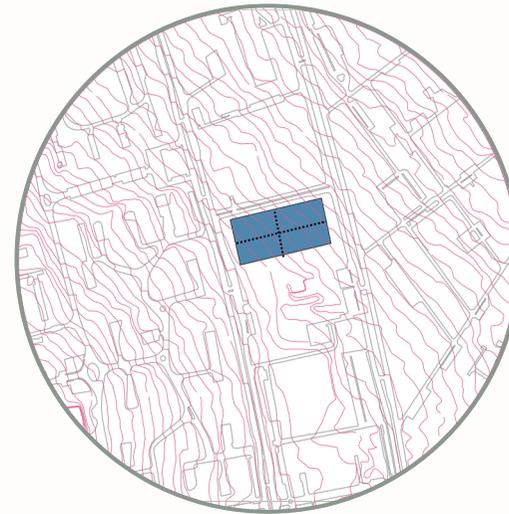
Fonte: Da autora (2024)



Pelo espaçamento existente entre as edificações, é possível observar que a maior incidência são prédios entre dois e três pavimentos, o que não interfere no fluxo dos ventos da região.

Legenda:

- | | |
|--------------|----------------------|
| 1 pavimento | 5 pavimentos |
| 2 pavimentos | 6 pavimentos |
| 3 pavimentos | Delimitação das vias |
| 4 pavimentos | Área de Intervenção |



Mapa de Topografia

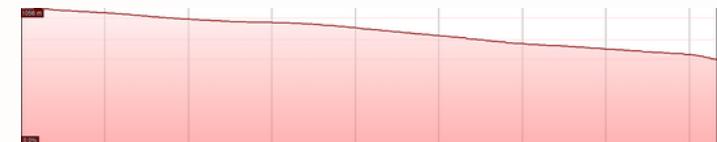
Fonte: Da autora (2024)



O local de intervenção possui a inclinação média de aproximadamente -3,7% no plano longitudinal, já no plano transversal, a inclinação média é de 0,06%.

Legenda:

- | |
|---------------------|
| Linha de curva 1m |
| Linha de corte |
| Área de Intervenção |

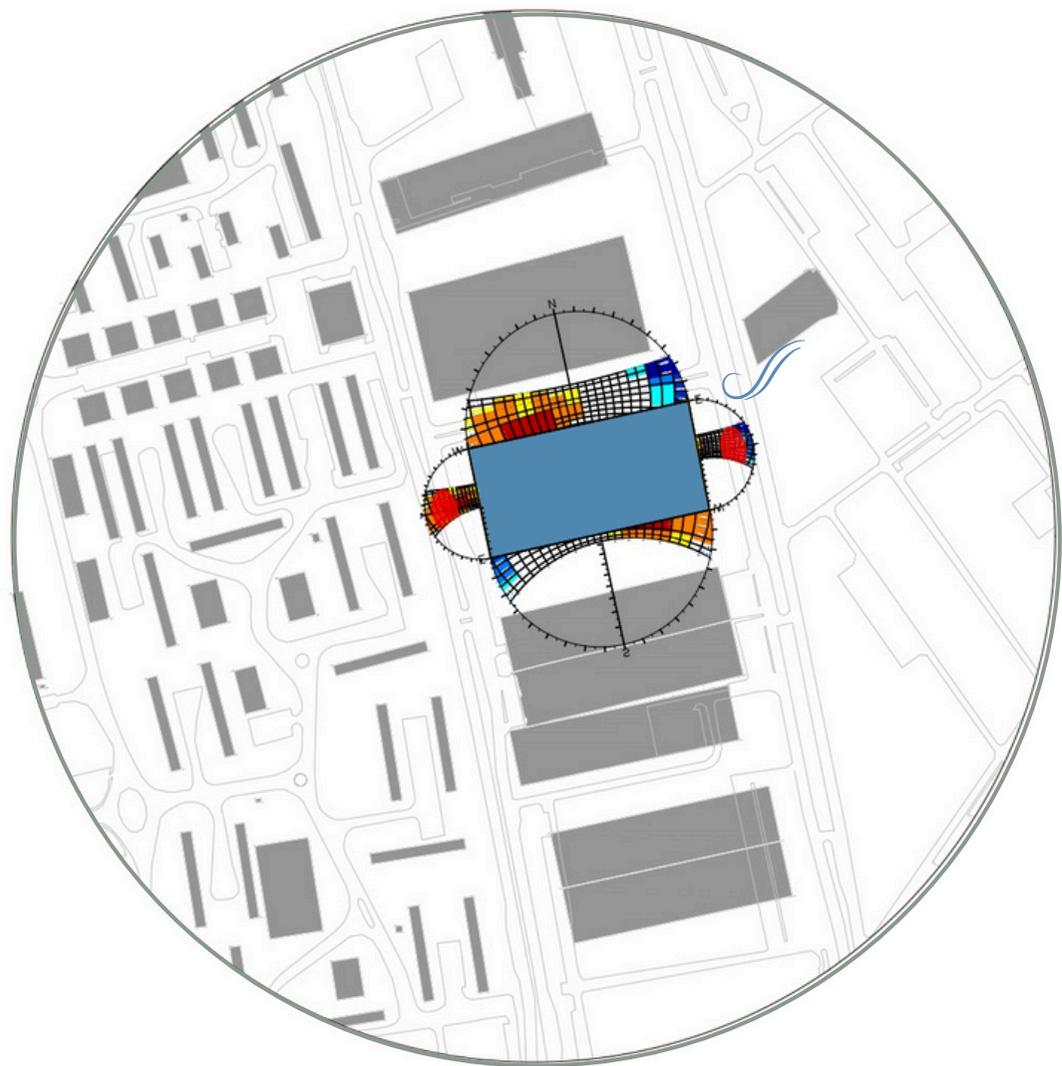


PLANO LONGITUDINAL



PLANO TRANSVERSAL

— Diagnóstico do Lote



A fachada com maior incidência solar é a norte, recebendo raios solares diretos na parte mais quente do dia, que é a partir do meio dia. A fachada leste se torna ideal para ambientes com permanência maior, pois recebe a luz solar nascente, tornando mais confortável. Os ventos predominantes durante a maior parte do ano se encontra na fachada leste, porém, durante o inverno predominam a noroeste. A fachada sul recebe uma menor incidência solar e de ventos, e a fachada oeste recebe uma incidência considerável da luz do pôr do Sol, tornando ideal para locais com menor permanência.

Legenda:

- Edificação
- Área de Intervenção
- Ventos Predominantes

Mapa de Bioclimatismo

Fonte: Da autora (2024)

0 75 150 m



— Diretrizes

Para que seja alcançado o objetivo de um local que as pessoas se sintam confortáveis de ir e/ou morar, é necessário diretrizes em que haja acessibilidade, acolhimento, áreas verdes e abertos para o favorecimento da interação social. Assim, surge as seguintes diretrizes de projeto:

- **Privacidade:** Salas de apoio e consultórios com divisórias e isolamento acústico para garantir privacidade;
- **Espaços Comunitários:** Incluir áreas de convivência e interação social para promover a construção de comunidade;
- **Espaços Multifuncionais:** Projetar espaços que possam ser adaptados para diferentes atividades e grupos de apoio;
- **Espaços de Descanso:** Oferecer áreas de descanso e relaxamento para que os visitantes e/ou moradores possam se sentir confortáveis;
- **Espaços de Expressão:** Criar áreas onde os visitantes possam expressar sua identidade e criatividade;
- **Representatividade:** Incorporar elementos de design que reflitam a diversidade e cultura LGBTQIAPN+, como murais ou obras de arte criadas por artistas da comunidade;
- **Sustentabilidade:** Adotar práticas de design sustentável para minimizar o impacto ambiental;
- **Hospedagem:** Garantir espaços confortáveis com privacidade, dignidade para moradias breves e a longo prazo.

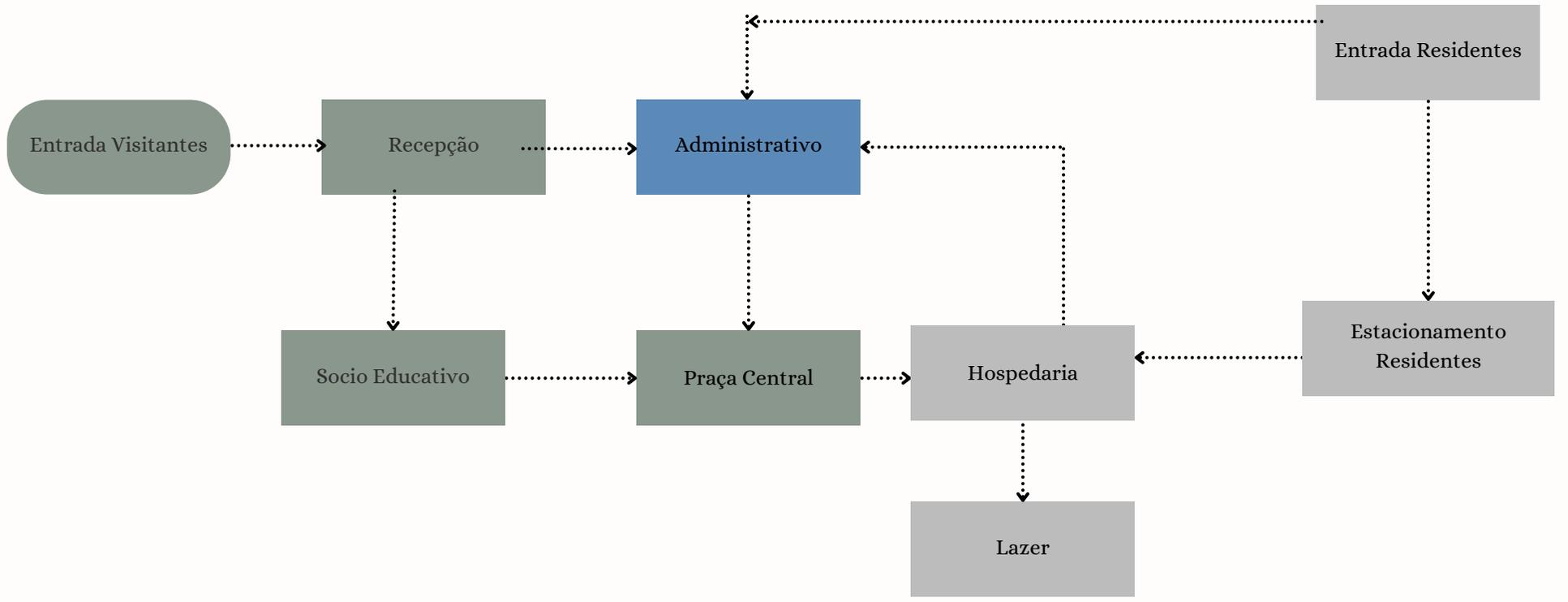
— Programa de Necessidades

Setor	Ambiente	Quantidade de Ambientes	Área por ambiente (m ²)	Área total (m ²)
Recepção	Recepção	1	24m ²	24m ²
	café e bar	1	55m ²	55m ²
	show room	1	tudo o que sobrar	tudo o que sobrar
	sala multiuso	1	30m ²	30m ²
	banheiro	1	30m ²	30m ²
	DML	1	5m ²	5m ²
	Lojas	1	20m ²	20m ²
				164m ²
Administrativo	Administração	1	20m ²	20m ²
	Sala de reunião	1	15m ²	15m ²
	Copa/Sala dos funcionários	1	15m ²	15m ²
	banheiro	1	23m ²	23m ²
	sala técnica/sala de segurança	1	41m ²	41m ²
	Depósito	1	30m ²	30m ²
	DML	1	15m ²	15m ²
Subtotal				159m ²

Programa de Necessidades

Setor	Ambiente	Quantidade de Ambientes	Área por ambiente (m ²)	Área total (m ²)
Socio Educativo	Sala de Aula	4	41m ²	164m ²
	Sala multiuso	1	70m ²	70m ²
	Biblioteca e Informática	1	82m ²	82m ²
	Ateliê	2	41m ²	82m ²
	Sala dos Professores/copa	1	40m ²	40m ²
	Auditório	1	100m ²	100m ²
	Banheiro	1	30m ²	30m ²
	Assistência social	1	15m ²	15m ²
	atendimento psicológico	2	40m ²	80m ²
	atendimento médico	2	15m ²	30m ²
departamento jurídico	2	15m ²	30m ²	
Subtotal				723m ²
Hospedagem	Dormitório 1	8	22m ²	176m ²
	Dormitório 2	4	22m ²	88m ²
	Banheiro	1	42m ²	42m ²
	Área comum			
	Refeitório	1	70m ²	70m ²
	Lavanderia	1	20m ²	20m ²
	Dormitório adaptado	2	16m ²	32m ²
	Banheiro adaptado	2	5m ²	10m ²
Lazer				
Subtotal				438m ²
Total				1.484

— Fluxograma



Legenda:

- Serviço / Residentes
- Serviço
- Visitantes / Serviço / Residentes

— Conceito

A partir dos estudos, foi possível idealizar um Centro de apoio e Acolhimento que trabalhasse em respostas aos problemas de inserção social com base na vivência de pessoas da comunidade, onde sua edificação se baseia em: **Resistência** o que, para representar essa resistência, resultou na materialidade central do edifício, que é o bambu. O bambu é um material altamente valorizado na arquitetura contemporânea por suas características sustentáveis, estéticas e estruturais por ser resistente, fácil de moldar, propor sustentabilidade e crescimento rápido. No Brasil, o bambu ainda é pouco explorado por ter limitação de locais onde pode e é cultivado, por isso um edifício inteiro com essa materialidade, se tornaria inviável, ao contrário de países do Oriente, onde por sua abundância, é utilizado para alimentação, estruturas e objetos de decoração. Para que fosse representado a resistência e a materialidade, se propõe uma escultura central onde se pode ser utilizado desde um local de interação social, como para ler livros, descansar e aproveitamento da luz solar, como alguns exemplos nas figuras a seguir:



Fonte: Archdaily (2020)



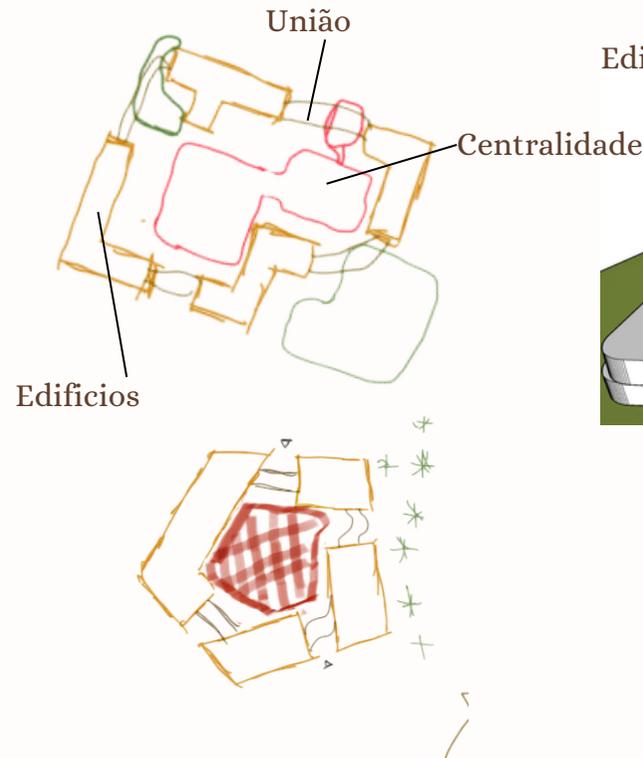
Fonte: Archdaily (2020)

— Partido

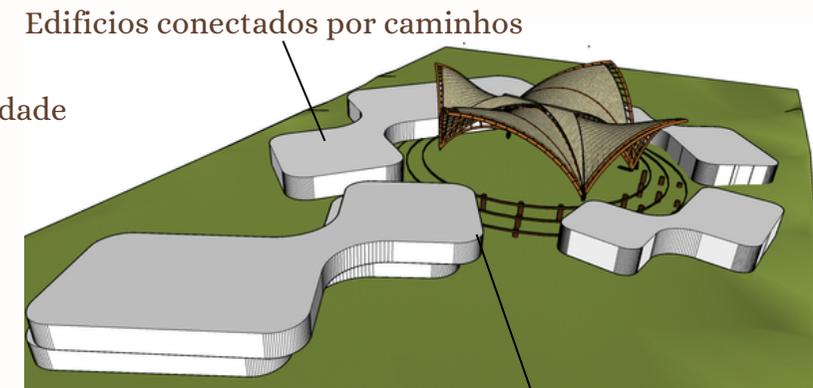
O partido surge da força e da união da comunidade LGBTQIAPN+, com o lema "ninguém solta a mão de ninguém" como guia de tudo o que faz. Esse lema vai muito além de palavras: ele representa um compromisso real com a coletividade, a solidariedade e a resistência frente às dificuldades. A ideia de estar junto, de apoiar uns aos outros, aparece tanto na forma como o partido se organiza internamente quanto nas ações que desenvolve. Cada decisão e cada projeto refletem essa vontade de criar espaços de acolhimento, de ouvir todas as vozes e de garantir que ninguém fique para trás. É essa conexão e cuidado que dão força para continuar lutando por mudanças e construindo um futuro mais justo para todos.



Partido



Croquis Inicial

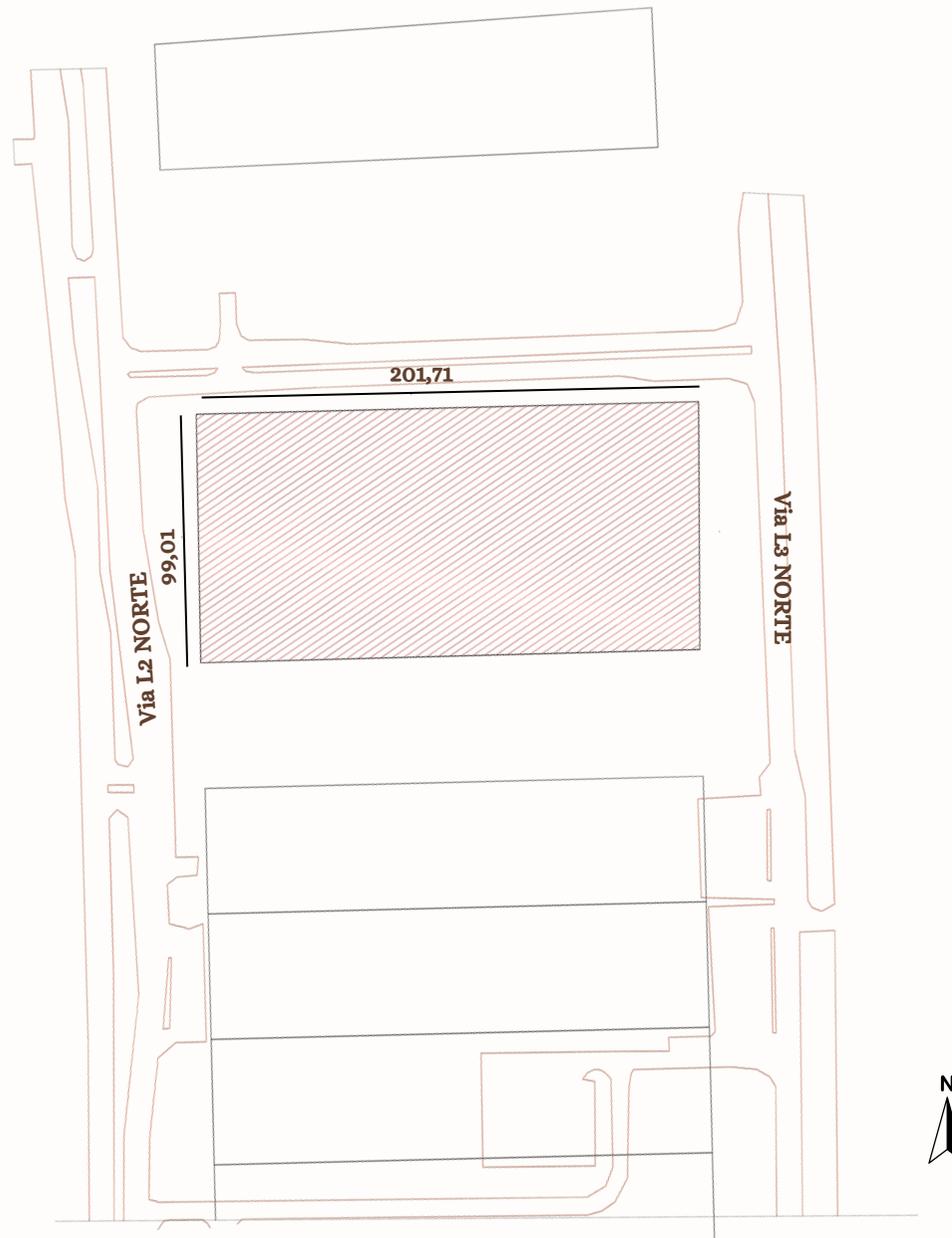


Escultura em Bambu

Estudo de Volumetria Inicial

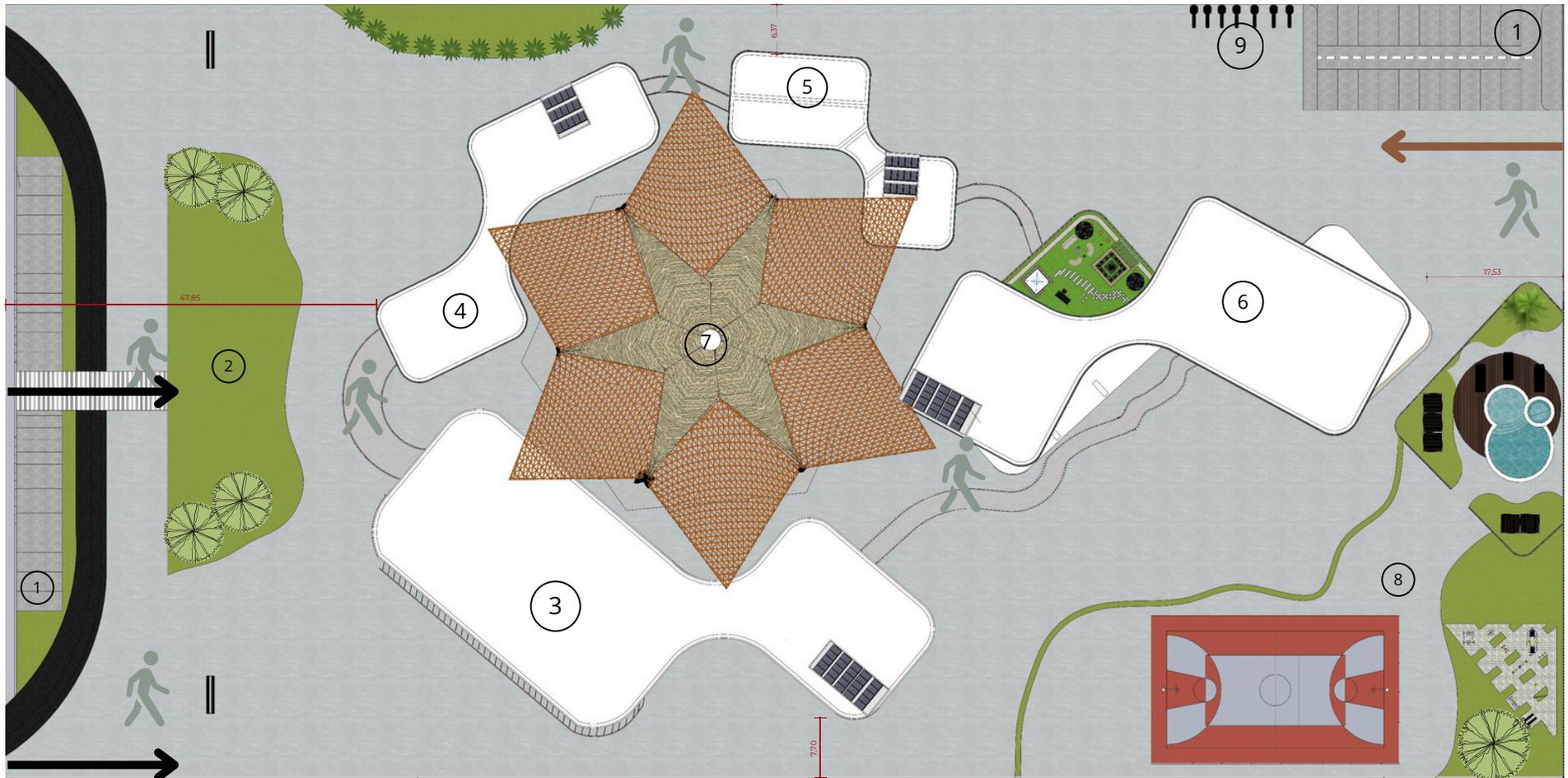
Projeto

A partir do estudo de caso e da análise do local, surge o projeto de um centro de acolhimento e inserção social para a comunidade LGBTQIAPN+, concebido com base em um conceito que prioriza a integração social, a segurança e o acesso a oportunidades. O projeto é composto por quatro edifícios com funções específicas que atendem às necessidades de acolhimento, capacitação, gestão e hospedagem temporária.



Planta de Situação
Escala: 1/500

Projeto



Mapa de Implantação
Escala: 1/200

Legenda:

- | | | | | | | | |
|---|---------------------------------|---|-----------------|---|----------------|---|---------------|
|  | Acesso Pedestres |  | Estacionamentos |  | Recepção |  | Praça Central |
|  | Acesso Moradores e Funcionários |  | Área Verde |  | Administrativo |  | Área de Lazer |
|  | Acesso Principal |  | Socio Educativo |  | Hospedagem |  | Bicicletário |

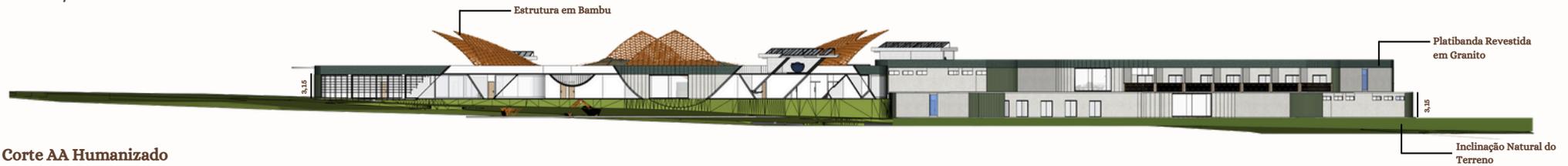
— Projeto



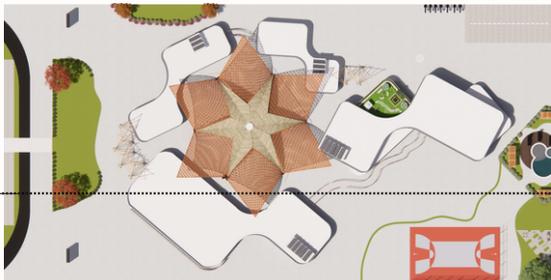
Elevação Frontal
Escala: 1/200



Elevação Posterior
Escala: 1/200



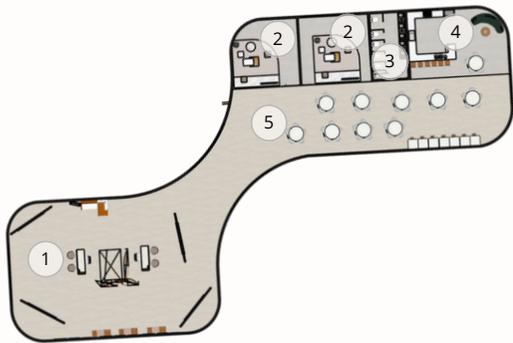
Corte AA Humanizado
Escala: 1/200



Mapa Chave
Sem Escala

Projeto

O edifício de recepção desempenha o papel de ponto de entrada e acolhimento inicial. Ele é configurado para oferecer atendimento individualizado e possui espaços destinados ao cadastramento, triagem e encaminhamento dos usuários para os serviços e atividades disponíveis no centro. Sua localização estratégica garante acesso direto aos demais edifícios, promovendo fluidez na circulação interna.



Planta de Layout - Recepção

Escala: 1/200



Vista Interna Recepção / Exposição de Artes
Perspectiva

Legenda:

- 1 Recepção / Exposições
- 2 Lojas
- 3 Sanitários
- 4 Cozinha Cafeteria
- 5 Mesas Cafeteria

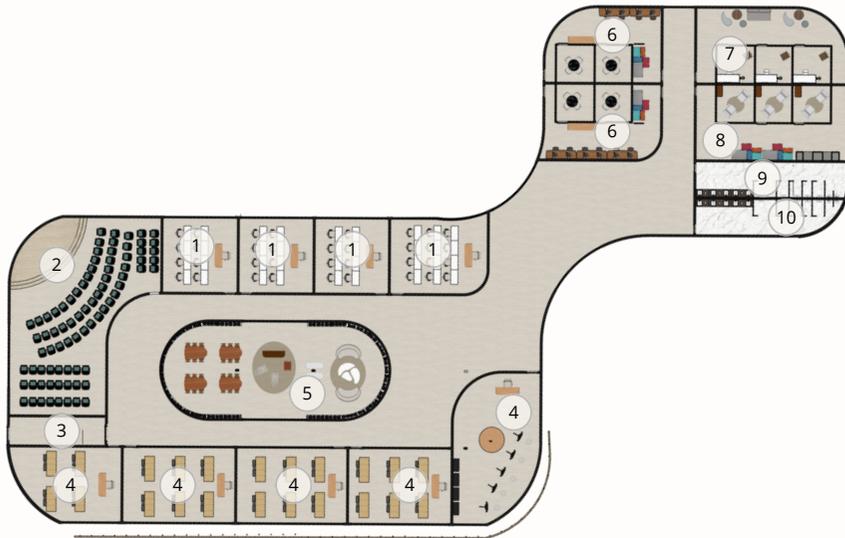


Mapa Chave
Sem Escala



Projeto

O edifício de capacitação foi projetado para abrigar atividades voltadas ao desenvolvimento de habilidades e conhecimentos, com espaços flexíveis para oficinas, cursos e encontros. Esse edifício é organizado de forma a incentivar a convivência e a troca de experiências entre os usuários, promovendo um ambiente favorável ao aprendizado e à colaboração.



Planta Layout - Socio Educativo
Escala: 1/200



Vista Interna sala de Artes
Perspectiva



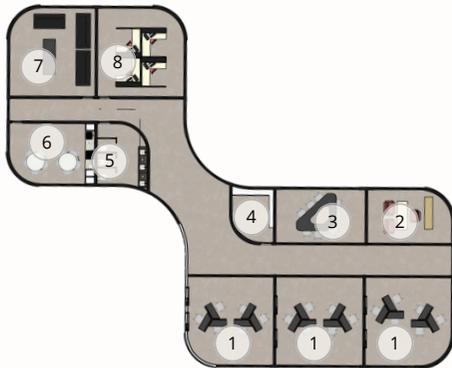
Mapa Chave
Sem Escala

Legenda:

- | | | | |
|---|---------------------------------|----|-------------------------|
| 1 | Sala de Aula | 6 | Atendimento Jurídico |
| 2 | Auditório | 7 | Atendimento de Saúde |
| 3 | Ciculação / Saída de Emergência | 8 | Atendimento Psicológico |
| 4 | Ateliê | 9 | Sanitário Masculino |
| 5 | Sala de Leitura | 10 | Sanitário Feminino |

Projeto

O edifício administrativo é destinado à gestão do centro e ao suporte institucional. Nele estão localizados os escritórios para a equipe técnica e administrativa, além de salas para reuniões e planejamento das atividades desenvolvidas no centro. Este edifício é funcional e bem conectado aos demais, facilitando o gerenciamento das operações cotidianas.



Planta de Layout - Administrativo

Escala: 1/200



Mapa Chave
Sem Escala



Vista Interna Corredor de Circulação

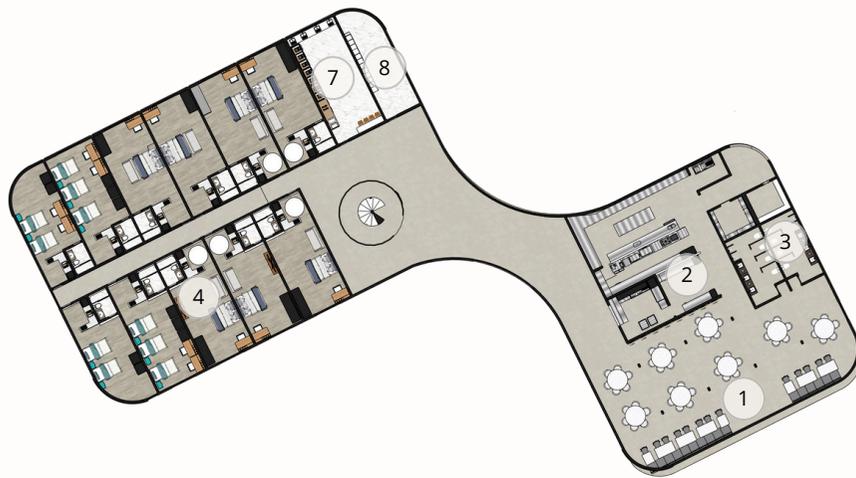
Perspectiva

Legenda:

- | | | | |
|---|---------------------|---|------------------|
| 1 | Sala Administrativo | 6 | Copa |
| 2 | Sala Diretoria | 7 | Sala de Descanso |
| 3 | Sala de Reunião | 8 | Sala Técnica |
| 4 | DML | | |
| 5 | Sanitário | | |

Projeto

O edifício destinado à hospedagem temporária possui dois pavimentos e é projetado para atender pessoas em situação de vulnerabilidade que necessitam de moradia temporária. Os pavimentos são organizados com quartos individuais e coletivos, áreas de convivência e serviços básicos que asseguram o conforto e o atendimento às necessidades essenciais dos usuários.



Planta de Layout - Hospedagem Térreo

Escala: 1/200



Vista Interna Quarto Triplo

Perspectiva



Mapa Chave
Sem Escala

Legenda:

- | | | | |
|---|---------------------|---|------------|
| 1 | Refeitório | 6 | Rooftop |
| 2 | Cozinha | 7 | Lavanderia |
| 3 | Sanitários | 8 | DML |
| 4 | Apartamentos | | |
| 5 | Dormitório Conjunto | | |

Projeto

Como parte do objetivo de um maior convívio e interação social, o primeiro pavimento além de oferecer dormitórios conjuntos, o edifício possui um rooftop onde todas as pessoas em que estão presentes na hospedaria possam ter acesso e utilizar o espaço para tomar banho de Sol, usar para espaço de trabalho, um meio de convívio social e conforto.



Planta de Layout - Hospedagem Primeiro Pavimento

Escala: 1/200



Vista Externa Rooftop

Perspectiva



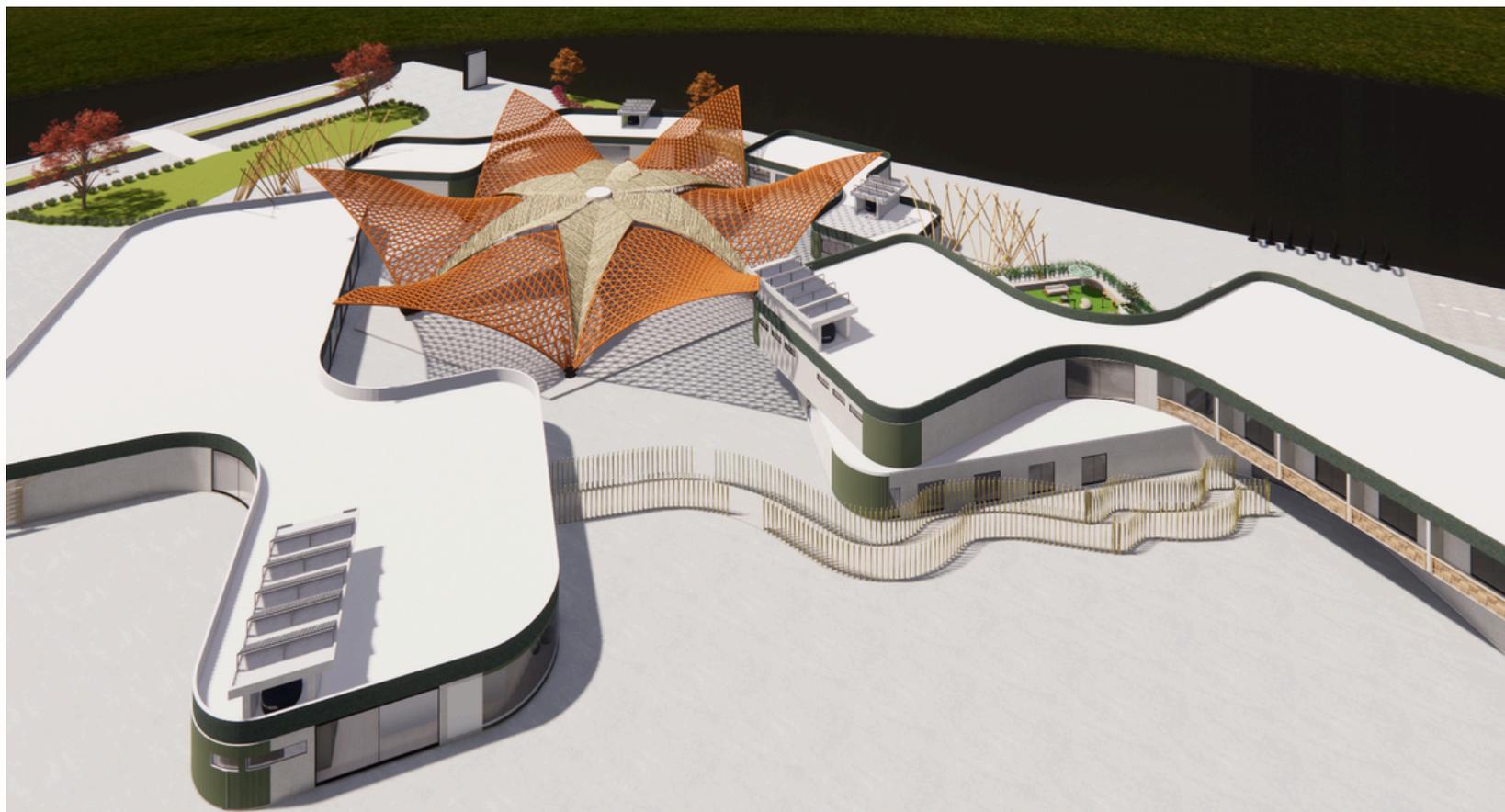
Mapa Chave
Sem Escala

Legenda:

- 3 Sanitários
- 4 Apartamentos
- 5 Dormitório Conjunto
- 6 Rooftop

— Projeto

Os quatro edifícios estão integrados por caminhos internos e áreas de convivência ao ar livre, que favorecem a interação entre os usuários e a equipe do centro. O projeto busca estabelecer uma relação harmoniosa com o entorno urbano, utilizando elementos que promovem inclusão. A configuração dos espaços reflete a proposta de criar um ambiente funcional e acolhedor, que atende às demandas da comunidade LGBTQIAPN+ e contribui para sua inserção social.



Vista Aérea

— Projeto



Perspectiva Posterior



Perspectiva Lateral Direita



Perspectiva Central



Perspectiva Central

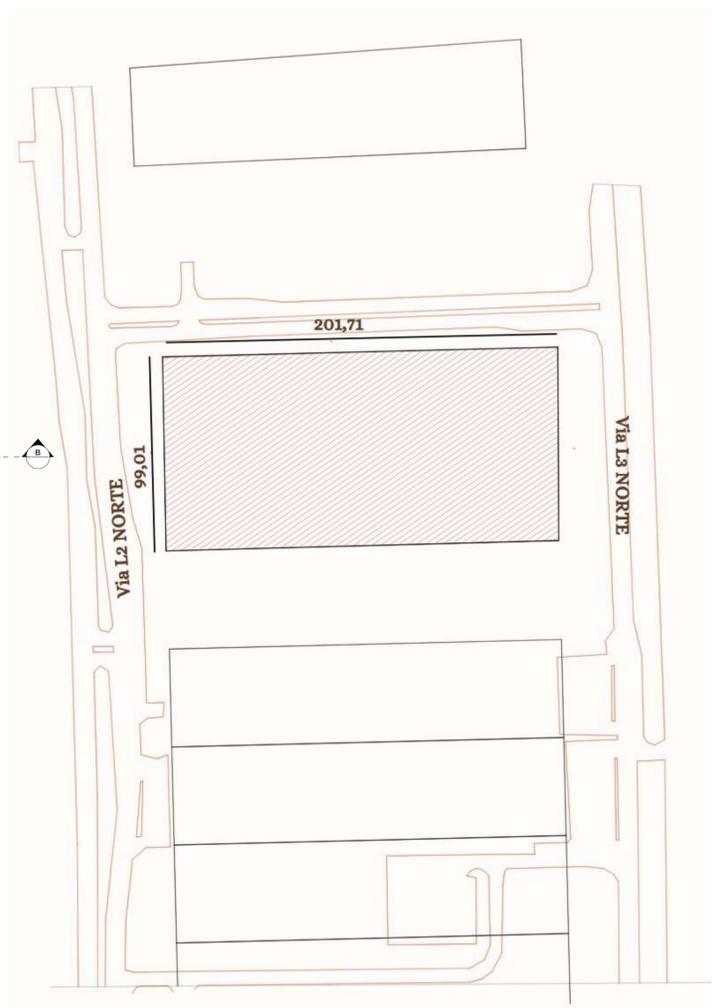
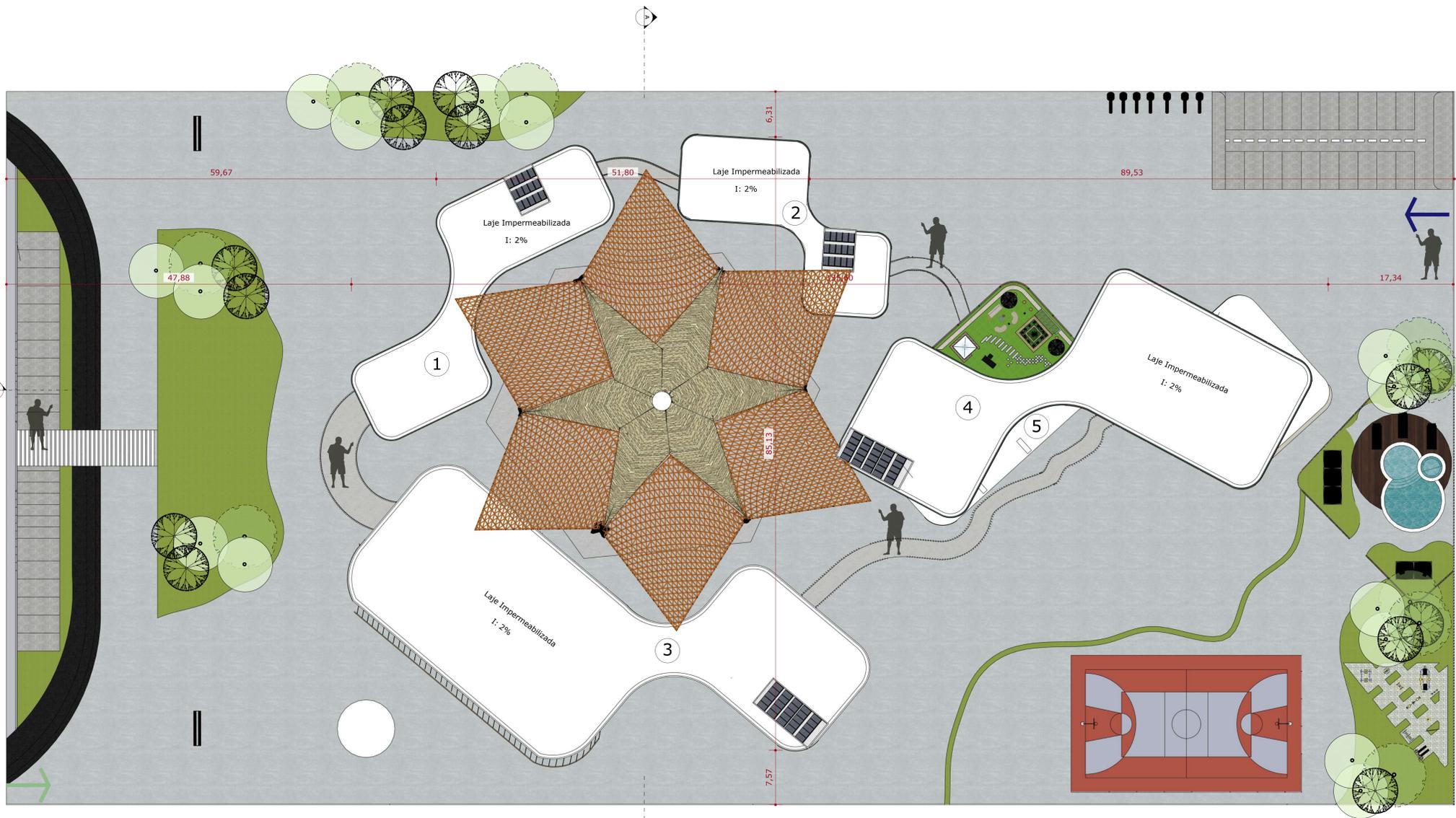
— Considerações Finais

O estudo realizado até o momento sobre a comunidade LGBTQIAPN+ revela a complexidade das questões que envolvem esse grupo em diferentes contextos sociais, culturais e políticos. A análise realizada destacou as dinâmicas de inclusão e exclusão, demonstrando como fatores como orientação sexual, identidade de gênero, raça e classe social influenciam a experiência positiva e negativa dessa comunidade.

Destacam-se as complexas relações entre vulnerabilidade social e a comunidade LGBTQIAPN+. A análise histórica e conceitual revelou que, além das dificuldades sociais amplamente reconhecidas, essa população enfrenta desafios específicos decorrentes de discriminação moral e exclusão baseada em normas culturais enraizadas. A intersecção entre vulnerabilidade social e moral evidencia que as dificuldades não se limitam à esfera econômica, mas envolvem questões profundas de reconhecimento e dignidade. Assim, a promoção de políticas públicas eficazes e inclusivas é essencial para enfrentar esses desafios, oferecendo suporte adequado e garantindo os direitos fundamentais dessa comunidade. A superação dessas vulnerabilidades demanda, além de iniciativas governamentais, uma mudança cultural que reconheça e valorize a diversidade como componente essencial de uma sociedade mais justa e igualitária.

A criação de ambientes acessíveis e acolhedores com a inclusão e o conforto como objetivo, e integrados por áreas de convívio social, potencializa o bem-estar das pessoas que necessitam de um lugar seguro para convívio e/ou moradia. Além disso, a ligação com a natureza e uma arquitetura pensada para equipamentos comunitários possibilitam a visão de uma realidade além daquela resumida em sexualidade identidade de gênero, mas a visão de igualdade e quebra de obrigatoriedades impostas pela sociedade.

Considerando os estudos de caso, torna-se evidente como a arquitetura pode desempenhar um papel crucial na promoção do bem-estar e na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Cada projeto apresentado – o LGBT Center, o The Bridge Center e a casa de acolhimento infantil – abordam de formas diferentes maneiras para atender às necessidades específicas de seus usuários. Esses estudos de caso não apenas ilustram a importância de um planejamento arquitetônico cuidadoso e adaptado às necessidades específicas de seus usuários, mas também destacam como a arquitetura pode ser uma ferramenta essencial para promover a inclusão social, o bem-estar e a saúde em diversas comunidades.



Planta Baixa Hospedagem Primeiro Pavimento ①
Escala Gráfica



Legenda:

- ① Recepção
- ② Administrativo
- ③ Socio Educativo
- ④ Hospedagem Primeiro Pavimento
- ⑤ Hospedagem Térreo
- Acesso Pedestres
- Acesso Principal

Planta Baixa Hospedagem Primeiro Pavimento ①
Escala: 1/750

Legenda:

- Local de Intervenção
- Vias

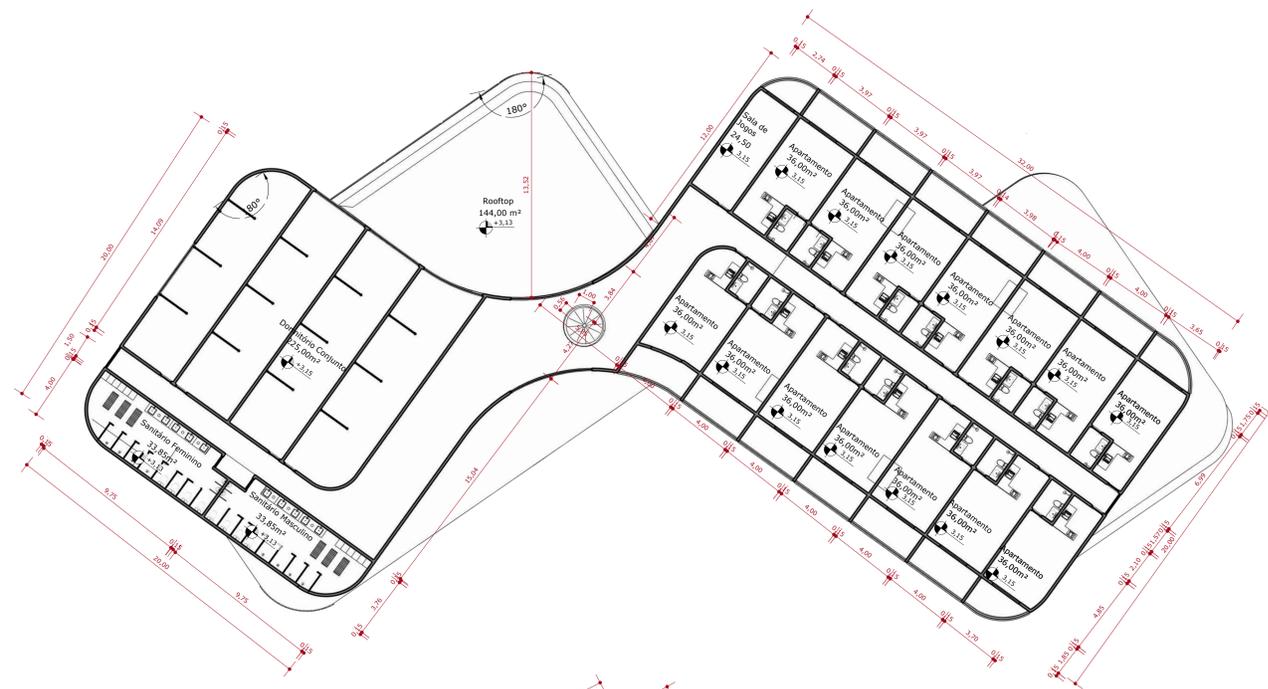


Disciplina: Trabalho Final de Graduação
Graduanda: Maria Eduarda Cândido Bandeira
Docente: Prof. Dra. Franciney Carreiro de França

TFG2

TÍTULO DO PROJETO:
Um Lugar para Ir: Centro de Acolhimento e Inserção Social para a Comunidade LGBTQIAPN+

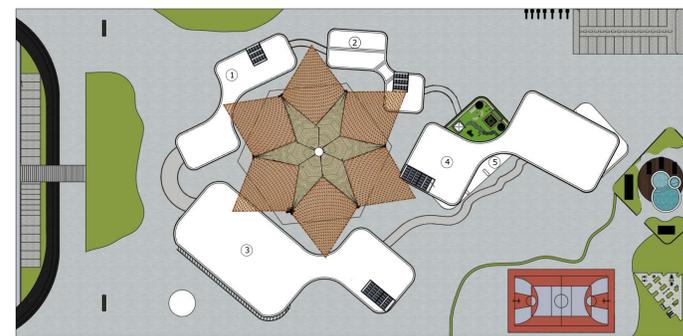
DATA	Planta de Implantação e situação
25/11/2024	
ESCALA	
Indicada / A0	



Planta Baixa Hospedagem Primeiro Pavimento
Escala Gráfica: 1/1500

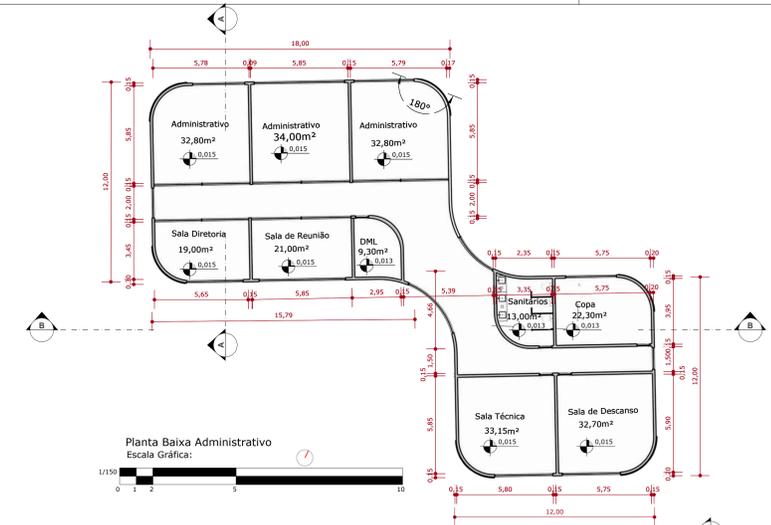


Planta Baixa Hospedagem Térreo
Escala Gráfica: 1/1500

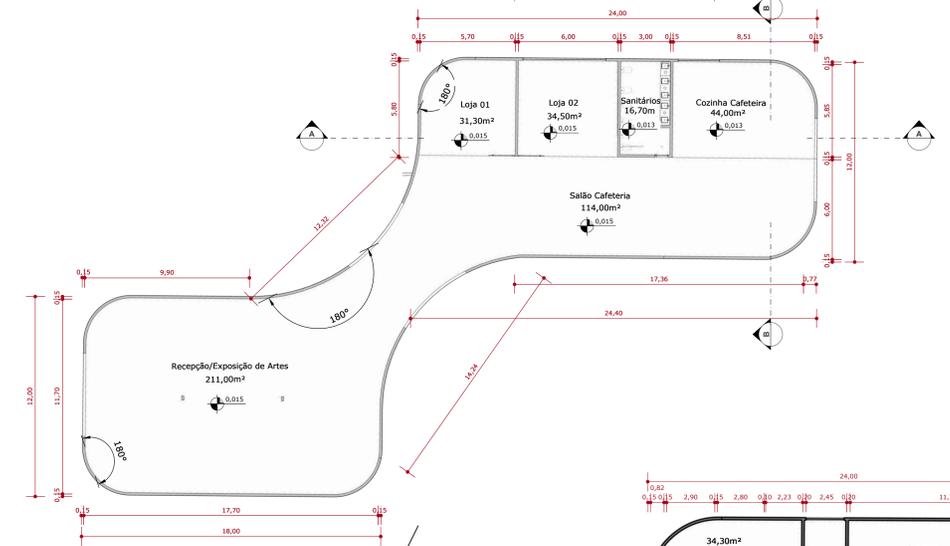


Mapa Chave
Esc: 1/750

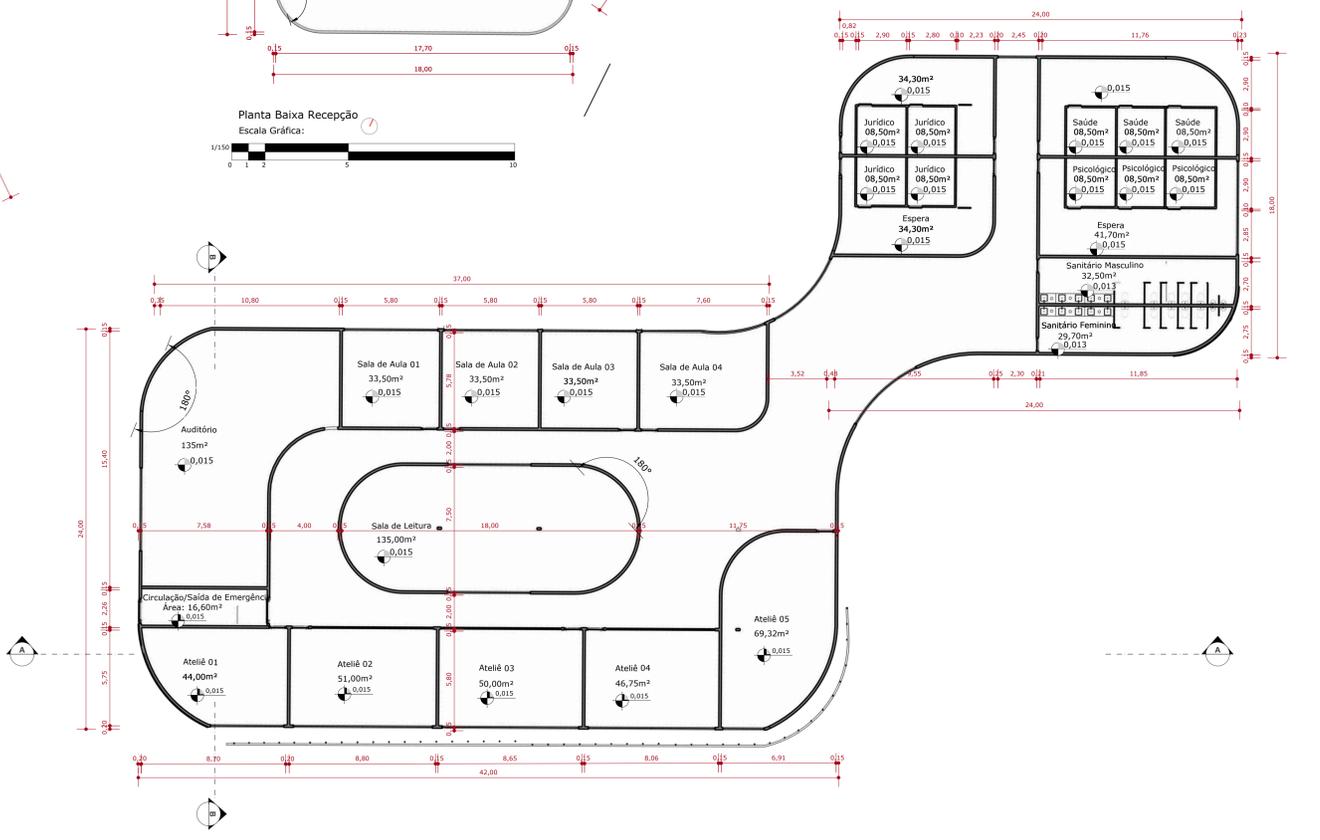
- Legenda:
- 1 Recepção
 - 2 Administrativo
 - 3 Socio Educativo
 - 4 Hospedagem Primeiro Pavimento
 - 5 Hospedagem Térreo



Planta Baixa Administrativo
Escala Gráfica: 1/1500



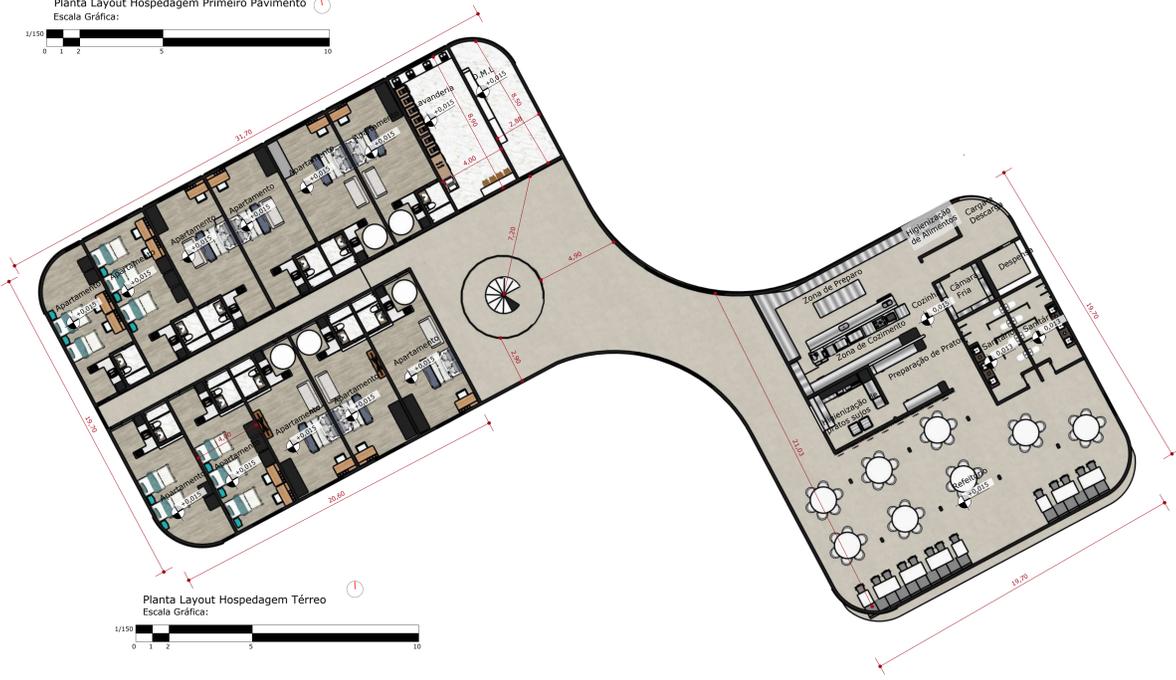
Planta Baixa Recepção
Escala Gráfica: 1/1500



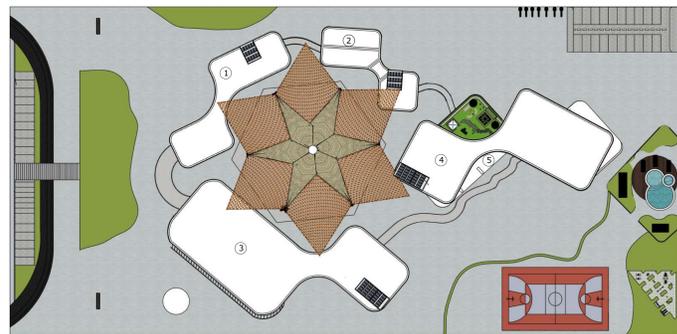
Planta Baixa Socio Educativo
Escala Gráfica: 1/1500



Planta Layout Hospedagem Primeiro Pavimento
Escala Gráfica:

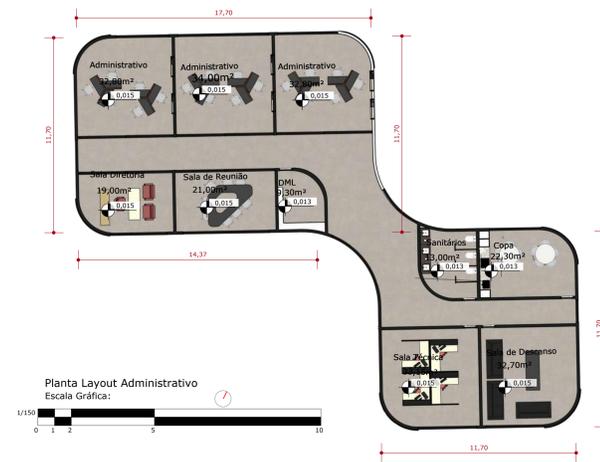


Planta Layout Hospedagem Térreo
Escala Gráfica:

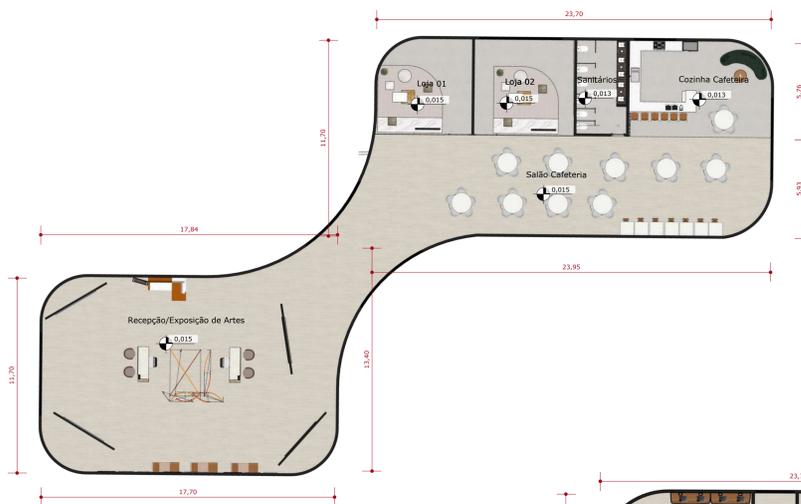


Mapa Chave
Esc: 1/750

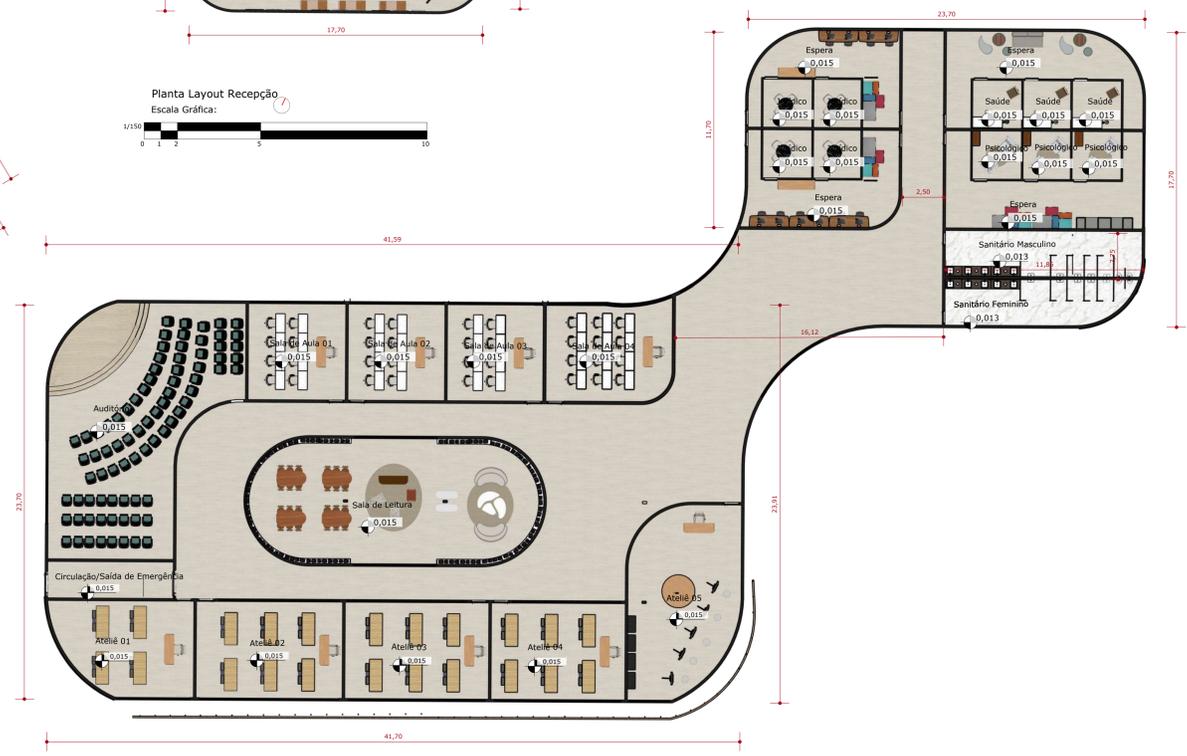
- Legenda:
- ① Recepção
 - ② Administrativo
 - ③ Socio Educativo
 - ④ Hospedagem Primeiro Pavimento
 - ⑤ Hospedagem Térreo



Planta Layout Administrativo
Escala Gráfica:

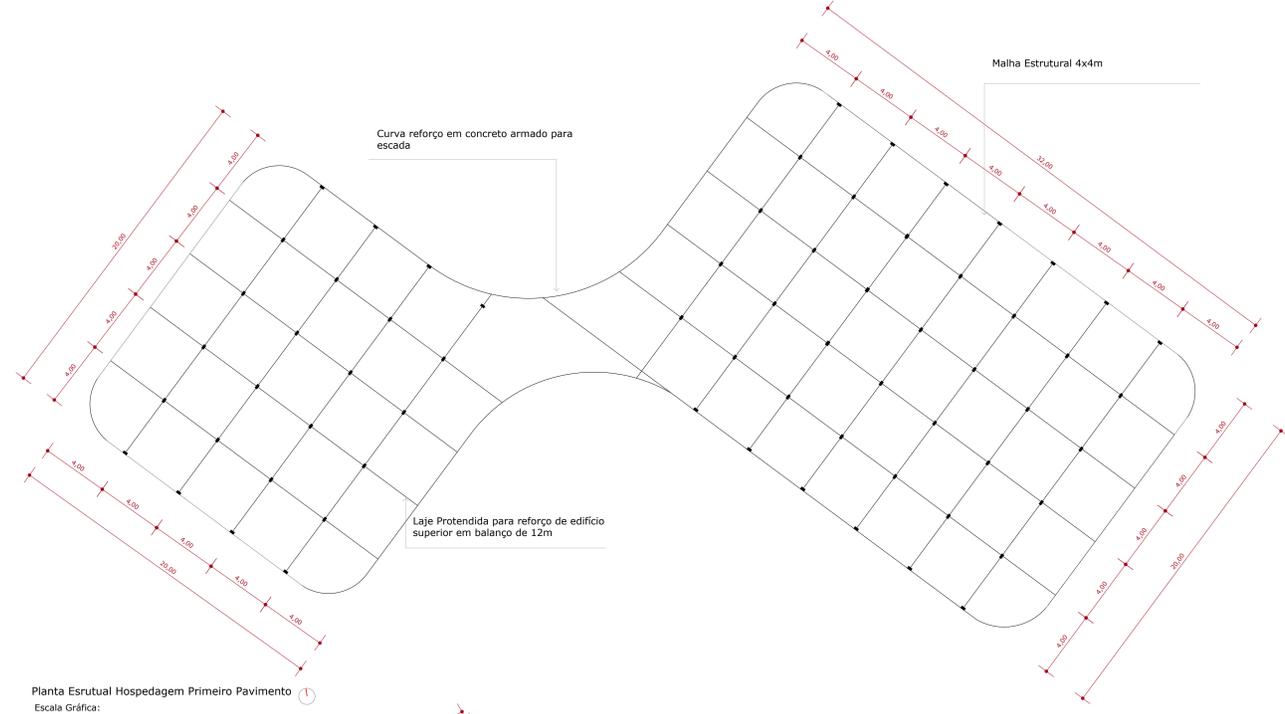


Planta Layout Recepção
Escala Gráfica:

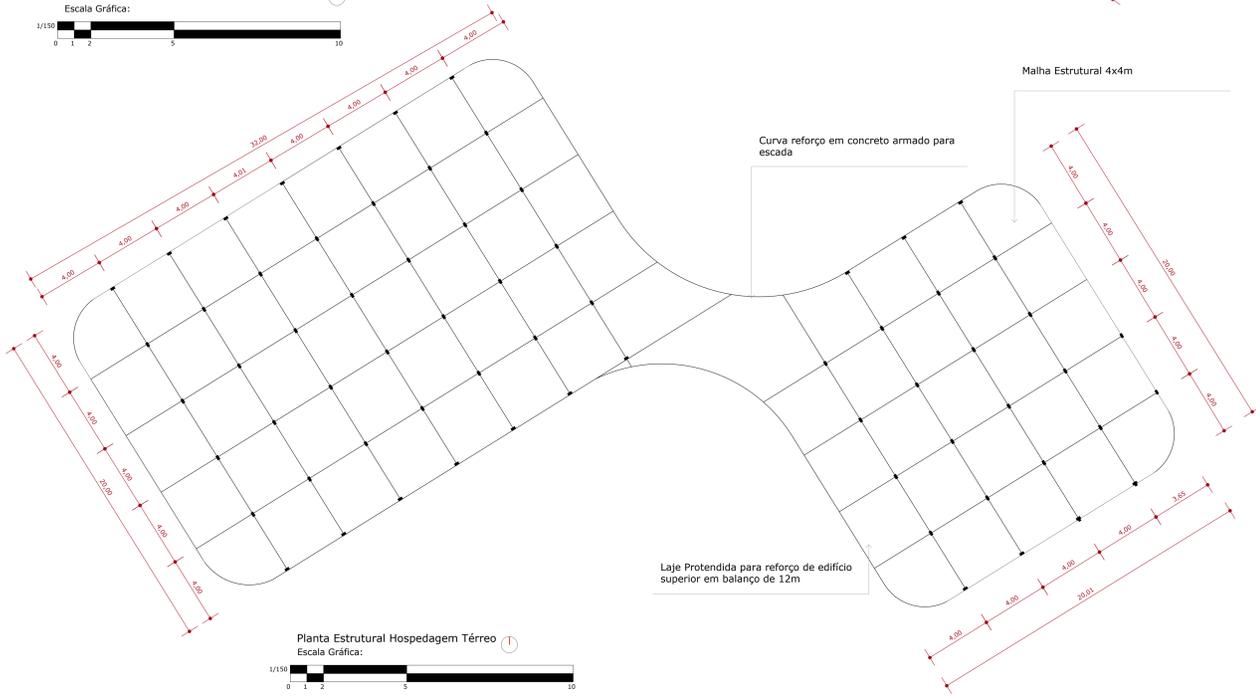


Planta Layout Socio Educativo
Escala Gráfica:

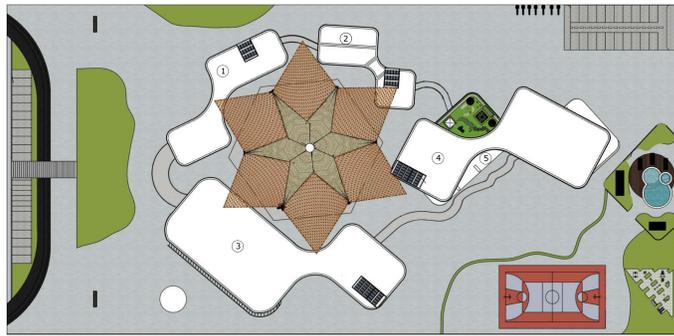




Planta Estrutural Hospedagem Primeiro Pavimento
Escala Gráfica: 1/150

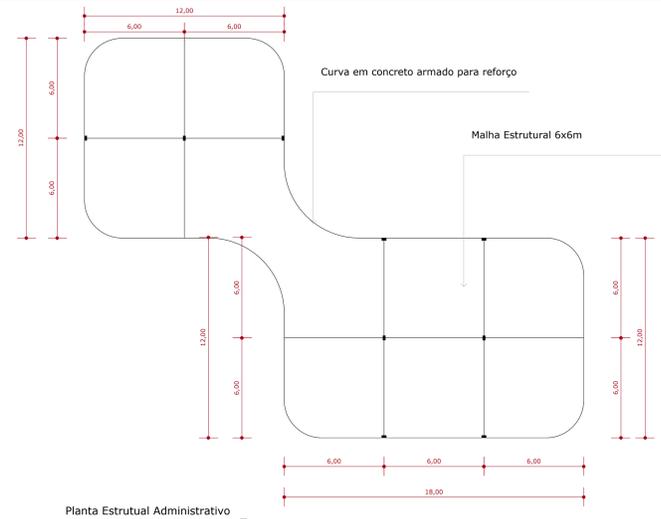


Planta Estrutural Hospedagem Térreo
Escala Gráfica: 1/150

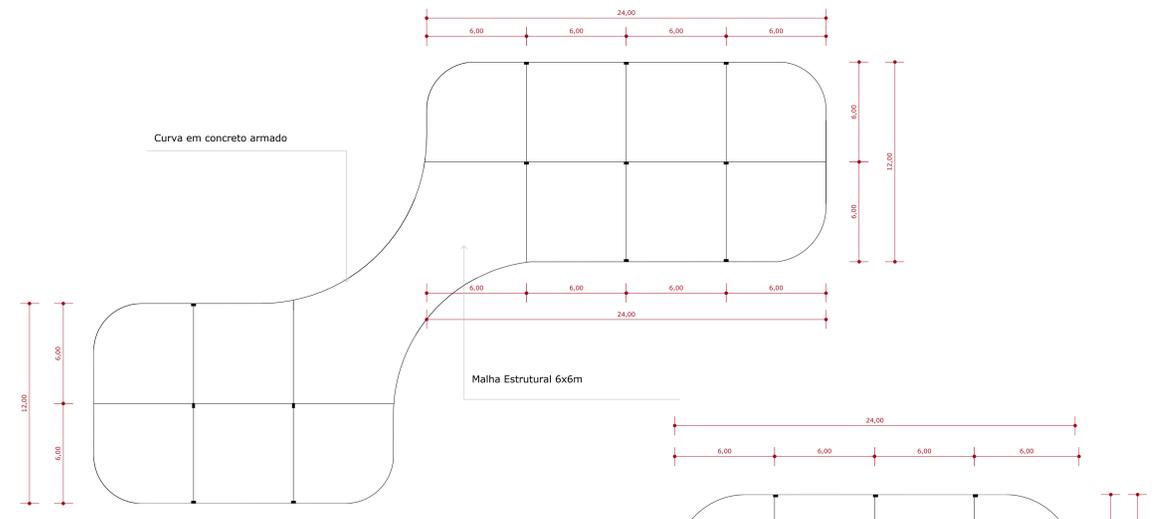


Mapa Chave
Esc: 1/750

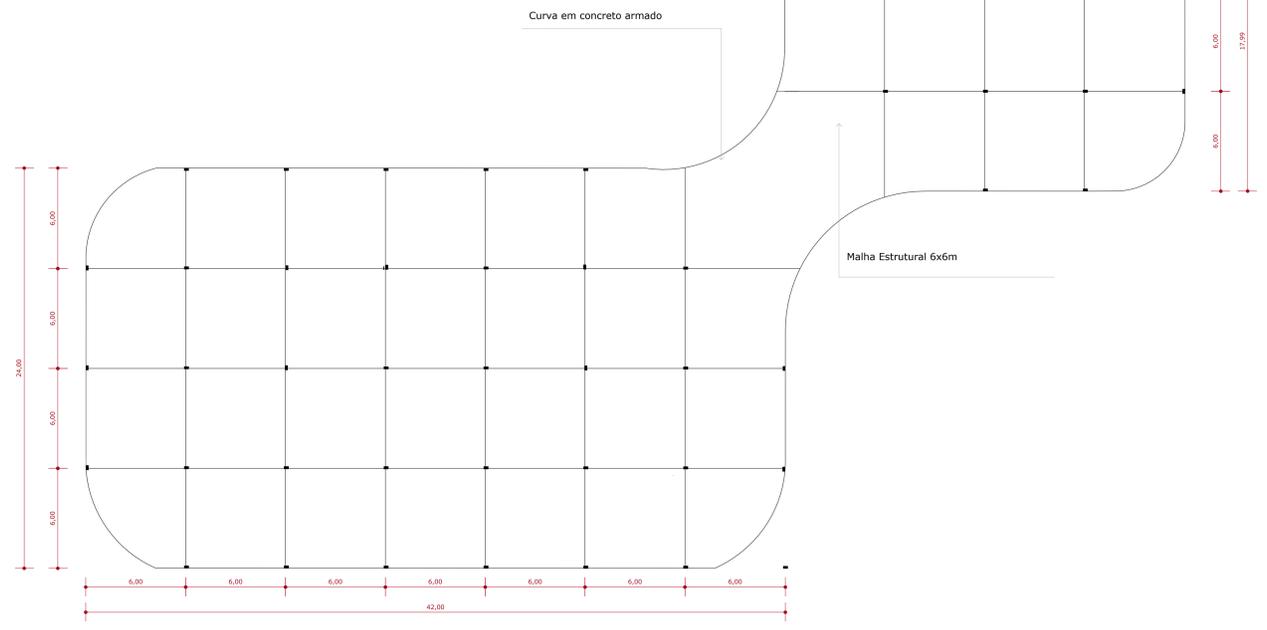
- Legenda:
- ① Recepção
 - ② Administrativo
 - ③ Socio Educativo
 - ④ Hospedagem Primeiro Pavimento
 - ⑤ Hospedagem Térreo



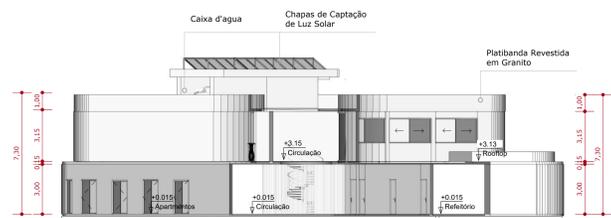
Planta Estrutural Administrativo
Escala Gráfica: 1/150



Planta Estrutural Recepção
Escala Gráfica: 1/150

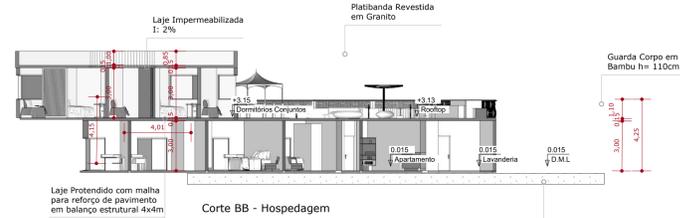


Planta Estrutural Socio Educativo
Escala Gráfica: 1/150



Corte AA - Hospedagem

Escala Gráfica:



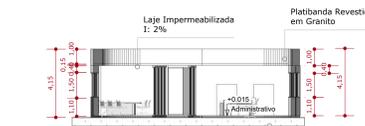
Corte BB - Hospedagem

Escala Gráfica:



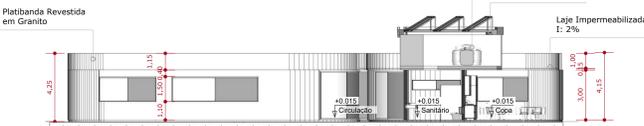
Elevação Lateral - Hospedagem

Escala Gráfica:



Corte AA - Administrativo

Escala Gráfica:



Corte BB - Administrativo

Escala Gráfica:



Elevação Frontal - Hospedagem

Escala Gráfica:



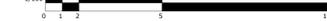
Corte AA - Recepção

Escala Gráfica:



Corte BB - Recepção

Escala Gráfica:



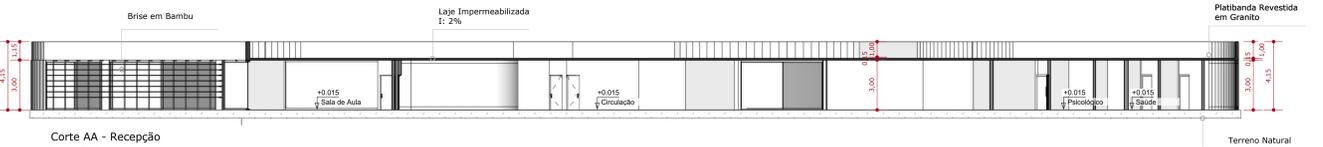
Elevação Frontal - Recepção

Escala Gráfica:



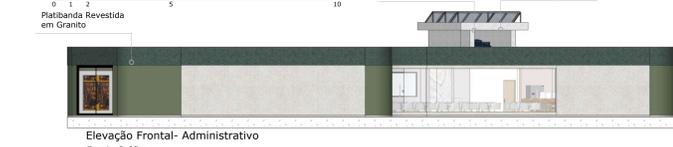
Elevação Lateral Direita - Recepção

Escala Gráfica:



Corte AA - Recepção

Escala Gráfica:



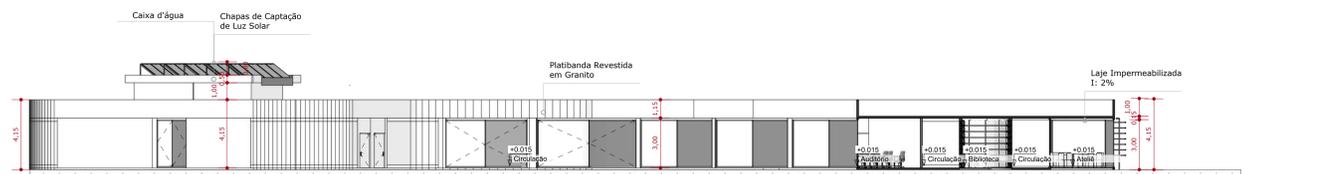
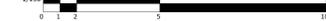
Elevação Frontal - Administrativo

Escala Gráfica:



Elevação Lateral Direita - Administrativo

Escala Gráfica:



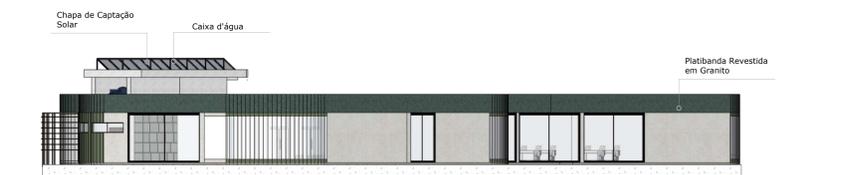
Corte BB - Recepção

Escala Gráfica:



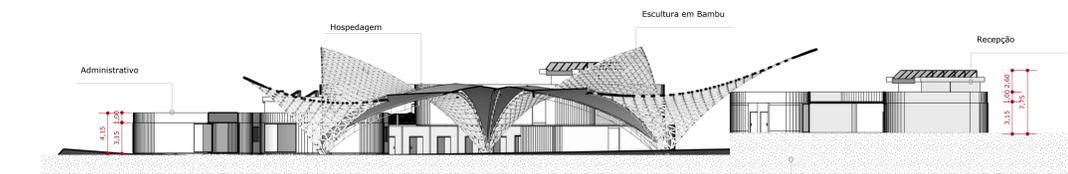
Elevação Frontal - Socio Educativo

Escala Gráfica:



Elevação Lateral Direita - Socio Educativo

Escala Gráfica:



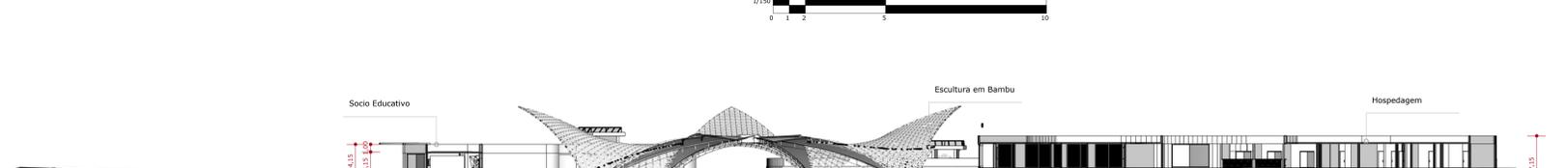
Corte Geral AA

Escala: 1/300



Elevação Frontal

Escala: 1/300



Corte Geral BB

Escala: 1/300

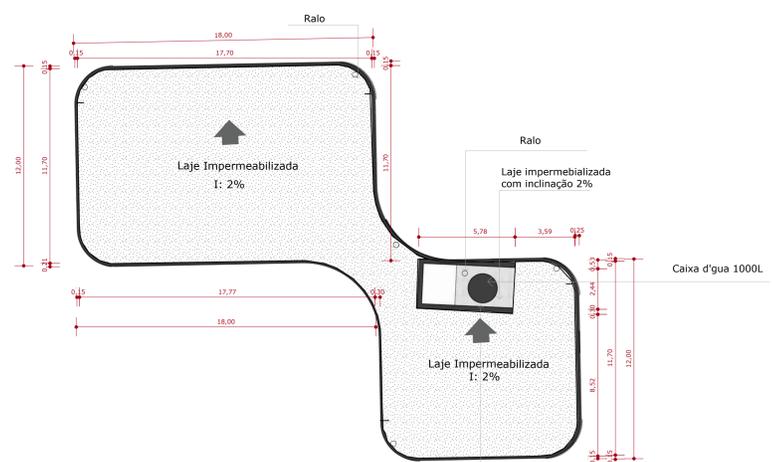


Elevação Lateral Direita

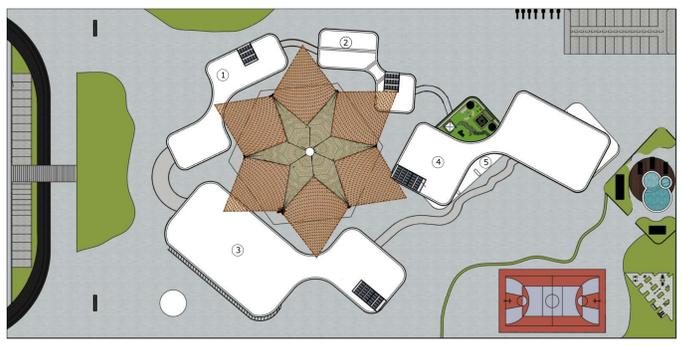
Escala: 1/300



Planta de Cobertura Hospedagem Primeiro Pavimento
Escala Gráfica: 1/150

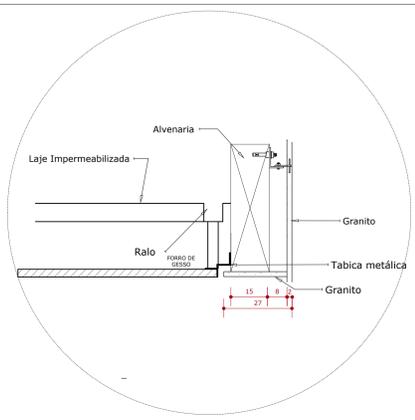


Planta de Cobertura Administrativo
Escala Gráfica: 1/150

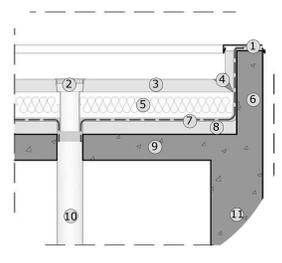


Mapa Chave
Esc: 1/750

- Legenda:
- 1 Recepção
 - 2 Administrativo
 - 3 Socio Educativo
 - 4 Hospedagem Primeiro Pavimento
 - 5 Hospedagem Térreo

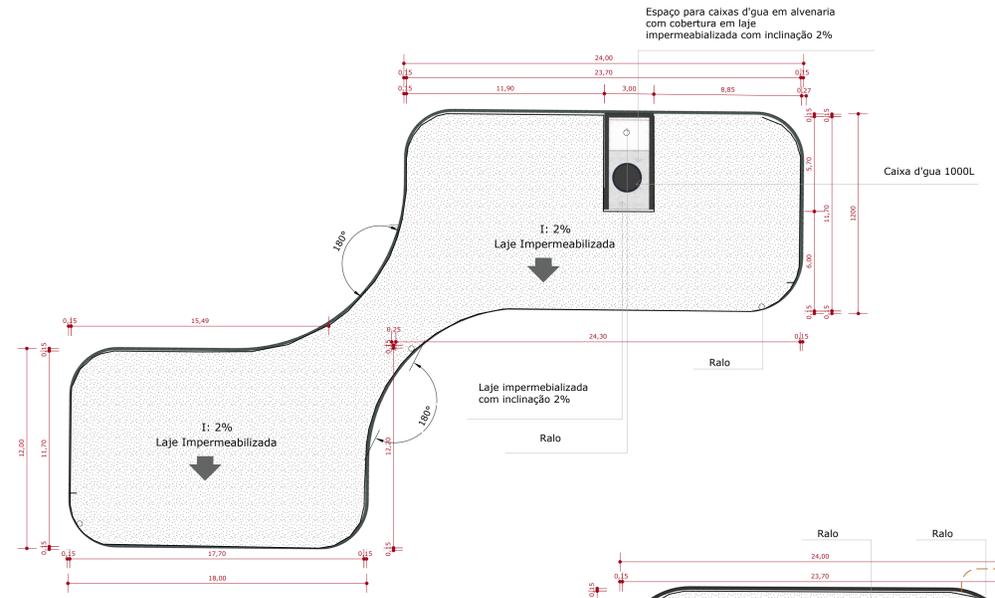


D.2 - DETALHE PINGADEIRA PARA ACABAMENTO EM GRANITO
ESCALA 1:10

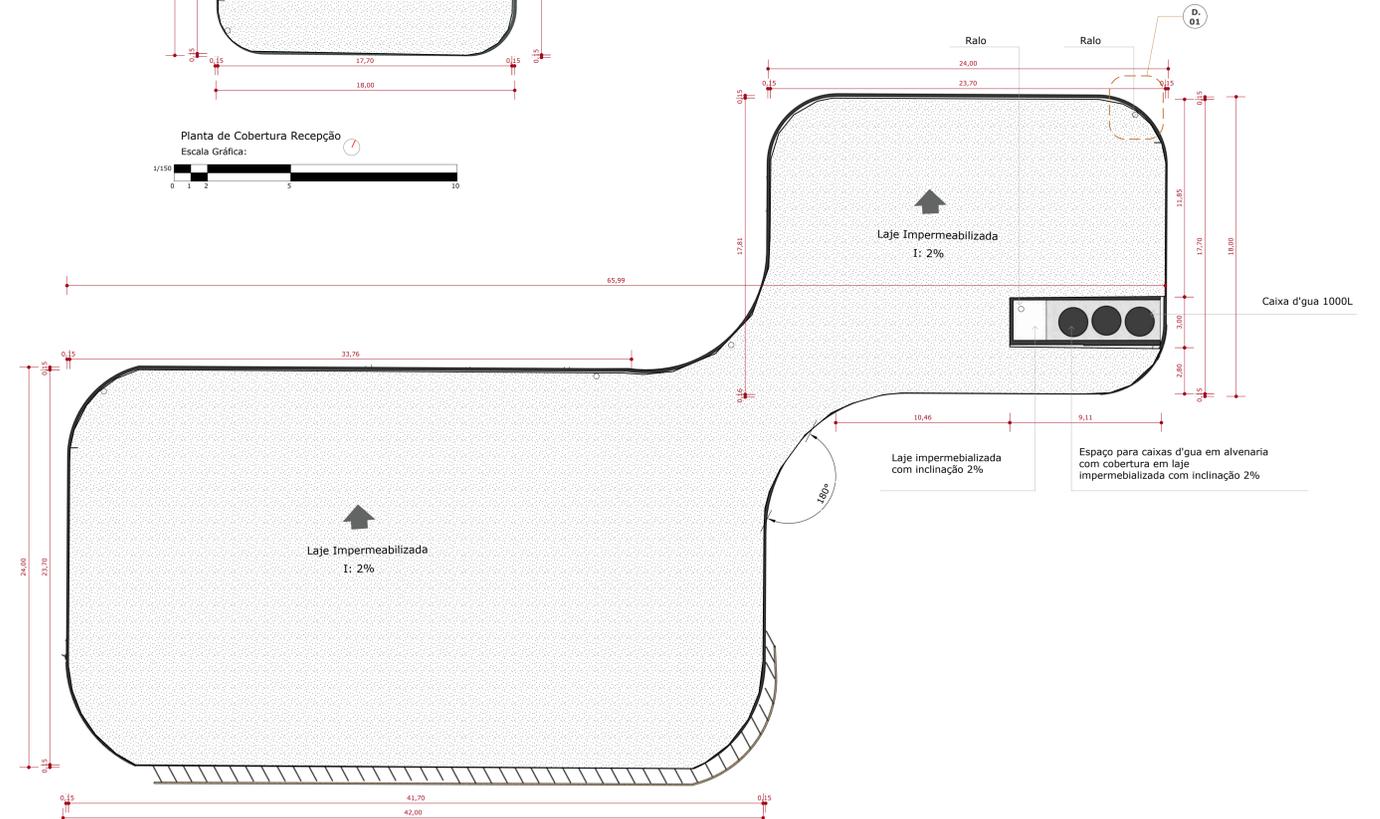


D.1 - DETALHAMENTO LAJE IMPERMEABILIZADA COM ISOLAMENTO TÉRMICO
ESCALA 1:10

- Legenda:
- 1 Perfil de aço galvanizado
 - 2 Ralo
 - 3 Proteção mecânica
 - 4 Junta de dilatação
 - 5 Isolamento térmico
 - 6 Platibanda concreto
 - 7 Manta de impermeabilização
 - 8 Regularização
 - 9 Laje concreto
 - 10 Cano pvc
 - 11 Viga concreto

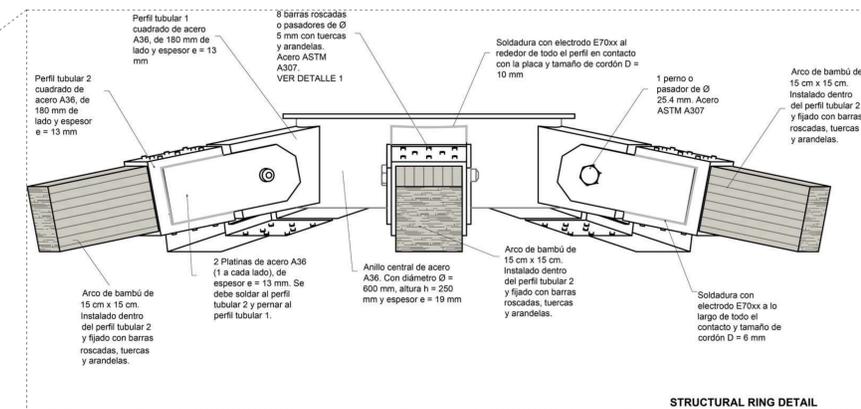
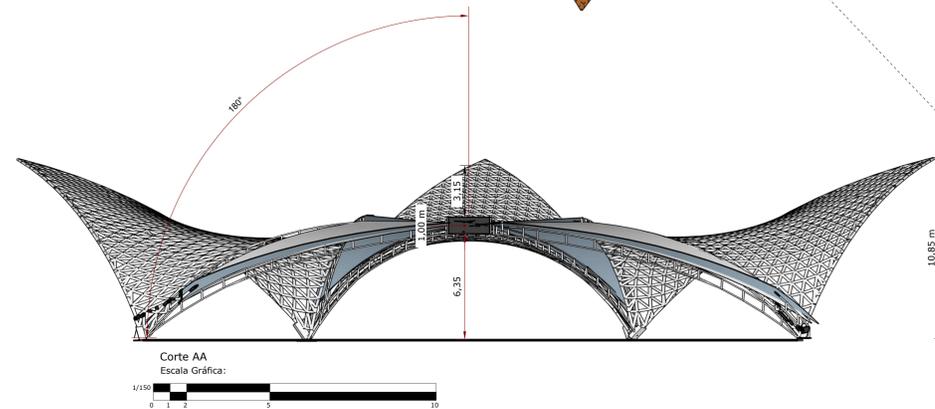
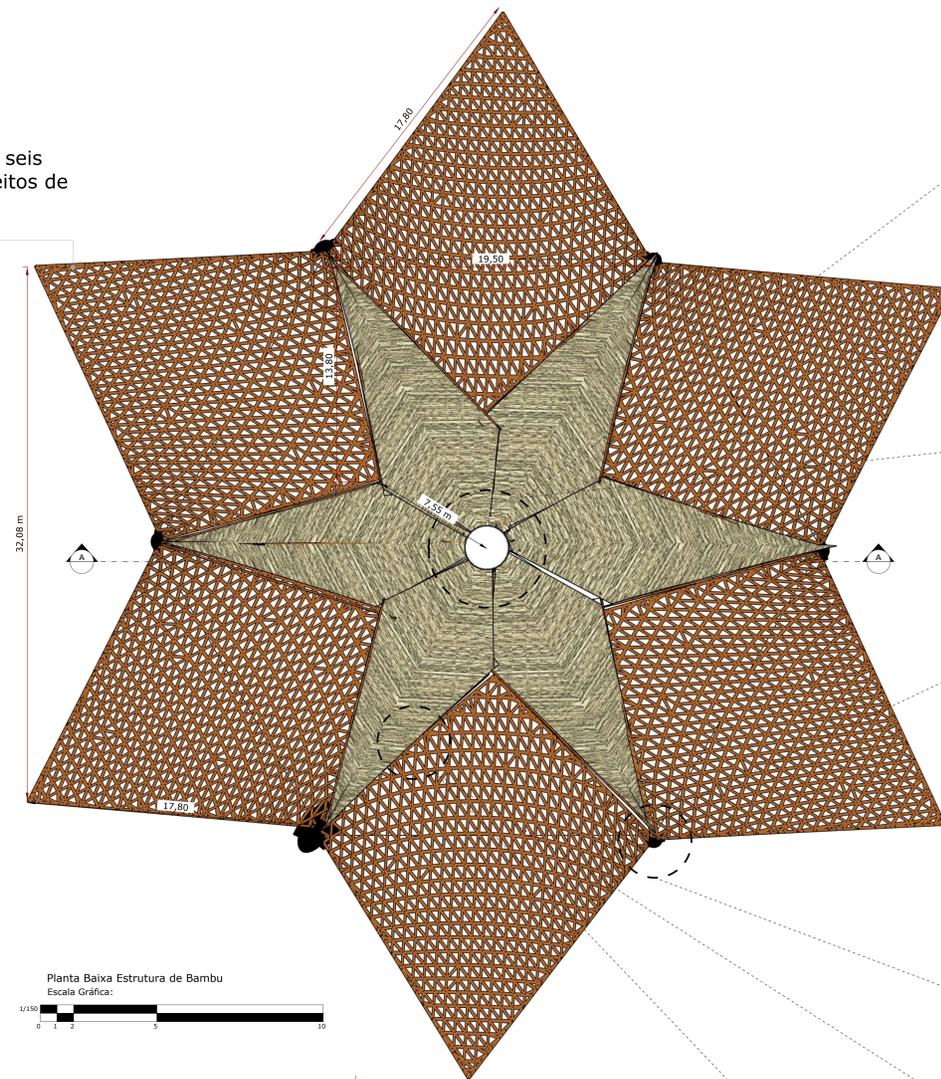


Planta de Cobertura Recepção
Escala Gráfica: 1/150

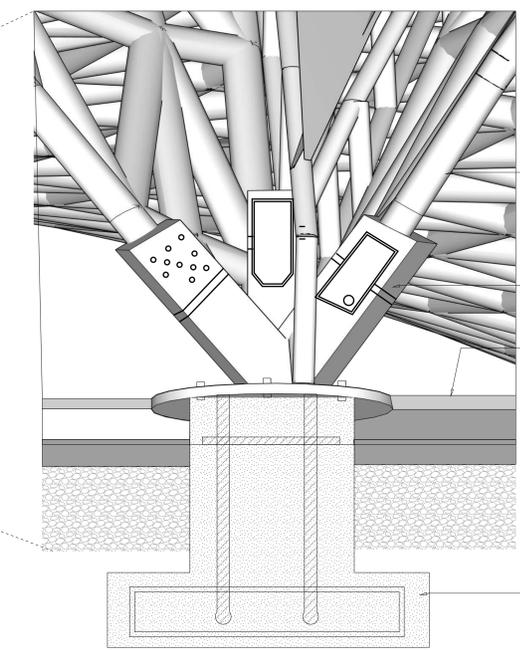


Planta de Cobertura Socio Educativo
Escala Gráfica: 1/150

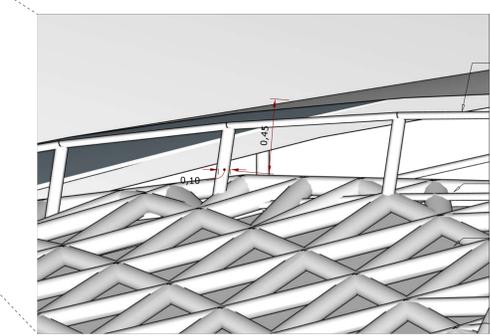
Escultura em Bambu Guadua constituído por seis paraboloides hiperbólicos interseccionados feitos de arcos de bambu e vigas de bambu divididas



Detalhe Anel Estrutural



- Latas de Bambu
- Suporte de Aço
- Piso de Cimento Polido
- Sapata



- Cobertura em palha e bambu
- Vigas conectando arco principal
- Treliça arco em bambu



Estrutura em bambu de espécie Guadua. O bambu do gênero Guadua é encontrado em grandes concentrações na Amazônia Sul-Occidental, em regiões que abrangem o Acre, o Amazonas. O caule, ou colmo, é robusto, reto e chegam a 30 metros de altura, possui cor verde escura com faixas brancas nos nós, diâmetro de até 20 cm, com parede espessa, e folhas de tamanho médio. É considerada de excelente estatura, com durabilidade dos colmos e com propriedades mecânicas superiores.
Área da escultura central: 1023m²



Perspectiva Fachada Frontal



Perspectiva Lateral Esquerda



Vista Aérea



Perspectiva Socio Educativo



Perspectiva Lateral Esquerda



Perspectiva Central



Perspectiva Posterior



Perspectiva Ateliê de Artes



Perspectiva Lateral Direita



Perspectiva Central



Perspectiva Posterior



Perspectiva Administrativo



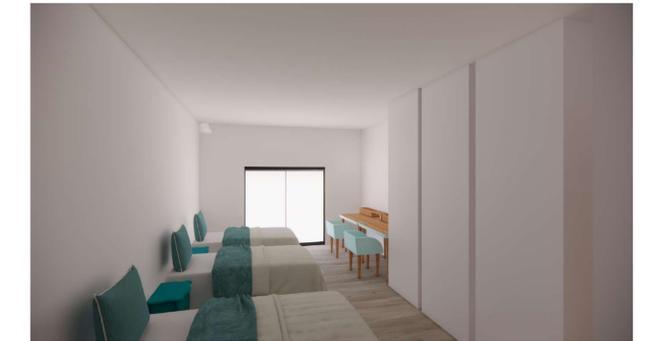
Perspectiva Rooftop



Perspectiva Recepção



Perspectiva Recepção



Perspectiva Hospedagem